UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA

MODELAGEM E STATUS CIENTÍFICO DA DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA NO CAMPO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

São Paulo

2010

LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA

**MODELAGEM E STATUS CIENTÍFICO DA DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA NO CAMPO DOS ARQUIVOS PESSOAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências – área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo

São Paulo

2010

Para os meus filhos Letícia e Lucas e meus pais

AGRADECIMENTOS

Ao longo da trajetória desta pesquisa encontrei inúmeros amigos. Alguns já conhecidos e outros que se tornaram parceiros. Agradeço a todos os amigos e colegas de área que me apoiaram em meus questionamentos, e que me auxiliaram nessa etapa. Em especial, agradeço aos arquivistas Michael David Bolik, Elizabeth Kaplan e aos professores José Maria Jardim e Terry Eastwood.

À Fundação Casa de Rui Barbosa dedico meu especial agradecimento, à minha equipe e à direção do Centro de Memória e Informação. No caminho de luta de afirmação da Arquivologia como campo científico independente, a oportunidade de atuar em uma instituição onde há espaço para o crescimento acadêmico deve ser ressaltada. Igualmente considero um privilégio atuar profissionalmente cercada de situações que me colocam cotidianamente na posição do questionamento, da pesquisa e da reflexão em torno de problemas concernentes aos arquivos.

Agradecimento muito especial devo à minha orientadora, a professora Ana Maria de Almeida Camargo, que acolheu o projeto de pesquisa proposto e me ofereceu sua experiência para que eu pudesse desenvolver o trabalho em sua complexidade. Não posso deixar de registrar sua generosidade intelectual, sua seriedade e seu entusiasmo.

RESUMO

O crescente uso das tecnologias de informação e comunicação a partir dos anos oitenta impulsionou no cenário arquivístico novas discussões em torno das questões de preservação e acesso aos arquivos, dentre outras. Neste contexto, a comunidade arquivística investiu no desenvolvimento de padrões e modelos para a descrição arquivística apresentando dentre os objetivos centrais a possibilidade de intercâmbio entre os arquivos e a ampliação do uso dos acervos. Contudo, este processo modelizador destituiu da descrição arquivística sua natureza de pesquisa, na medida em que não foi criado o devido espaço para a discussão teórico-metodológica pertinente a sua natureza. O problema atinge os arquivos em geral. Em nosso trabalho vamos analisar o impacto deste efeito modelizador e suas implicações no âmbito dos arquivos pessoais, uma vez que suas características mais específicas exigem do arquivista um trabalho de pesquisa detalhado em busca da reconstrução dos vínculos arquivísticos.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivologia; Descrição arquivística; Arquivo pessoal; Contexto arquivístico.

ABSTRACT

The increasing use of information and communication technologies since the 1980s has given an impulse to new discussions in the archival science field concerning digital preservation and access to archives, among other themes. In this context the community of archivists developed standards and models for archival description declaring as some of its aims the encouragement of the interchange between archives and the possibility of increasing the use of archive collections. However, this modeling process in fact deprived archival description of its research nature since it did not include or address the theoretical and methodological discussion pertinent to its own nature. This problem exists in all archives. In our work we will analyse the impact of this modeling effect and its implications for personal archives, since they present more specific characteristics that demand from the archivist a more detailed research approach to reconstruct the archival bond.

KEYWORDS

Archival Science; Archival Description; Personal Archives; Archival Context

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	OS CAMINHOS PERCORRIDOS	19
2.1	<u>Revisão de literatura da área</u>	19
2.2	<u>Levantamento de instrumentos de pesquisa publicados no Brasil e em países estrangeiros</u>	20
2.3	<u>Identificação das normas de descrição arquivística com maior relevância para a área</u>	21
2.4	<u>Pesquisa e definição de exemplos de aplicação das normas selecionadas</u>	22
2.5	<u>Elaboração da tese</u>	25
3	ARQUIVO PESSOAL E SEU LUGAR NA ARQUIVOLOGIA	26
3.1	<u>O cenário na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá</u>	26
3.1.1	França	26
3.1.2	Reino Unido	29
3.1.3	Estados Unidos	31
3.1.4	Canadá	32
3.2	<u>Os arquivos pessoais como coleções, manuscritos e papéis pessoais</u>	33
3.3	<u>Os arquivos pessoais como arquivos</u>	35
4	A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UMA FUNÇÃO DE PESQUISA	43
4.1	<u>A reconstrução do contexto arquivístico</u>	47

4.2	<u>A padronização e suas contradições</u>	58
5	A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS	73
6	EM BUSCA DE UM MODELO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	96
6.1	<u>Os holandeses</u>	97
6.2	<u>No Reino Unido</u>	101
6.3	<u>No Canadá</u>	115
6.4	<u>A proposta do Conselho Internacional de Arquivos</u>	120
6.5	<u>Nos Estados Unidos</u>	127
6.6	<u>A propósito das normas</u>	134
7	ENTRE O MODELO E SUA APLICAÇÃO: O LUGAR OBSCURO DO TRABALHO DE PESQUISA	138
7.1	<u>Manual of archival description – MAD (Reino Unido)</u>	138
7.2	<u>Rules for archival description – RAD (Canadá)</u>	142
7.3	<u>ISAD-G</u>	144
7.4	<u>Describing archives: a content standard – DACS (Estados Unidos)</u>	147
8	CONCLUSÃO	150
9	REFERÊNCIAS	154
9.1	<u>Fontes arquivísticas</u>	154
9.2	<u>Fontes bibliográficas</u>	154
10	ANEXO I	176
11	ANEXO II	187

1. INTRODUÇÃO

Nos anos oitenta, a comunidade arquivística iniciou uma discussão em torno da necessidade da padronização de uma das funções mais marcantes do ofício do arquivista: a descrição arquivística. A mobilização de teóricos e profissionais da área nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido leva o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) a assumir a questão também como uma prioridade.

A discussão foi pautada por uma preocupação com a inserção de informações sobre os acervos e respectivos instrumentos de pesquisa em ambiente eletrônico e com as possibilidades que as inovações tecnológicas poderiam oferecer. Além disso, o uso das novas tecnologias e de padronizações na área da Biblioteconomia impulsionou o movimento desses arquivistas.

Nos Estados Unidos, o movimento de padronização foi liderado por arquivistas que atuam predominantemente nas universidades e, portanto, familiarizados com o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC) e com a norma de catalogação *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2). A *Library of Congress* e a *Society of American Archivists* têm apoiado ao longo dos anos o desenvolvimento de padrões americanos.

Por sua vez, o Canadá formulou um trabalho cooperativo entre as Associações Profissionais e os Arquivos Nacionais. Em 1983, o *Bureau of Canadian Archivists* (BCA) realizou uma análise das práticas canadenses e o resultado foi publicado em 1985. Após conseguir recursos para a ampliação dos estudos foi constituído em 1987 o *Planning Committee on Descriptive Standards* composto por dois representantes de cada uma das associações profissionais, pelo secretário geral do *Bureau* e um observador dos Arquivos Nacionais.

No Reino Unido, o movimento foi conduzido pela Universidade de Liverpool sob a coordenação de Michael Cook, com o apoio da associação de arquivistas. O seu primeiro resultado foi divulgado em 1986. O trabalho tem continuidade até o ano de 2000, mas o padrão desenhado não chega a impactar a ponto de ser adotado pelos arquivos no país. Dentre as propostas estudadas nesse trabalho é a que possui um discurso mais radical e a mais voltada para a fundamentação teórica da área.

O Conselho Internacional de Arquivos inseriu-se na discussão no final dos anos oitenta. Em 1989, uma Comissão *ad hoc* foi criada com representantes dos seguintes países: Portugal, Suécia, Espanha, Malásia, Reino Unido, França, Canadá e Estados Unidos.

A influência da prática da Biblioteconomia é explícita nos trabalhos desenvolvidos pelos Estados Unidos, Canadá e CIA. O Reino Unido apresenta um projeto que diverge dessa abordagem. Durante os anos noventa foi intensa a produção de artigos em periódicos científicos e a realização de encontros científicos da área para discutir a temática da padronização.

Os resultados da efervescência de constituição de grupos de profissionais para discutir perspectivas de padronização da descrição arquivística demonstram proposições de nivelamento da prática de elaboração de instrumentos de pesquisa, envolvidas por um discurso de adaptação às novas tecnologias e práticas, e, por fim, colocando o caráter científico da descrição arquivística à margem do processo, acarretando em seu não reconhecimento e seu efetivo apagamento do *corpus* dessa função arquivística. Segundo o nosso entendimento, as propostas de formatação surgem com o discurso focado na atividade prática de elaboração de instrumentos de pesquisa, reforçando ainda mais a negação do *status* científico da descrição arquivística.

O desenvolvimento da pesquisa na descrição arquivística tem como objetivos principais tornar aparentes os relacionamentos entre o contexto de produção dos documentos e os próprios documentos, além da própria compreensão dos arquivos. Essa atividade tipicamente de pesquisa - que envolve o pleno conhecimento não só do contexto de produção dos arquivos, dos vínculos arquivísticos, mas também do contexto histórico no qual o arquivo é produzido - extrapola a mera utilização de formatos de instrumentos de pesquisa. A atividade de pesquisa pertinente à descrição arquivística contribui para o reconhecimento da Arquivologia como campo científico, autorizando e legitimando o arquivista como pesquisador. De acordo com Galland:

É precisamente porque o arquivista deve saber comprovar flexibilidade e espírito crítico para analisar em qual momento as normas são necessárias e em qual momento deve abstrai-las, que a arquivística não é meramente uma técnica, mas uma ciência. (GALLAND, 2009, p. 226, tradução nossa)

A questão principal de nosso trabalho é, portanto, analisar a tendência normalizadora da descrição arquivística e seu impacto para a compreensão da descrição como uma função

científica. Para que possamos estudar o quadro explorando um conjunto significativo de complexidades, adotamos como campo empírico os arquivos pessoais. A problemática da padronização impacta os arquivos como um todo, independentemente de sua natureza. Mas, no âmbito dos arquivos pessoais, os conflitos tornam-se mais contundentes.

A compreensão da descrição arquivística como processo de pesquisa obviamente se dá tanto nos arquivos organizacionais quanto nos arquivos pessoais, mas o presente trabalho focará estes últimos. Como veremos adiante, a produção dos arquivos das organizações é estruturada em instrumentos legais, normativos e de controle. No entanto, esse quadro não é encontrado quando nos referimos à produção dos arquivos pessoais. Como consequência, a pesquisa necessária para a compreensão do contexto arquivístico é mais complexa e na maioria dos casos ambivalente. A escolha dos arquivos pessoais como campo empírico para a presente pesquisa somente deverá enriquecer seus resultados e ampliar as possibilidades de discussão.

Para avaliarmos a discussão proposta pretendemos analisar o lugar que ocupa os arquivos pessoais na Arquivologia; identificar as normas de descrição arquivística de maior impacto internacional, e o processo de elaboração e implementação dessas normas de descrição; analisar o discurso normalizador da descrição arquivística que acompanha as iniciativas de padronização; analisar individualmente e comparativamente as principais normas internacionais de descrição arquivística, bem como exemplo de suas aplicações para descrição de arquivos pessoais; e verificar os efeitos do discurso que privilegia a normalização em relação ao reconhecimento da descrição arquivística como função de pesquisa.

Nosso trabalho parte da premissa de que a descrição arquivística é ***uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia e métodos próprios da Arquivologia, que objetiva a produção de conhecimento sobre os arquivos e o acesso aos mesmos.***

A produção de conhecimento sobre os arquivos, função magna dos arquivistas, pressupõe a compreensão do processo de produção desses arquivos, desde a compreensão de quem foi o produtor do arquivo e seus papéis na sociedade, a compreensão dos lugares que ocupou na sociedade e suas funções sociais, e a consequente compreensão do enredamento entre os registros que produziu e acumulou pertinentes às suas atividades e funções.

A descrição arquivística supõe a existência de um programa descritivo que pode ou não ser específico para cada arquivo. Schellenberg, de acordo com seu livro *Arquivos*

Modernos: princípios e técnicas chama atenção para a prática americana de elaborar instrumentos de pesquisa que relacionam documentos avulsos ou individuais. O autor reconhece a influência biblioteconômica nessa condução e teme que dessa forma se perca a perspectiva do conjunto e também que os arquivos fiquem inacessíveis por muito tempo em consequência do tempo necessário para a elaboração desses instrumentos de pesquisa que arrolam os documentos individualmente. Para o autor, “os papéis privados devem ser descritos tanto coletiva quanto individualmente” (SCHELLENBERG, 2002, p. 314), os documentos somente devem ser descritos individualmente se o seu valor assim o justificar.

Igualmente, segundo o teórico americano, a descrição arquivística deve facilitar o uso dos arquivos, mesmo que isso implique na elaboração de instrumentos de pesquisa específicos para determinados perfis de usuários e influencie na decisão quanto à adoção dos modelos de instrumentos de pesquisa. É importante ressaltar que Schellenberg inclui o usuário dentro da discussão da descrição arquivística, na medida em que o sentido do trabalho de descrição é oferecer acesso aos documentos.

Em sua obra, o autor defende a inclusão de instrumentos de pesquisa provisórios no programa de descrição para fins de acesso imediato; uma política específica para elaboração dos instrumentos de pesquisa mais elaborados que atenda às prioridades dos serviços arquivísticos; e a adequação dos formatos dos instrumentos de pesquisa visando facilitar a divulgação do arquivo.

Os parâmetros identificados por Schellenberg na década de cinquenta apresentam ainda elementos de importância para o planejamento de um programa descritivo. À luz das necessidades da sociedade contemporânea e do lugar social que as instituições e os serviços arquivísticos assumiram a partir da década de oitenta, a discussão em torno do programa descritivo tem seu espectro ampliado. As questões de ordem política, técnico-científica e operacional passam a ser consideradas mais claramente. O usuário e suas demandas de informação tornam-se relevantes.

As questões políticas envolvem essencialmente o programa de aquisição da instituição custodiadora, as prioridades de organização e o acesso aos acervos. Dentro desse escopo devemos observar:

- a missão da instituição custodiadora dos arquivos;
- os objetivos institucionais da unidade organizacional que detém o acervo;
- os mecanismos de divulgação dos acervos;

- as características individuais dos arquivos quanto à sua natureza e restrições.

Por sua vez, os aspectos técnico-científicos se referem às decisões metodológicas, e os programas que fornecem as diretrizes para o trabalho do arquivista devem contemplar aspectos como:

- o contexto de produção do arquivo;
- o nível de detalhamento da descrição;
- a relação entre a descrição e o arranjo documental;
- o potencial informacional do arquivo em estudo;
- o perfil do usuário da instituição;
- os mecanismos de acesso ao acervo e ao seu conteúdo informacional;
- o grau de exaustividade dos instrumentos de pesquisa.

As questões operacionais envolvem os projetos e as atividades rotineiras que são conduzidas visando o cumprimento das metas estabelecidas e de acordo com os parâmetros técnico-científicos.

Além disso, no desenho do programa descritivo, os elementos operacionais relacionados aos meios para tornar os acervos conhecidos e acessíveis devem ser colocados em pauta com maior clareza, tais como: os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponíveis para a elaboração da descrição, a disponibilização de seus resultados e o acesso aos documentos.

De acordo com a perspectiva proposta, utilizaremos ao longo de nosso trabalho o termo ***“programa descritivo” para referenciar os elementos norteadores da representação de um arquivo com vistas ao seu conhecimento, controle e acesso.*** O programa descritivo, ao nosso ver, deve encontrar o equilíbrio entre as necessidades do usuário, a relevância do arquivo objeto de análise e as metas e infra estrutura do serviço ou da instituição arquivística.

No caso específico dos arquivos pessoais, devemos dar maior atenção aos possíveis desdobramentos que a pesquisa sobre o reconhecimento do papel social do titular do arquivo pode gerar, bem como sobre as relações sociais que pode ter estabelecido com seus contemporâneos e com as instituições pelas quais transitou.

A decisão sobre o aprofundamento da pesquisa ou não deve ser compreendida como estratégica uma vez que seus resultados permeiam a rede de relacionamentos entre os próprios

documentos e a compreensão do contexto de produção do arquivo. E depois de definido pelo maior ou menor aprofundamento do trabalho de pesquisa sócio-histórica, e do contexto arquivístico em si, faz-se necessário tomar outra decisão estratégica: quais informações levantadas nessa etapa de pesquisa serão disponibilizadas para o usuário ou em qual nível essa disponibilização deverá ocorrer.

As escolhas das quais estamos falando são metodológicas e possibilitam uma maior ou menor revelação do arquivo e de seu contexto de produção. O terreno dessas escolhas é sensível uma vez que pode acarretar uma interferência do arquivista no interesse ou não dos usuários pelos acervos; no descortinamento ou não das conexões entre arquivos e nos possíveis usos dos acervos. As opções metodológicas às quais chamamos atenção devem ser tomadas fundamentadas nos princípios arquivísticos.

A existência e importância dessas escolhas muitas vezes são desconhecidas pelo próprio arquivista, que, na maior parte do tempo, não reconhece em seu trabalho o exercício dessas opções metodológicas. No momento em que os arquivistas reconhecerem o quanto essas decisões podem contribuir para as pesquisas de outros arquivistas, encontraremos mais registros desses trabalhos e de suas descobertas metodológicas.

No cerne desse quadro há a discussão sobre a problemática da relação entre a política institucional de aquisição de acervos e o tempo de processamento técnico-científico desse material para acesso ao público. Greene e Meissner (2005), em seu artigo *More product, less process: revamping traditional archival processing* propõem que os arquivistas revisitem suas práticas no tocante ao processamento técnico dos acervos de modo, principalmente, a tornar os documentos mais rapidamente disponíveis aos usuários.

Para consubstanciar suas considerações e propostas, os autores apresentam dados de trabalhos de pesquisas conduzidas pela *Association of Research Libraries* (ARL) em 1998, pelo próprio Mark Greene em conjunto com Jeff Suchanek pela *The Society of American Archivists* em 2003-2004, realizadas junto às instituições custodiadoras de acervos nos Estados Unidos, e outras pesquisas realizadas no Reino Unido e no Canadá no período de 2000 a 2005. Os resultados apresentam algo em comum: há grande volume de documentos depositados nas instituições que não se encontram disponíveis por falta de processamento técnico, indicando que mais arquivos são adquiridos do que a capacidade real de processamento pelas equipes das instituições custodiadoras.

Os autores defendem que os acervos devem ser colocados à disposição dos usuários o mais rápido possível e que para tal o arquivista deve rever seus procedimentos quanto ao arranjo, descrição e preservação.

Greene e Meissner (2005) introduzem um quadro distinto daquele apresentado por Schellenberg no final dos anos cinquenta. De acordo com os autores contemporâneos, os arquivistas, em geral, abandonaram a descrição ao nível de item documental e adotaram a prática da elaboração de instrumentos de pesquisa substanciais, em camadas múltiplas e descritivos. “Esses instrumentos podem incluir descrição de pastas ao invés de listagem das pastas, descrições das séries, e extensa biografia ou notas histórico-administrativas.” (GREENE; MEISSNER, 2005, p. 215, tradução nossa).

Os autores evidentemente estão restringindo suas considerações à elaboração dos instrumentos de pesquisa e desconsiderando que um programa descritivo adequado e bem elaborado absorve essas questões e aponta as soluções. Schellenberg sugere a inclusão de práticas de elaboração de instrumentos de pesquisa temporários para que os usuários possam ter acesso aos documentos.

Outro aspecto que deve ser considerado pelos arquivistas no escopo de um programa descritivo envolve os formatos dos instrumentos de pesquisa e o nível de detalhamento que devem apresentar. Em nossa abordagem, devem ser considerados os aspectos que retratam a política editorial ou a política de tecnologia da informação e comunicação da instituição custodiadora. É relevante saber se a instituição:

- possui em sua política editorial a ação de publicar instrumentos de pesquisa;
- preconiza a disponibilização do conteúdo informacional sobre os acervos em bases de dados por meio da internet;
- adota a situação híbrida que inclui a publicação de inventários, catálogos, guias e outros simultaneamente à alimentação de bases de dados sobre seus acervos e subsequente disponibilização na internet.

Há ainda as considerações sobre o quanto de detalhamento ou análise devem os instrumentos de pesquisa apresentar. Ou o quanto de *expertise* sobre ferramentas tecnológicas, domínio de vocabulário especializado em nossa área ou familiaridade com instrumentos de pesquisa e métodos de busca pretendemos exigir de nossos usuários.

As respostas para essas e outras questões se encontram com os usuários. Se preservamos os arquivos é tão somente para assegurar que sejam acessados. Nada mais, além

disso. O usuário deve ser ouvido pelas instituições e por suas unidades organizacionais encarregadas pelos arquivos. Os resultados encontrados devem ser analisados e considerados nas decisões, como por exemplo: quais acervos devem ser organizados prioritariamente, quais arquivos devem ser mais rapidamente disponibilizados e qual a melhor forma de oferecer o acesso aos acervos.

Outro fator a ser considerado é o quadro de inovação tecnológica e a inserção da tecnologia em nossa sociedade. Ao longo dos anos, a partir dos anos oitenta principalmente, o uso da tecnologia ficou mais desmistificado. Os microprocessadores individuais, as tecnologias de rede e digital introduziram no cotidiano daqueles que são usuários dos arquivos novas expectativas e novas competências (tecnológicas e informacionais). “Os usuários adquirem maior independência em seu trabalho de pesquisa. Por um lado, tornam-se mais dependentes das estruturas subjacentes às bases de dados disponíveis.” (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 87b, tradução nossa).

A definição dos elementos identificados na fase de pesquisa que serão utilizados como pontos de acesso e da extensão do nível de detalhamento deve ser considerada indispensável na elaboração de um programa de descrição. Essa será a chave para o acesso aos arquivos, especialmente para aqueles cujas informações ou instrumentos de pesquisa encontram-se disponíveis na web.

Para estruturar melhor a pesquisa realizada dividimos os capítulos do presente trabalho de forma a apresentar os distintos problemas e as discussões e reflexões decorrentes do processo.

No capítulo **Os caminhos percorridos** são apresentados ao leitor os eixos teóricos e metodológicos que conduziram o trabalho de pesquisa, assim como os métodos adotados, as escolhas de abordagem e as etapas do trabalho.

No terceiro capítulo, **Arquivo Pessoal e seu lugar na Arquivologia**, procuramos identificar os processos históricos de inserção dos arquivos produzidos no âmbito da vida privada nas instituições arquivísticas de países com tradição na área (França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá) e as ambiguidades existentes na área da Arquivologia para o pleno reconhecimento desses arquivos como arquivos. Nessa etapa do trabalho retomamos clássicos como Jenkinson, Lodolini, Muller, Feith e Fruin, além de autores contemporâneos como Thomassen, Eastwood, Bearmen, Hobbs, Camargo, MacNeil e outros, no sentido de analisar os diferentes posicionamentos diante da questão.

No desenvolvimento do quarto capítulo, **A descrição arquivística: uma função de pesquisa**, buscamos dialogar com a literatura da área no que se refere à *episteme* da descrição arquivística e à desconexão que ocorre no discurso da padronização entre o caráter científico da descrição e a produção dos instrumentos de pesquisa.

A proposta do capítulo **A descrição arquivística e os arquivos pessoais** está direcionada essencialmente a demonstrar que a pesquisa para o conhecimento acurado do contexto arquivístico é a base fundamental da descrição; a apresentar a metodologia de compreensão dos arquivos pessoais e de recomposição das conexões entre os documentos e o que representam; e a comprovar por meio de exemplos empíricos que no decorrer da descrição arquivística é necessário o emprego de métodos científicos tais como o dedutivo e indiciário.

No sexto capítulo, **Em busca de um modelo de descrição arquivística**, são apresentados os movimentos que dão origem à elaboração das normas de descrição arquivística objeto de nosso trabalho: *Manual of archival description* (MAD), o modelo do Reino Unido; *Rules for archival description* (RAD), modelo do Canadá; ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística, modelo do Conselho Internacional de Arquivos; e *Describing archives: a content standard* (DACS), o modelo americano atual.

Vamos analisar como o padrão descritivo canadense é fortalecido e aplicado até os dias atuais; como se dá o processo de elaboração do modelo americano sendo que vamos nos ater à última norma em vigor, publicada em 2004; e qual o processo de elaboração do modelo do Reino Unido que, por sua vez, foi abandonado e de acordo com nossas pesquisas há uma tendência à adoção da norma internacional elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, mesmo que em apenas alguns níveis de descrição.

Quanto à proposta de padronização do Conselho Internacional de Arquivos veremos em que medida se apresenta como marco zero na área e em que medida contribui ou não para o fortalecimento da Arquivologia como área de conhecimento.

É no capítulo **Entre o modelo e sua aplicação: o lugar obscuro do trabalho de pesquisa** que utilizamos os exemplos selecionados de instrumentos de pesquisa elaborados seguindo cada um dos modelos estudados. Pretendemos, a partir da análise de resultados de aplicação das normas internacionais mais significativas, comprovar nossa tese e avaliar se ocorre ou não o apagamento da descrição arquivística como atividade científica, e se

consequentemente a autoridade do arquivista como agente nesse processo de pesquisa é ignorada.

No capítulo final apresentaremos uma síntese do trabalho e a reflexão final sobre o problema levantado. Em seguida apresentaremos as conclusões do trabalho, as referências bibliográficas e arquivísticas utilizadas, e os anexos: levantamento de títulos de instrumentos de pesquisa e quadro comparativo entre as normas de descrição estudadas.

Esperamos com a realização do presente trabalho contribuir para o fortalecimento da descrição arquivística como uma função de pesquisa e para o reconhecimento do arquivista como pesquisador.

2. OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Neste capítulo apresentamos a metodologia adotada ao longo do trabalho e as principais decisões tomadas para que os resultados almejados na pesquisa fossem atingidos.

A metodologia empregada para concretização do presente trabalho de pesquisa centrou-se em três eixos fundamentais: a revisão de literatura da área sobre os principais temas (arquivos pessoais, descrição arquivística e normas de descrição); a análise das principais normas de descrição arquivística; e respectivas aplicações das normas nos arquivos pessoais.

2.1 - REVISÃO DE LITERATURA DA ÁREA.

A etapa envolveu a leitura e análise das fontes bibliográficas identificadas como relevantes para: a consolidação da fundamentação teórica da tese baseada na especificidade dos arquivos pessoais e o seu lugar na Arquivologia; a compreensão da descrição arquivística como uma representação resultante de um processo de pesquisa; a elaboração do processo histórico de produção e implementação das normas de descrição arquivística; a análise das normas de descrição objeto de nosso estudo; e o impacto do processo de padronização para a Arquivologia. É importante ressaltar que houve a preocupação de verificar no discurso dos autores a existência ou não de referência à cientificidade da função de descrição e em qual grau de aprofundamento.

Foram pesquisados textos que demonstram as discussões clássicas e as mais contemporâneas de modo a contribuir para a reflexão teórica da pesquisa. Procuramos analisar as diferentes tendências da área na medida em que definimos a melhor abordagem para consubstanciar a pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi realizado de agosto de 2007 a 2010 a partir de publicações disponíveis nas bibliotecas especializadas e em material passível de acesso pela internet. Foi priorizada a produção científica nacional e internacional nos últimos vinte anos, tendo em vista a inserção da busca de um modelo de descrição como questão para a comunidade arquivística.

O levantamento bibliográfico com cerca de 170 itens apresenta títulos de livros, manuais da área, artigos científicos publicados nos principais periódicos da Arquivologia: *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, e demais publicações sobre as normas de descrição.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bibliotecas do Arquivo Nacional, da Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, da Associação dos Arquivistas Brasileiros e da professora Ana Maria de Almeida Camargo. Além disso, algumas publicações foram acessadas *on-line* e outras foram adquiridas.

No decorrer do levantamento foram encontrados materiais raros como: JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration:** including the problems of war archives and archive making. Oxford: Oxford University Press, 1922, 243p, e o resultado do censo americano das coleções de arquivos pessoais publicado em 1918: LIBRARY OF CONGRESS. **Check list of collection of personal papers in historical societies, university and public libraries, and other learned institutions in the United States.** Washington:Government Printing Office, 1918. 87p. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/checklistofcolle00librial>>.

O estudo dos textos reunidos permitiu verificar no discurso da área as possibilidades de diálogo entre a teoria e o campo empírico quando se trata da elaboração da descrição arquivística. Já nessa etapa ficou evidente a complexidade da descrição arquivística quando seu objeto de estudo é o arquivo pessoal.

2.2 - LEVANTAMENTO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA PUBLICADOS NO BRASIL E EM PAÍSES ESTRANGEIROS.

Essa etapa envolveu pesquisa de títulos em bibliotecas, consultas às redes de arquivistas no exterior e as bases de dados disponíveis na internet, preferencialmente focados nos arquivos pessoais. Apesar do foco da análise estar nos arquivos pessoais, aplicamos uma exceção no caso dos instrumentos que exemplificam a norma MAD (que se refere a arquivos privados de empresas).

Foram identificados cerca de 88 exemplares de instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos, guias, bases de dados) publicados no Brasil e em outros países visando o

reconhecimento das práticas de elaboração dos mesmos, a título de amostragem. O levantamento não pretendeu ser exaustivo, mas apresentar um universo que fornecesse escolhas para a etapa de análise da aplicabilidade das normas. Essa etapa contou com a colaboração de arquivistas no Brasil e no exterior, que gentilmente disponibilizaram exemplares de inventários.

A prioridade foi identificar inventários publicados, uma vez que apresentam maior estabilidade, mas também foram identificados inventários *on-line*. Alguns foram enviados por *e-mail*, como o inventário *Threipland Papers*, de um arquivo familiar, enviado pela arquivista do arquivo da cidade de Perth, Escócia, Reino Unido. O arquivo inventariado é do período de 1488 a 1963.

Alguns instrumentos de pesquisa foram adquiridos e outros apenas consultados. O resultado do levantamento encontra-se no Anexo I, ao final do trabalho. Dentre o conjunto dos inventários disponíveis foram escolhidos os exemplos que serão utilizados para a análise da aplicação das normas de descrição.

2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA COM MAIOR RELEVÂNCIA PARA A ÁREA.

Essa etapa foi marcada pela pesquisa na bibliografia, de forma a perceber as normas que são recorrentemente mencionadas nos textos publicados quando o tema é a descrição arquivística, e na análise do papel dos países produtores das primeiras normas na tradição arquivística. A partir do levantamento bibliográfico foi possível estabelecer as normas de descrição de maior impacto dentro do escopo de normalização dessa função arquivística. As normas foram identificadas, e adquiridas, bem como uma série de artigos científicos discutindo as aplicações das normas e respectivos resultados. Serão, portanto, objeto de análise crítica da presente pesquisa:

- Modelo de descrição publicado em 1898, Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos. Modelo proposto pelos holandeses Muller, Feith e Fruim.
- *Manual of Archival Description* (MAD). Norma proposta pelo Reino Unido, elaborada em três versões e coordenada por Michael Cook (1986, 1989 e 2000).

- *Rules for archival description* (RAD). Norma desenvolvida pelo *Bureau of Canadian Archivists* (versão revisada de 2008).
- ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística. Norma elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (2003).
- *Describing archives: a content standard* (DACS). Modelo americano promovido pela *Society of American Archivists* (2008).

A análise descritiva dos processos de elaboração e implantação das normas de descrição arquivística - propostas pelos holandeses em 1898, pelo Reino Unido, pelo Canadá, pelo Conselho Internacional de Arquivos e pelos Estados Unidos - resultante dessa etapa, retoma as orientações propostas pelos holandeses no século XIX como marco na área e na temática. Ela também delinea o movimento dos países citados em torno da elaboração de normas de descrição, considerando que esses movimentos estão situados em um contexto histórico e político no panorama arquivístico internacional. A análise descritiva evidenciou o *não-lugar* da compreensão da descrição como atividade de pesquisa no discurso das normas elaboradas.

Por sua vez, a análise comparativa e crítica das normas, individualmente e entre si, possibilitou a compreensão dos objetivos e fundamentos específicos, e a identificação de seus encontros e desencontros, o que possuem em comum e em que divergem. Nesse contexto, também é considerado o cenário que dá origem à necessidade da comunidade de profissionais em buscar um modelo para a descrição arquivística. Entretanto, procuramos salientar que, apesar do discurso de inovação, essa necessidade de sistematização já ocorre no século XIX com os arquivistas holandeses, inviabilizando qualquer indicativo de “marco zero” no âmbito de descrição arquivística.

2.4 - PESQUISA E DEFINIÇÃO DE EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DAS NORMAS SELECIONADAS.

Nessa etapa do trabalho foram identificados quais exemplos de aplicação das normas seriam utilizados visando à elaboração de uma análise comparativa. O processo de escolha foi baseado em consultas aos arquivistas estrangeiros com reconhecimento na área e arquivistas que atuam na descrição arquivística.

A consulta envolveu a apresentação do problema da tese aos professores e arquivistas, para que indicassem um exemplo de aplicação exemplar da norma em questão.

Apesar de não ter sido possível encontrar um exemplo de aplicação da normalização proposta pelos arquivistas holandeses em 1898, consideramos que a mesma representa um marco na área e assim será utilizada na análise crítica e comparativa.

O exemplo da aplicação da norma do Reino Unido, *Manual of Archival Description* (MAD), foi o mais difícil de localizar. A enquete foi publicada em listas de arquivistas do Reino Unido. O próprio Michael Cook, coordenador do MAD, respondeu em uma das listas, informando que a *John Rylands Library, University of Manchester*, fez uso da norma para a descrição de arquivos pessoais.

O arquivista encarregado da seção de Manuscritos e Arquivos da *John Rylands Library* foi contactado por *e-mail*. De acordo com o seu depoimento informal, enviado também por mensagem eletrônica, o próprio foi treinado nos anos oitenta na *University of Liverpool* e conviveu com o professor Michael Cook.

Ainda informou que, ao assumir seu cargo em 1989, em Manchester, implementou um sistema de “catalogação” baseado no MAD. No entanto, no período de 1997/1998 houve uma conversão para o formato *Encoded Archival Description - EAD* tendo em vista suas facilidades na internet, especialmente, segundo o arquivista, para o intercâmbio de dados e para o acesso *on-line*. Contudo, alguns exemplares impressos de instrumentos de pesquisa elaborados com base na MAD - 2 foram preservados. O arquivista enviou cópia pelo correio de dois exemplos de inventários de arquivos privados: *Hodgson & Robinson Archive* (1811-1886), impresso em 1997 e revisto em 2000, e *Owen Owens & Son Archive* (1805-1874), impresso em 2000.

Além desse material, enviou um guia de utilização da norma MAD - 2 elaborado pela instituição e utilizado pela equipe: o *Guide to the listing of archives*, de 1992. Tendo em vista a importância do material para a história da normalização da descrição arquivística, utilizamos todo o material que nos foi disponibilizado, no decorrer de nosso trabalho.

Para obtermos um exemplo adequado da aplicação da norma canadense de descrição, *Rules for archival description* (RAD), entramos em contato com o professor Terry Eastwood. O professor da *University of British Columbia* que possui vasta produção sobre a temática da descrição arquivística, intermediou um primeiro *e-mail* com uma arquivista do Arquivo do

Glenbow Museum, Alberta, que é reconhecidamente uma *expert* na implementação da norma RAD.

Em seguida entramos em contato por e-mail com a arquivista, que possui mestrado em História e trabalha como arquivista no arquivo de Glenbow desde 1987. A instituição é especializada em arquivos pessoais e familiares e possui uma política de aquisição de arquivos há mais de cinquenta anos.

Segundo seu depoimento, a equipe do arquivo utiliza a norma RAD desde 1991. A norma é amplamente utilizada no Canadá, o que justifica a manutenção do seu uso. Informou que o trabalho de descrição da instituição contribui para o desenvolvimento de trabalhos semelhantes em outras instituições canadenses que utilizam o formato proposto pela RAD, como as bases de dados do *Archives Canada* (archivescanada.ca) e da *Archives Network of Alberta* (archivesalberta.org).

A arquivista sugeriu como exemplo da aplicação da norma RAD o inventário do arquivo pessoal da professora de artes Sybil Andrews (1885-1993), composto por documentos textuais, fotografias e desenhos de arquitetura. A sugestão da arquivista foi acatada não só por tratar-se de uma especialista na aplicação da norma, mas também porque o exemplo permite uma análise da utilização da norma em face de um arquivo que apresenta variada tipologia documental.

Após a identificação de inúmeros exemplos de aplicação da ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística foi escolhido o arquivo pessoal de Lindsay Anderson, com 200 metros lineares, do período de 1870 a 1994, que se encontra na biblioteca da *University of Stirling*, no Reino Unido. Segundo informações do arquivista encarregado, esse arquivo pessoal foi descrito segundo a norma ISAD-G até o nível de pasta ou item, quando uma lista mais tradicional foi produzida. A escolha por esse exemplo deveu-se ao fato do arquivo ser de grande porte e se tratar de arquivo pessoal, com tipologia documental variada, incluindo documentos não textuais. O fato da equipe elaborar uma listagem no nível de descrição mais baixo não foi considerado como fator significativo que desabilitasse o exemplo, uma vez que o *listing* é uma prática ainda muito adotada nas instituições para os níveis mais baixos do arranjo.

Para exemplificar a aplicação da norma americana *Describing archives: a content Standard* (DACS), oficialmente adotada em 2005, entramos em contato com alguns colegas arquivistas americanos envolvidos com a discussão no país e foi possível identificar vários

exemplos de sua utilização. Vale inclusive mencionar a localização de uma coleção de documentos sobre Jorge Amado. A coleção encontra-se depositada na seção de livros raros e manuscritos da *University of Pennsylvania*.

Elizabeth Kaplan foi uma das arquivistas contatadas nos Estados Unidos. A arquivista nos indicou algumas instituições que trabalham com a questão dos arquivos pessoais e utilizam a norma DACS para o processo de descrição, dentre elas a *University of Minnesota*. Nossa escolha recaiu sobre a descrição do arquivo pessoal de Izaak Maurits Kolthoff (1926-1994), o arquivo de um cientista da Universidade que se encontra depositado na própria instituição e com restrições de acesso.

A análise de exemplos de aplicação das normas tendo como base os exemplos de instrumentos de pesquisa selecionados permitiu verificar se a padronização contribui para o fortalecimento da descrição arquivística como atividade de pesquisa ou se, de fato, essas regras levam o trabalho científico de descrição ao esquecimento.

2.5 - ELABORAÇÃO DA TESE.

Fase de sistematização do conhecimento adquirido ao longo do processo de pesquisa sobre a questão levantada, referente aos efeitos das iniciativas de modelagem da descrição arquivística em seu *status* científico no campo dos arquivos pessoais. No decorrer do processo de elaboração do trabalho foram transcritos documentos arquivísticos para ilustrar alguns quadros metodológicos. Os documentos foram transcritos respeitando-se a expressão linguística da época em que foram escritos. Igualmente utilizamos exemplos de aplicação de métodos científicos, como o dedutivo e indiciário, para exemplificação do caráter científico do trabalho de descrição e do grau de complexidade que a descrição arquivística no contexto dos arquivos pessoais assume.

Como estratégia de estrutura para a tese, os marcos teóricos mais específicos e relevantes por temática foram distribuídos ao longo dos capítulos de modo que a fundamentação teórica se apresentasse contextualizada mais pontualmente ao longo do trabalho.

3. ARQUIVO PESSOAL E SEU LUGAR NA ARQUIVOLOGIA

Os arquivos pessoais, no campo da Arquivologia, têm ocupado um espaço de discussão teórica pouco privilegiado. Poderíamos analisar algumas hipóteses para entender esse cenário, no que se refere à produção de conhecimento sobre arquivos pessoais.

Em um primeiro momento, poderíamos atribuir essa situação ao próprio lugar em que os documentos produzidos e acumulados pelos indivíduos ocuparam e ainda ocupam no âmbito das instituições com vocação para a preservação dos registros da sociedade.

A seguir apresentaremos os processos de inserção dos arquivos pessoais como questão na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá.

3.1 - O CENÁRIO NA FRANÇA, NO REINO UNIDO, NOS ESTADOS UNIDOS E NO CANADÁ

3.1.1 - França

A arquivista francesa Christine Nougaret, em seu artigo "*Les archives privées, éléments du patrimoine national?*", afirma que a importância do arquivo privado na França somente foi reconhecida na segunda metade do século XIX, e que a literatura francesa da área, até então, somente se ocupava de questões pertinentes aos arquivos públicos. Segundo a autora, a inserção dos arquivos privados no âmbito do cenário arquivístico, no século XIX, deveu-se principalmente ao seu interesse histórico.

Naquele país, a identificação do valor dos arquivos privados pessoais está relacionada ao entendimento de que estes são constituintes do patrimônio nacional e, portanto, de interesse público. Essa compreensão iniciou-se por ocasião da queda do Antigo Regime com o sequestro, por parte do novo governo, dos bens do clero, de nobres e de imigrantes, bem como com o recolhimento dos seus arquivos aos repositórios públicos.

O Arquivo Nacional da França, entre os anos de 1804 e 1816, subdividiu o conjunto de arquivos e coleções privadas sob sua custódia em "o domínio dos príncipes (série R), os bens eclesiásticos (série S) e os papéis de famílias (série T)" (NOUGARET, s.d, p. 19, tradução nossa). Ainda segundo a autora, em 1856 o Arquivo Nacional criou uma subsérie de arquivos para incorporar todos os documentos de origem privada que foram recebidos pela

instituição por mecanismos distintos¹ dos administrativos. Em sua maioria, tratavam-se de documentos públicos que passaram para mãos do cenário privado e que retornaram, por meio dessa reintegração, ao âmbito público.

O foco de interesse do Arquivo Nacional era, sem dúvida, a recuperação de arquivos e documentos públicos que haviam passado para mãos privadas e não a aquisição de documentos privados. Sendo assim, no ano de 1856, das 175 entradas de arquivos por meio de mecanismos outros que não os administrativos tradicionais, somente 15 eram de arquivos privados.

Nathalis de Wailly formulou o princípio da proveniência em 1841. Após quinze anos, durante o processo de reintegração, os documentos que eram o objeto desse processo foram inseridos nas séries levando-se em conta sua temática e não sua origem. Esse procedimento indica que o princípio que se consagra como a base da organização dos arquivos ainda não era amplamente reconhecido na França. É em 1891, segundo Nougaret (p. 745-746), que os arquivos privados alcançam notoriedade no âmbito público.

Quase ignorados pela Arquivística durante um século, os arquivos privados fazem, em 1891, uma entrada decisiva no cenário público e arquivístico graças a duas iniciativas privadas concomitantes, conduzidas fora dos Arquivos Nacionais e no meio dos historiadores. (NOUGARET, p. 745, s.d, tradução nossa)

Para a autora, o papel do historiador Melchior de Vogüé, o marquês de Vogüé, presidente da Sociedade de História da França, foi fundamental para o reconhecimento dos arquivos privados (pessoais ou familiares) como fonte para a história do país. Seu posicionamento foi publicado no anuário da Sociedade em 1891. O artigo, além de defender a importância dos arquivos familiares para os historiadores, defendia a não dispersão desses arquivos.

O marquês também sugeria que o exemplo do Reino Unido fosse reproduzido na França, que deveria empreender um trabalho semelhante ao desenvolvido pela Real Comissão de Manuscritos Históricos. Adiante retomaremos o tema.

Na França, avançava a questão do espaço que os arquivos privados ocupam. Em 1891, é publicado o livro *Os arquivos da história da França* (tradução nossa), de autoria de

¹ Vias extraordinárias: "outras vias que não as meramente administrativas, o modo normal de enriquecimento dos serviços dos arquivos públicos" (NOUGARET, s.d. p. 20, tradução nossa).

Charles-Victor Langlois² e Henri Stein, que dedicam um capítulo da obra, "Arquivos diversos", para o assunto dos "arquivos familiares e dos castelos" (NOUGARET, p. 748, s.d, tradução nossa).

Os autores realizaram um trabalho de cadastramento dos documentos privados arquivados nos departamentos e nos arquivos departamentais, e também junto aos proprietários de castelos e de outros arquivos. O resultado da pesquisa deu maior visibilidade aos arquivos privados, em especial aos arquivos dos castelos e das famílias nobres, e, conseqüentemente, despertou nos historiadores um maior interesse por utilizar essa documentação no desenvolvimento de suas pesquisas.

A obra, que objetivava identificar todos os arquivos públicos ou privados relevantes para a história da França, indicava que os materiais considerados históricos, científicos ou literários encontravam-se sob a custódia das bibliotecas.

Apesar dessas duas iniciativas, os resultados, de acordo com a autora, foram tímidos. O Arquivo Nacional apenas recolheu os arquivos de Pagart d'Hermansart em 1896 e o de Hyde de Neuville no ano seguinte. Foi somente após a Primeira Guerra Mundial que o processo de ingresso desses arquivos privados no âmbito público se deu de forma mais intensa. A Primeira Guerra introduziu no cenário questões relacionadas à destruição e à evasão dos documentos, que se consolidariam na Segunda Guerra não só na França mas também no Reino Unido.

Na França, a partir do reconhecimento, por parte da comunidade de historiadores e do governo francês, do interesse histórico dos arquivos pessoais ou familiares, foi possível delinear ações que assegurassem a preservação e o acesso a esses arquivos, bem como sua manutenção em território francês, a saber:

a) os arquivistas do Arquivo Nacional inventariaram os arquivos nas propriedades de seus custodiadores ou titulares, de forma que os pesquisadores poderiam consultar os documentos;

b) em 1932 foi criada a modalidade de contrato de depósito, que assegurava a propriedade dos arquivos aos seus custodiadores e o acesso aos documentos, aos pesquisadores. "(...) será até os anos 1970 a principal forma de crescimento do Arquivo Nacional no que se refere aos arquivos privados" (NOUGARET, s.d, p. 26, tradução nossa);

² Diretor do Arquivo Nacional da França no período de 1913 a 1929.

c) o decreto-lei de 17 de junho de 1938 passou a proteger os arquivos privados de interesse nacional, considerados monumentos históricos, inclusive de evasão para o estrangeiro;

d) o decreto de agosto de 1945 estabeleceu que aos arquivos privados fossem aplicados os mesmos princípios e métodos aplicados aos arquivos públicos;

e) foi criado um serviço de arquivos econômicos, privados e de microfilme no Arquivo Nacional. A criação do serviço ocorre na gestão de Charles Braibant, em 1949. A iniciativa visava à preservação e visibilidade dos arquivos privados de interesse histórico. Com a criação desse serviço foi possível realizar atividades de organização, de produção de inventários e mesmo de microfilmagem nas propriedades dos custodiadores dos arquivos; e

f) a gestão do diretor do Arquivo Nacional Charles Braibant (1948-1959), que teve uma postura agressiva de recolhimento ao Arquivo Nacional: "145 fundos entram no Arquivo Nacional de 1949 a 1956, contra 70 nos cem anos anteriores (73 arquivos familiares, 64 arquivos de economia e 8 arquivos sociais)" (NOUGARET, s.d, p. 27, tradução nossa).

No país, apesar de um processo histórico que envolveu uma grande preocupação com o patrimônio da nação, inclusive relativa à sua permanência em território francês, é apenas com a promulgação da Lei de 3 janeiro de 1979, referente aos arquivos, que ocorre a definição dos arquivos privados – a saber, que "são os arquivos produzidos (organicamente produzidos e recebidos) por pessoa física ou moral de direito privado" (NOUGARET, s.d., p. 738, tradução nossa) – e se afirma a capacidade dos arquivos públicos de recolherem os arquivos privados de interesse histórico.

3.1.2 - Reino Unido

No Reino Unido, em 2 de abril de 1869, foi constituída a Real Comissão de Manuscritos Históricos,³ ou, como ficou conhecida, *Historical Manuscripts Commission* (HMC), com a finalidade de publicar manuscritos de interesse histórico, legal, científico e para a literatura, originários de instituições e de famílias. A Comissão, que é atuante até hoje, passou a realizar censos periódicos desses arquivos que se encontram no âmbito privado e que são de interesse público.

³ Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk/policy/warrant.htm>. Acesso em: 20 de maio 2009

Mas já nos primeiros anos do século XIX haviam ocorrido iniciativas de publicação de originais de documentos do Estado, considerando a importância da documentação arquivística para o estudo histórico. George Harris of Rugby, a partir do trabalho que desenvolveu para escrever a biografia de Philip York e após a elaboração do calendário de seus documentos, percebeu a relevância dos documentos privados para a História e propôs, em 1857, um censo para identificar a localização e os conteúdos de arquivos privados.

Sua proposta visava à publicação de catálogos e relatórios sobre o material arquivístico encontrado. Entretanto, seu projeto foi recusado pelo governo em 1859. Dez anos mais tarde, Lord Romilly retomou o projeto de Harris com uma redução substancial de custos (um quarto do projeto inicial) e o mesmo foi aceito pelo governo. Para a realização do projeto foi constituída a HMC, composta por membros de destaque da comunidade acadêmica e por custodiadores de coleções arquivísticas.

O processo histórico no Reino Unido também sofreu influência das Guerras Mundiais e do projeto de mapeamento dos arquivos privados pessoais e familiares.

Inicialmente, o trabalho da HMC duraria cinco anos, mas em 1876 esta é confirmada como comissão permanente.

Vinte anos da Primeira Guerra Mundial, 117 volumes dos relatórios da comissão foram publicados, incluindo seleções dos papéis de Cecil da Casa de Hatfield, Fortescue (Grenville), e arquivos incluindo dos lordes Kenyon, Lothian, Carlisle, Ancaster, Mar e Kellie, e Montagu of Beaulieu, assim como dos arquivos dos Stuart do castelo de Windsor. Os relatórios também cobriram os arquivos das antigas cidades, das catedrais e de velhas fundações. Em nenhum lugar da Europa ou norte da América na época foram os arquivos privados alvo de tamanha pesquisa [...]. (JAMES, Norman. The Historical Manuscripts Commission [HMC], tradução nossa)⁴

Após a Primeira Guerra Mundial, o trabalho desacelerou, mas em 1926 a Comissão alertou o governo quanto ao perigo da evasão dos arquivos privados devido às situações financeiras das famílias. O quadro levou o governo a adotar medidas no sentido de obter preferência nas negociações ou manter cópias nos repositórios públicos.

⁴ Disponível

em: <http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/articles/historical_manuscripts_commission.html>.

Acesso em: 16 dez. 2008

Entretanto, outras instituições se inseriram no esforço de resgate do patrimônio arquivístico privado de interesse público, entre as quais a *British Record Society*, surgida anos 1920, e a *British Records Association* (BRA), fundada em 1932.

Foi no final da Segunda Guerra Mundial, com a problemática da destruição dos arquivos históricos em decorrência dos ataques, que o projeto de censo dos arquivos de interesse para a nação sofreu alteração e ganhou maior dimensão. Em 1945, foi criado o *National Register of Archives* (NRA), que faz parte da HMC, mas possui orçamento e equipe distintos.

No Reino Unido, as atividades da *Historical Manuscript Commission* e da *Public Record Office* (PRO)⁵ levaram, em 2003, à fusão de ambas no Arquivo Nacional do Reino Unido.

Mas não foi apenas na França e no Reino Unido que a relação próxima entre os arquivos e os historiadores permitiu uma maior visibilidade desses arquivos pessoais e a asseguuração de sua preservação.

3.1.3 - Estados Unidos

Schellenberg (1980, p. 33), em seu livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, apresenta o quadro dos Estados Unidos quanto à inserção dos arquivos pessoais como uma questão da Arquivologia, na medida em que passam a ser considerados fontes de pesquisa. Segundo o autor, ao longo do século XIX foram as sociedades históricas que recolheram os papéis manuscritos de personagens de destaque para a história americana, visando o acesso aos mesmos por parte dos genealogistas e historiadores.

Atividades censitárias semelhantes às realizadas no Reino Unido e na França também foram desenvolvidas no país. Em 1918, a *Library of Congress* publicou o resultado de um censo realizado no período de setembro de 1916 a junho do ano seguinte. A pesquisa objetivava identificar as "coleções"⁶ de americanos com papel relevante para a história dos Estados Unidos, mantidas por instituições de pesquisa, sociedades históricas, bibliotecas públicas e universidades.

⁵ Estabelecido em 1838 para custodiar os arquivos do governo central e das cortes de justiça.

⁶ Toda a vez que o termo for utilizado podendo significar arquivo ou coleção, o mesmo será colocado entre aspas.

Às 252 instituições foi solicitado, por correspondência, o envio à *Library of Congress* de uma lista incluindo as datas e os títulos descritivos dessas "coleções". Foi feita uma recomendação explícita para que somente aquelas "coleções" consideradas de importância histórica ou de grandes dimensões fossem incluídas na lista.

Apenas 86 respostas foram enviadas até junho de 1917. A publicação reuniu as informações sobre essas "coleções" pessoais consideradas de valor histórico e sobre aquelas mantidas pela própria *Library of Congress*. As 87 páginas distribuem-se em três partes:

- a) listagem alfabética por nome da "coleção", data-limite e instituição custodiadora;
- b) listagem organizada por agrupamento cronológico, reunindo as "coleções" por intervalos de dez anos segundo suas respectivas datas-limite;
- c) listagem por ordem de identificação da instituição custodiadora, relação das "coleções" e respectivas datas-limite.

O livro oferece ao público informações sobre arquivos ou coleções pessoais e/ou familiares do período de 1428 a 1917. O fundo mais antigo, *Argenteau Family* (1428-1880) encontrava-se já depositado na própria *Library of Congress*.

3.1.4 - Canadá

Segundo Taylor (1983), o cenário canadense não difere dos anteriores no que se refere à relação direta entre preservação dos arquivos e História, bem como à própria estratégia de aquisição dos arquivos públicos. "Documentos públicos e manuscritos são reunidos de acordo com as prioridades dos historiadores" (TAYLOR, p. 121, 1983, tradução nossa).

Uma vez reconhecida a importância cultural dos arquivos pessoais e dado o considerável interesse desses materiais para os usuários dos arquivos para pesquisa familiar e para estudos históricos mais amplos, chegará a hora em que os arquivos se concentrarão no pessoal e no privado. (CRAIG, 2002, p. 176, tradução nossa)

Para Craig (2002), no Canadá os arquivos pessoais são objeto de interesse dos arquivos nacionais, provinciais e territoriais, das universidades e das municipalidades. Segundo a autora, materiais como fotografias, diários e cartas são fontes de pesquisa ricas para o usuário em geral e não só para o historiador ou pesquisador em Literatura.

3.2 - OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO COLEÇÕES, MANUSCRITOS E PAPÉIS PESSOAIS

Observamos que os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado refere-se às diversas formas de expressar o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa ou família no desempenho de suas atividades/funções em sociedade e ao longo de sua trajetória. Tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como "coleções", "manuscritos" ou mesmo "papéis pessoais". Gostaríamos, a propósito disso, discutir a marca dessa categorização, uma vez que é uma discussão central para o tema.

Cada uma das três categorias citadas traduz, de forma menos ou mais explícita, um não reconhecimento desses conjuntos documentais como arquivos; ou mesmo, quando podem ser considerados como arquivos, que são restritos a um estereótipo de documento arquivístico – manuscrito ou papéis – que se refere à técnica ou ao suporte.

Na literatura da área, em especial na americana e canadense, o termo "manuscrito" se refere aos papéis históricos ou literários dos arquivos pessoais ou de família, enquanto o termo "arquivo" (*archives*) diz respeito ao arquivo permanente de uma organização privada ou governamental.

Outra expressão usual encontrada na literatura, *personal papers*, somente é utilizada quando associada aos arquivos pessoais ou familiares. A expressão indica implicitamente que apenas documentos em papel seriam objeto desses arquivos, excluindo as fotografias e os objetos tridimensionais, por exemplo. Entretanto, também traduz uma idéia de falta de contexto, de desconexão – de documentos isolados: “os papéis”.

O conceito de coleção, por sua vez, implica na reunião intencional de documentos sem a marca da produção natural e sem a explicitação da relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram. A coleção pode ser inclusive temática. O tema de uma coleção pode ser uma pessoa ou uma família. A coleção constitui-se como uma obra do colecionador e é de responsabilidade somente do colecionador a reunião do conjunto desses documentos, que seguem os critérios determinados por suas escolhas.

Na literatura americana e canadense, o termo "coleção" expressa o que identificamos conceitualmente como coleção, ou mesmo arquivo, no que se refere aos arquivos pessoais; não há distinção no uso dos termos. O conceito de arquivo simplesmente não é aplicado ao se

nomear o conjunto de documentos de uma pessoa ou família. Tratando-se de documentos pessoais ou familiares no âmbito da Arquivologia canadense e americana, encontraremos apenas o termo "coleção" associado a esses arquivos. No Reino Unido e na França já encontramos ocorrências de *personal archives* ou *archives personnelles*.

A necessidade de entender, processar e controlar os documentos remonta à própria escrita, à sua história e à divulgação da informação. Como demonstra a professora da *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information de l'Université de Montreal*, Louise Gagnon-Arguin,

[é] ao aparecimento da escrita que remonta o nascimento dos arquivos e da arquivística, bem como das novas ocupações, entre as quais a de arquivista. A escrita permitiu produzir obras literárias, mas também serviu à administração. Assim, desde que o homem utiliza a escrita para registrar informação, é possível seguir a evolução do suporte no qual foi inscrita essa mesma informação, o tipo de informação retida, os métodos de trabalho utilizados para tratá-la, bem como a evolução das funções das pessoas afectas à gestão dessas informações. (GAGNON-ARGUIN, 1998a. p. 29).

A trajetória dos arquivos e da Arquivologia vem, portanto, assinalada pela própria institucionalização dos arquivos. A necessidade de regular as relações comerciais, determinar a presença do Estado, registrar os processos de dominação dos povos, controlar a informação sobre a sociedade e assegurar a propriedade promoveu a criação dos arquivos e, principalmente, dos arquivos públicos. É dentro desse contexto institucionalizante dos documentos e dos arquivos que se forma a base da Arquivologia.

Como consequência desse processo histórico, outra hipótese sobre o lugar obscuro dos arquivos pessoais na literatura da área baseia-se na própria formação profissional dos teóricos da Arquivologia, que usualmente são oriundos de uma vivência no âmbito dos arquivos públicos. De acordo com essa hipótese, suas formulações teóricas estariam direcionadas à realidade de produção, gestão, preservação e acesso dos documentos públicos e, portanto, não considerariam os arquivos pessoais.

A título de exemplificação, podemos citar o caso dos arquivistas holandeses, famosos por sua célebre publicação *Manual de arranjo e descrição*, Muller, Feith e Fruin, que em 1898 sistematizaram as práticas de organização e descrição dos arquivos do Estado holandês; bem como Sir Hilary Jenkinson (1882-1961), arquivista e paleógrafo que foi diretor do Arquivo Público Britânico; ou T.R. Schellenberg (1903-1970), funcionário do Arquivo Nacional dos Estados Unidos a partir de 1935 e subdiretor do Arquivo no período de 1957 a

1963; e ainda Michel Duchein, que trabalhou como arquivista no Arquivo Nacional da França, onde foi também Inspetor Geral.

A análise da atuação no mercado de trabalho dos arquivistas que formularam a base teórica da área se apresenta como um tema de pesquisa bastante interessante e que merece ser desenvolvido, uma vez que a elaboração das idéias desses teóricos reflete suas experiências profissionais e suas pesquisas. Apesar de tal estudo não ser objeto da presente pesquisa, perceber esse quadro como parte do contexto das formulações teóricas da Arquivologia é importante como elemento a ser considerado na avaliação do processo histórico do reconhecimento do lugar dos arquivos pessoais na área da Arquivologia.

3.3 - OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO ARQUIVOS

A base de nossa análise sobre a problemática da descrição arquivística no âmbito dos arquivos pessoais fundamenta-se no próprio conceito de arquivo pessoal. Entendemos "arquivo pessoal" como conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social.

Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo.

Cumpramos ainda notar que documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características típicas dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. Essas características serão objeto de nossos comentários mais adiante no texto.

“O documento é autêntico quando é aquilo que afirma ser” (DURANTI, 1995c, p. 7, tradução nossa). Os documentos arquivísticos são produzidos para fins de registro, seja da intimidade, seja das atividades profissionais e de negócios, ou das relações familiares e sociais. Um diário íntimo, por exemplo, é o registro cotidiano de expressões dos sentimentos, pensamentos e atividades diárias; uma carta de amor é a expressão dos afetos de uma pessoa pela outra; um cartão de pêsames traduz o pesar pela perda de uma pessoa querida; um bilhete de teatro é o registro do ingresso de alguém em um espetáculo teatral; uma certidão de

casamento representa o estado civil de duas pessoas; as notas de aula expressam idéias estruturadas por um professor e utilizadas no exercício de sua função; um contrato representa as condições acordadas entre partes distintas para a celebração de um negócio; um *menu* é o registro dos pratos servidos em uma recepção; e assim por diante.

O conjunto expressa as redes de relacionamento entre os documentos e o que representam. Os documentos são produzidos no decorrer das atividades e no escopo das funções sociais do titular, e cada um possui uma função própria no arquivo e em cada arquivo individualmente. Uma carta e sua minuta são únicas e ocupam lugares distintos nos arquivos do destinatário (que detém a carta original) e do autor da mesma (minuta).

Artières (1998) retrata as referências de um cotidiano que podem ser encontradas em qualquer arquivo pessoal:

Imaginemos por um instante um lugar onde tivéssemos conservado todos os arquivos das nossas vidas, um local onde estivessem reunidos os rascunhos, os ante-textos das nossas existências. Encontraríamos aí passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas. No meio da confusão, descobriríamos cartas: correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. Entre a papelada, faríamos achados: poderia acontecer de esbarrarmos com nosso diário da adolescência ou ainda com algumas páginas manuscritas intituladas "Minhas lembranças de infância". (ARTIÈRES, 1998, p. 9)

A peculiaridade do documento de arquivo em relação ao documento de biblioteca e ao documento museológico está intrinsecamente relacionada à sua produção. O documento de arquivo é gerado para registrar ou representar uma atividade, um ato, e está, portanto, implicado em funções e processos, e vinculado a uma missão. É também o próprio instrumento da atividade. Segundo Bearman, "os documentos de arquivo são documentos **de** e não **sobre** atividades" (BEARMAN, 1992, p. 43, tradução nossa, grifo do autor).

A produção do documento arquivístico está estabelecida pelo seu valor primário, um valor que lhe é nato, aquele que explicita a causa de sua produção, que comprova o ato ou a atividade geradora do próprio documento.

Hobbs propõe uma reflexão sobre a constituição dos arquivos pessoais:

Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como vêm e experimentam suas vidas. Um indivíduo cria seu arquivo para atender suas necessidades ou predileções ou personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa disse que devia criá-lo. É claro que existem exceções, como formulários de imposto de renda e assim por diante, mas esses documentos refletem a *persona* pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou personalidade. (HOBBS, 2001, p. 128, tradução nossa).

Ao utilizarmos esses termos – atividade, ato, funções, processos e missão – imediatamente estabelecemos uma ligação com o cenário de uma organização, seus processos de negócios, suas atribuições. Nesse sentido, por muito tempo os arquivistas somente reconheceram como típicos de arquivo os documentos produzidos no âmbito corporativo. Em um processo contínuo e sem crítica, o discurso que justifica e conceitua o arquivo, em sua própria construção, ao utilizar termos mais identificados com a administração, exclui a visibilidade dos arquivos pessoais no quadro conceitual. O arquivista italiano Lodolini (1994) explicita esse pensamento da área. Segundo o autor, para que o documento seja considerado um documento de arquivo deve ter sido produzido em um processo administrativo, ou melhor,

na administração de um Estado, ou de uma outra coletividade organizada, de uma empresa, de uma família, ou na administração de setores particulares, políticos, judiciais, financeiros, militares, eclesiásticos, tecnológicos, científicos.

A narrativa de um cronista ou o manuscrito de uma obra literária ou científica, por sua vez, por terem sido redigidos com o fim científico de transmitir notícias ou de expressar o pensamento do autor, não têm caráter documental. (LODOLINI, 1993, p. 24, tradução nossa)

Lodolini exclui os arquivos constituídos por indivíduos, mas insere os arquivos familiares nesse conjunto, e apenas porque no contexto europeu esses arquivos trazem em si a administração das propriedades das famílias.

Retomando a discussão sobre a conceituação de arquivo e de coleção que nos parece particularmente interessante, vejamos, “na realidade, o que poderá responder à pergunta – arquivo ou coleção?”.

A resposta se encontra na aplicação do primeiro princípio básico da Arquivologia, o princípio da proveniência, e na identificação de duas características intrínsecas aos arquivos: a organicidade e a naturalidade.

a) Quem é o produtor do arquivo? O conceito de "produtor" com o qual estamos trabalhando é o daquele que é responsável pela criação e acumulação dos documentos ao longo de sua vida, no cumprimento de suas atividades e funções sociais.

b) Existe relação orgânica entre os documentos? E, se existe, a mesma é perceptível?

Se não for possível identificar o produtor do arquivo e tampouco as conexões naturais entre os documentos, estamos diante de uma coleção. Um conjunto de documentos que foi reunido sobre um tema, uma pessoa, uma família etc, em decorrência de um processo artificial de coleta efetuado por um colecionador.

Em 1898, os arquivistas Muller, Feith e Fruin publicaram um manual que sistematiza a prática arquivística holandesa, conforme já mencionamos anteriormente. Essa publicação é um marco na área e ainda é amplamente citada nas discussões mais contemporâneas da Arquivologia. Esses profissionais definiram "arquivo" excluindo os arquivos pessoais dessa formulação. Para os arquivistas holandeses:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13)

Reconhecem, no entanto, que pessoas podem possuir arquivos, desde que estes sejam identificados com suas atividades de negócios. A título de exemplificação de tipos documentais que constituiriam esses arquivos de pessoas vinculadas às atividades comerciais, mencionam: "diário, razão, cartas recebidas, cópias das cartas expedidas" (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 19).

Mas, ao tratarem dos documentos produzidos e acumulados em uma família, não os reconhecem como arquivos, pois seriam desprovidos de qualquer organicidade, à exceção dos arquivos de famílias principescas.

Jenkinson (1922), em sua definição de documento de arquivo, já inseriu a problemática do arquivo privado e seu universo – a questão dos arquivos pessoais ou familiares:

Para que um documento possa ser considerado arquivístico deve ter sido produzido ou utilizado no curso de transações administrativas ou executivas

(seja pública ou privada) da qual o documento faça parte, e deve ser preservado como fonte de informação pela pessoa ou pessoas responsáveis pela transação e/ou por seus legítimos sucessores. (...) Arquivos não são produzidos pelo interesse ou para ser fonte de informação para a posteridade. (JENKINSON, 1922, p.11, tradução nossa)

O autor, quando discute a problemática da transmissão de arquivos, reconhece que muitos documentos de interesse do Estado encontram-se nas mãos do segmento privado, e não estão depositados no *Public Record Office*, conforme as informações dos relatórios do *Historical MSS Commission* a partir das atividades censitárias. O autor exemplifica citando arquivos pessoais: "os papéis de Cecil ainda em Hatfield House, a coleção do Duque de Leeds (...)" (JENKINSON, 1922, p. 37, tradução nossa).

Somente com a percepção de que o documento de arquivo pode ser utilizado para outro fim, diferente daquele que lhe deu origem, podem ser entendidos como arquivísticos os documentos produzidos por um indivíduo.

Thomassen (2006) analisa os arquivos e suas funções em relação à memória. Para o autor, os arquivos

funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtos de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar a sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo. (THOMASSEN, 2006, p. 6)

Essa percepção implica no reconhecimento de valores que podem ser atribuídos aos documentos, como o histórico, cultural e de pesquisa. O fato de lhe ser atribuído um valor distinto daquele que justificou sua produção, o valor secundário (valor de pesquisa), não significa que o valor primário deixou de existir. Muitas vezes não são excludentes. O valor secundário está centrado no conteúdo do documento e ao seu valor de informação: “valor informacional é a capacidade do documento de arquivo de fornecer informação sobre pessoas, coisas, fenômenos e outros assuntos de interesse para pesquisa” (EASTWOOD, 2008, p. 236, tradução nossa).

O documento arquivístico sempre servirá de prova das ações que lhe deram origem. Esta característica que lhe é nata sempre permanece; em alguns casos, o que modifica é o seu uso. Um recibo de aquisição de uma televisão, por exemplo: uma vez findo o período de sua garantia, não será útil para trocas ou manutenções gratuitas, mas sempre será o registro da compra do objeto. Uma certidão de casamento só poderá ser utilizada para fins de comprovação do enlace civil do casal enquanto o casamento perdurar, no entanto sempre será o documento que expressa o registro da união civil do casal.

Inúmeras são as interpretações e os usos desses registros. Os cardápios podem ser utilizados para o estudo da culinária em um determinado período histórico; as cartas de amor, para a análise das relações amorosas; os contratos de negócios, para estudo das relações comerciais entre empresas de um determinado segmento da economia; etc. O desdobramento decorrente do valor secundário da documentação não apaga a motivação da produção dos documentos:

Porque são produzidos como meio e não como fim em si mesmo, os arquivos são capazes de assegurar um testemunho autêntico das ações, processos e procedimentos que provocaram a sua existência. Para a pergunta sobre o que é único em relação ao valor sócio-cultural dos arquivos e que justifica sua contínua preservação, nós podemos responder que o fator que distingue os arquivos é o fato de que podem prover a mais imparcial reflexão desses valores – não a mais verdadeira, nem a mais objetiva, nem a versão mais completa, simplesmente a mais imparcial. (MACNEIL, 1994, p. 13, tradução nossa)

O reconhecimento dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a identidade de uma sociedade - para estudos antropológicos, historiográficos, culturais e até mesmo como fonte para uma análise comparativa em relação ao que é preservado como resultado da gestão pública - implica o arquivista no processo de modo muito particular. A partir dessa percepção, sua autoridade no desempenho de suas funções adquire um novo lugar na sociedade e na própria Arquivologia.

Para McKemmish o papel do arquivista é essencial para a própria constituição e acesso da memória da sociedade:

Os arquivistas estão, em parte, no negócio de assegurar que um arquivo pessoal considerado de particular interesse para a sociedade como um todo seja incorporado em arquivos coletivos da sociedade e que constitua uma

parte acessível da memória dessa sociedade, seu conhecimento e sua identidade cultural – a prova de nós mesmos. (MCKEMMISH, 2001, p. 2, tradução nossa)

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área de conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade; são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade. Identificar as conexões entre os documentos e o que representam, preservar esses documentos de forma que seu sentido inicial, referido em sua produção, seja mantido e tornar acessíveis esses acervos aos mais diferentes usuários são desafios para o arquivista.

Sem instrumentos de gestão organizacional como organogramas, regimentos, estatutos, portarias, instruções normativas etc. que facilitam a reconstrução da história administrativa de uma organização ou instituição, o arquivista deverá, da mesma forma, recompor a história do titular do arquivo, de sua rede de relacionamentos e de seus interesses, em busca da contextualização do arquivo objeto de seu estudo.

Camargo (2008) chama atenção para dois problemas no processo descritivo dos arquivos pessoais: o uso de categorias mais genéricas na estrutura do arranjo documental, o que pode causar "ambiguidades e sobreposições" (p. 9) – e aí aponta como solução uma abordagem mais específica, centrada na produção documental –; e a variedade de tipos documentais ainda não reconhecidos na área.

Em nosso trabalho vamos analisar a descrição arquivística como uma função distinta, apesar de relacionada ao arranjo e ao acesso; função estruturada metodologicamente em um trabalho de pesquisa que envolve as diversas dimensões do contexto arquivístico, como a da produção, do gerenciamento, do acesso aos documentos e dos programas descritivos. Seu caráter essencial para a preservação das características do arquivo, para a compreensão das relações entre os documentos e para os possíveis usos dos acervos exige que seja considerada uma atividade típica do arquivista, constituindo-se como uma das mais complexas dentre as que o profissional desenvolve.

Neste sentido, a análise do discurso imperativo quanto à necessidade de elaboração e adoção de padrões descritivos torna-se uma discussão central, uma vez que é fundamental avaliarmos em que medida essas normas podem contribuir para o efetivo exercício dessa

função arquivística de pesquisa, mantendo as características do material arquivístico e, simultaneamente, assegurando a visibilidade de sua formulação científica.

4. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UMA FUNÇÃO DE PESQUISA

A descrição arquivística tem sido apresentada na literatura da área de forma redutora em relação ao que de fato significa e representa, seja porque sua pertinência é tratada como restrita aos arquivos permanentes, seja porque é identificada com a própria elaboração dos instrumentos de pesquisa, seja ainda porque mais recentemente, nas últimas décadas, está vinculada ao cumprimento de padrões que visam à elaboração de instrumentos de pesquisa ou dispositivos tecnológicos para acesso às informações sobre os acervos arquivísticos.

Em relação ao primeiro ponto, gostaríamos de comentá-lo brevemente, uma vez que não é objeto de análise deste trabalho. Recapitulando as duas principais finalidades da descrição tradicionalmente identificadas na literatura da Arquivologia, encontramos: controle e acesso. Se compreendermos que dentre as funções da descrição arquivística estão inseridos a elaboração de mecanismos de acesso; a explicitação dos relacionamentos entre os documentos de arquivo e as funções e atividades que lhes deram origem; e, também, o controle do acervo, percebemos que, em todas as fases documentais (corrente, intermediária e permanente), é importante a implementação de um processo descritivo, uma vez que controle e acesso são necessários e relevantes.

Duranti (1993) nos lembra que "o termo 'descrição arquivística' significa literalmente escrever sobre o material de arquivo e abarca as idéias de representação, identificação e organização" (DURANTI, 1993, p. 47, tradução nossa).

No âmbito da gestão de documentos, uma das atribuições mais relevantes do arquivista é a classificação dos documentos segundo um plano ou código de classificação.⁷ A atribuição do código ou plano de classificação imprime aos documentos o registro da organicidade e estabelece a ordem original do arquivo. Como esse instrumento de gestão deve ser estruturado segundo as funções e atividades da administração, ao realizarmos a classificação já definimos quais documentos estão relacionados entre si, quais atividades e funções representam e quais se inter-relacionam. Por meio da classificação reunimos o que deve ser reunido e, conseqüentemente, separamos os documentos que não interagem.

⁷ Plano ou código de classificação de documentos e Tabela de temporalidade são considerados pela literatura da área como os instrumentos fundamentais da gestão de documentos.

Observe-se ainda que, se a organização já possui uma tabela de temporalidade,⁸ a partir do processo de classificação o arquivista pode, desde a fase corrente, identificar quais documentos serão de guarda permanente e quais serão descartados no futuro. Assim, o domínio desse conhecimento possibilita o planejamento de um conjunto de atividades de forma a agilizar o acesso, promover a recuperação da informação com maior precisão, destinar recursos humanos, materiais, tecnológicos e de infra-estrutura com maior racionalidade, planejar as ações de preservação etc., equacionando a relação custo-benefício.

Devemos acrescentar que no decorrer do processo de tomada de decisão a questão do controle intelectual e do acesso ao documento é mais emergencial e, desta forma, exige do arquivista uma organização informacional muito eficiente apesar de, à luz das necessidades informacionais do usuário dos arquivos permanentes, parecer mais pontual e menos complexa. A título de exemplificação, podemos mencionar os elementos de identificação que são atribuídos aos processos administrativos no momento de sua autuação e que servirão de elementos para sua recuperação, tais como o seu número, o nome do interessado, a procedência, o código de classificação e o seu objeto ou assunto.

O arquivista, para recuperar um processo, elabora instrumentos de pesquisa que lhe permitem atender ao usuário dentro do tempo do processo decisório. O usuário que demanda ao serviço de arquivo um documento para dar continuidade a uma ação, normalmente o faz utilizando-se de um desses elementos de identificação do documento, que constituem o próprio documento e que se transformam em elementos para sua recuperação.

É importante ressaltar que ao longo de nosso trabalho vamos utilizar o conceito de usuário proposto por Le Coadic: o usuário é "aquele que busca uma informação para suprir uma demanda de informação" (LE COADIC, 1997, p. 59, tradução nossa).

Na sociedade atual, e devido às constantes inovações tecnológicas, são inúmeras as possibilidades para a definição de instrumentos de recuperação de informações acerca dos arquivos em suas diferentes fases. O uso da informação, no cenário de inovações voltado para atender o processo de tomada de decisão e/ou para referenciar o valor primário dos documentos, implica em processo descritivo distinto daquele que poderá ser adotado quando os documentos de arquivo atendem ao seu valor secundário e, em especial, se estivermos analisando o quadro a partir da perspectiva da internet. Os programas de descrição são

⁸ Instrumento de gestão de documentos que identifica o prazo de guarda e eliminação dos documentos. Normalmente baseada no código e/ou plano de classificação.

distintos, pois os usuários e os usos dos acervos - no contexto do processo de decisão e do contexto da pesquisa acadêmica, cultural ou probatória - são diferenciados.

Deste modo, elementos como numeração do documento, identificação do tipo documental, data, procedência, assunto e código referente ao plano de classificação são fundamentais para que se constitua minimamente qualquer programa descritivo e sejam elaborados os respectivos instrumentos de pesquisa configurados para controlar, representar e permitir o acesso aos documentos em fase corrente ou intermediária. Ao prevermos um programa descritivo mais voltado para a fase permanente, ou seja, focado no valor secundário da documentação, o mesmo deverá incluir os elementos utilizados em fase corrente e intermediária, mas oferecer outros desdobramentos ou outras camadas de compreensão que representem o contexto arquivístico. Assim sendo, a diferença inicial que é marcada pelo perfil do usuário, pela demanda da informação e pelo acesso aos documentos, ao final do processo será equalizada.

Em relação ao segundo aspecto redutor, a recorrente associação da descrição arquivística com a produção dos instrumentos de pesquisa, de acordo com a nossa percepção essa associação relega a um lugar obscuro outros produtos decorrentes de etapas do processo descritivo, como a análise tipológica; a reconstrução do contexto arquivístico em seus principais eixos; a produção de um vocabulário controlado; elaboração de glossários (como, por exemplo, de abreviaturas); e a pesquisa genealógica. Ao longo deste capítulo vamos analisar cada um desses aspectos.

O processo e/ou programa descritivo implica necessariamente na identificação das espécies e dos tipos documentais individualmente encontrados em um arquivo e/ou coleção. Esta identificação é fundamental para o estudo das atividades e ações representadas nos documentos, para a análise dos inter-relacionamentos entre os mesmos e, por consequência, entre as atividades e funções que representam. Essa etapa do processo de pesquisa documental, que se insere no programa descritivo, também permite ao arquivista identificar as formas de comunicação entre o titular do acervo e seus pares e assim estabelecer os laços de relacionamento (íntimo, familiar, negócios) e os diferentes graus de intimidade.

Evidentemente, este não é o único elemento observado. Durante a análise documental percebem-se também formas de tratamento, de saudação e despedida, a existência de marcas ou símbolos (como a tarja negra no entorno do documento quando a família experimenta período de luto), a frequência da comunicação etc. Nessa etapa, o recurso da análise do discurso pode ser utilizado pelo arquivista para compreender a composição das

relações entre aqueles que permeiam a vida do titular e, até muitas vezes, subsidiar a formulação de hipóteses sobre os saltos cronológicos ou temáticos na documentação. Mas sem dúvida a identificação dos tipos documentais contribui para a compreensão do contexto de relacionamento.

Em nosso trabalho compreendemos a descrição arquivística também como uma forma de representação arquivística da mesma maneira que o arranjo. Segundo Yakel (2003), representação arquivística é:

Uma função arquivística comumente identificada como arranjo e descrição, processamento e, ocasionalmente, catalogação arquivística. O termo "representação arquivística", mais precisamente, reúne as funções do arquivista de (re)ordenar, interpretar, criar substitutos e desenhar arquiteturas para sistemas de representação que contêm esses substitutos do próprio material arquivístico ou de suas representações. (YAKEL, 2003, p. 2, tradução nossa)

A descrição arquivística é uma representação formulada pelo arquivista. Conforme observamos, sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é a reconstrução do contexto arquivístico.

Thomassen (2006) define contexto arquivístico como:

[...] todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p. 10)

Ainda segundo o autor, o contexto de proveniência se relaciona aos contextos organizacional, funcional e de processos. Desta forma, o contexto de proveniência explicita a estrutura do arquivo, as funções exercidas pelo produtor do arquivo e as atividades desenvolvidas pelo mesmo, assim como os processos ocorridos no decorrer do desenvolvimento dessas atividades que se refletem nos atos, nas ações e na própria produção documental.

Bearman (1992), em seu artigo "*Documenting documentation*", demonstra a relevância do processo de documentação dentro do contexto de produção do arquivo e também como mecanismo para assegurar o conceito do arquivo como prova ou testemunho. Para o autor, o processo de documentação deve ser centrado na representação das características das atividades que dão origem aos arquivos e justificam sua criação, nas funções que são vinculadas a essas atividades, bem como nos sistemas de informação relacionados:

Em resumo, a documentação dos três aspectos do contexto de produção do arquivo (atividades; estrutura e funções; sistemas de informação), juntamente à representação de suas relações, é essencial para o conceito de arquivo como prova e é, sobretudo, um princípio teórico fundamental para documentar a documentação. Documentar é um processo que registra a informação sobre uma atividade e é relevante para identificá-la como prova da atividade, registrando informações sobre os documentos que são úteis para seu gerenciamento em seus repositórios. (BEARMAN, 1992, p. 41, tradução nossa)

Thomassen considera o contexto de administração – ou administrativo – pertinente ao processo de acumulação dos documentos pelo titular do arquivo; o contexto de uso está diretamente relacionado ao usuário e aos usos dos documentos de arquivo; e os contextos sociopolítico, cultural e econômico são relevantes para a compreensão dos conteúdos dos documentos e podem também justificar o contexto de produção e acumulação.

Entendemos que é sempre com base no trabalho de pesquisa do contexto arquivístico que será possível fundamentar as decisões metodológicas quanto ao arranjo e sua estrutura interna; ao programa descritivo a ser adotado; às políticas de acesso e de reprodução; à política de preservação; e, inclusive, assegurar a autenticidade dos documentos de arquivo.

4.1 - A RECONSTRUÇÃO DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

A etapa de reconstrução do contexto arquivístico, constituinte do programa descritivo, evoca um minucioso trabalho de pesquisa. O método para o desenvolvimento da pesquisa depende da opção metodológica do arquivista encarregado e do programa descritivo adotado. No caso específico dos arquivos pessoais, podemos mencionar algumas etapas desse trabalho de pesquisa, além da análise documentária e da tipologia documental:

- 1) levantamento e estudo de fontes biográficas sobre o titular do arquivo;

2) elaboração de cronologia sobre o titular com base nas fontes biográficas e/ou com base na documentação existente no arquivo;

3) elaboração de árvore genealógica da família do titular, visando identificar os relacionamentos familiares e os relacionamentos com outras famílias;

4) identificação dos correspondentes ou personagens (pessoas físicas ou jurídicas) mais recorrentes no arquivo;

5) identificação de eventos e fatos históricos mais recorrentes expressos na documentação e posterior elaboração de verbetes;

6) registro dos resultados da etapa anterior na cronologia elaborada dos documentos existentes no arquivo, de forma a permitir a inserção dos documentos dentro do contexto de vida do titular;

7) levantamento e estudo de fontes secundárias sobre os correspondentes ou personagens, eventos e fatos históricos recorrentes na documentação e elaboração de notas explicativas;

8) análise dos relacionamentos pessoais e de negócios, assim como do inter-relacionamento entre os documentos e as atividades e funções do titular e de seus pares;

9) levantamento do processo de acumulação por parte do produtor e de seus herdeiros. Nessa etapa é mister identificar as interferências externas que o conjunto documental pode ter sofrido até o seu recolhimento a um arquivo.

No arquivo pessoal de Rui Barbosa, por exemplo, é possível encontrar o conjunto de cartas enviadas por Rui a sua esposa Maria Augusta durante o noivado. No entanto, as cartas de autoria de Maria Augusta para seu noivo não se encontram no acervo. É interessante mencionar que o arquivo de Rui Barbosa, com seus sessenta mil documentos, nos apresenta um meticuloso produtor de arquivo.

Rui Barbosa guardou também pequenas anotações, diversas minutas de seus discursos e de outros trabalhos, bilhetes de teatro, *menus*, notas de despesas e, inclusive, minutas de cartas que enviou, demonstrando uma preocupação com o sentido da informação e com o contexto de origem do documento. "Outra de suas peculiaridades era não deixar sem resposta as cartas, os telegramas, os cartões, e conservava, muitas vezes, as minutas e cópias de próprio punho, bem como toda a correspondência recebida." (MELLO; MENDONÇA, 1997, p. 18).

Seria razoável assumir que as cartas que recebeu de sua noiva fariam parte de seu arquivo, principalmente considerando a devoção que o titular nutria por Maria Augusta. Sabe-se que após a morte de Rui Barbosa seus papéis foram inspecionados por seu filho Alfredo Rui: "Na edição especial da revista *O Tempo*, em homenagem ao primeiro ano da morte de Rui Barbosa, uma fotografia documenta Alfredo, junto com o mordomo, 'seu' Antônio, Antônio Joaquim da Costa, organizando e selecionando os papéis [...]" (MELLO; MENDONÇA, 1997, p. 19).

Não existe registro dos documentos que foram selecionados e descartados nessa ocasião. Podemos intuir que, se o titular preservou as cartas que enviou para sua noiva em seu arquivo, provavelmente teria preservado as missivas que recebeu. Lembramos que Rui guardava todas as cartas que recebia. Teria a esposa descartado as missivas após sua morte? Ou então seus filhos? E por quê?

Outro interessante exemplo a ser mencionado se refere ao caso do arquivo pessoal de Américo Lourenço Jacobina Lacombe (1909-1993). Historiador, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa por 54 anos, deixou o cargo apenas por ocasião de sua morte. Membro da família Barbosa de Oliveira, era, portanto, primo de Rui Barbosa. Profundo admirador de Rui, ao assumir a presidência da instituição Lacombe dedicou-se à organização e difusão dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico provenientes da trajetória de vida de Rui Barbosa.

Após sua morte, seu arquivo pessoal é recolhido à Fundação em atendimento à sua vontade expressa. Seu arquivo, em fase de organização, espelha um Lacombe historiador e organizador. O conjunto documental se encontrava, em grande parte, separado por pastas identificadas pelo próprio titular segundo uma ordem onomástica e/ou temática. Para controlar as pastas, Lacombe produziu um índice organizado em ordem alfabética com aproximadamente 1.191 itens.

O arquivo guarda alguma semelhança com o de Rui Barbosa. Assim como Rui, Lacombe preservou minutas, versões corrigidas, manuscritos de sua produção intelectual e as missivas recebidas. Dentre tantas pastas, uma guarda mais uma semelhança com o arquivo de Rui: a pasta identificada pelo titular como *noivado*. Nela encontramos os cartões de parabenização pelo noivado com Gilda Masset (em agosto de 1934) e umas poucas cartas trocadas, 18 no total, durante o período de noivado (que se estende até outubro de 1935).

Entretanto, após a leitura desse conjunto de documentos, é possível constatar que o noivo escrevia para sua noiva assiduamente, conforme revela na missiva de 14 de março de 1935 "[...] não tenho papel, mas não quero deixar de cumprir a promessa de escrever sempre." Ou na missiva de 17 de março de 1935, em que Lacombe inicia sua carta da seguinte forma: "hontem pela primeira vez dormi sem lhe ter escripto."⁹ Estes exemplos indicam que o casal de noivos mantinha uma troca de correspondência regular; mas a totalidade das missivas não foi preservada, sendo as 18 cartas, então, um extrato desse conjunto.

A observação desses elementos é de fundamental importância para compreender o titular e também o próprio arquivo. A percepção de interrupções, de vazios, de ausências de registros faz parte da análise do arquivo. Essa etapa do trabalho do arquivista – de reconstrução do contexto arquivístico, mais especificamente do contexto de produção – é particularmente peculiar quando tratamos do arquivo pessoal.

No âmbito dos arquivos pessoais também não existem regras quanto à formatação e ao suporte dos documentos, nem tampouco quanto à estruturação de seu conteúdo. O arquivo pessoal é regulado pela vida cotidiana de seu produtor e, posteriormente, pode ser afetado pelas interferências, muitas vezes não registradas, dos herdeiros e seus sucessores. O trabalho de pesquisa exige um garimpo mais profundo nas fontes secundárias e primárias. É o arquivista quem analisa esse contexto de produção, de acumulação e de aquisição, e cabe a ele, em seu trabalho de pesquisa, remontar a história desse acervo.

Camargo (2002), em artigo sobre os arquivos da polícia política como fonte, tece uma série de considerações sobre a natureza do documento de arquivo, sobre suas características e sua produção de sentido. Segundo a autora, nenhum documento de arquivo

[...] pode ser compreendido ou interpretado sem que se conheçam as razões por que foi produzido ou as condições de que se originou. E a resposta a tais questões encontra-se fora do conteúdo específico dos documentos, num patamar em que predominam informações não verbais: nos demais documentos da mesma série, na disposição dos documentos no âmbito de um processo, no conjunto dos documentos de um arquivo. (CAMARGO, 2002, p. 10)

Esse conhecimento sobre os acervos, na história da Arquivologia, tradicionalmente ficava restrito ao profissional que organizava a documentação. Esse conhecimento muitas

⁹ A forma adotada pelo autor foi mantida na citação.

vezes era repassado ao pesquisador no ambiente da sala de consulta. De certa forma, podemos considerar que o próprio arquivista contribuiu para a perpetuação da idéia de que a pesquisa não fazia parte de suas funções, visto que nunca houve uma preocupação do profissional na ampla divulgação dos resultados de suas atividades neste campo, nem das opções metodológicas ou métodos adotados.

O resultado divulgado restringia-se aos instrumentos de pesquisa publicados impressos, datilografados ou mesmo manuscritos, e – nos últimos vinte anos – disponíveis em bases de dados. Essa prática perpetuava-se inventário após inventário e manual após manual, iniciando com Muller, Feith e Fruim. Os arquivistas holandeses dedicam 67 páginas de seu *Manual de arranjo e descrição de arquivos* aos procedimentos de descrição e à elaboração dos inventários.

Por sua vez, Daniels e Walch (1984) iniciam o capítulo 6, "*Description*", da publicação *A modern archives reader: basic reading on archival theory and practice*, da seguinte forma: "a descrição arquivística é o processo de estabelecer o controle intelectual sobre os arquivos por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa. (p. 201, tradução nossa)".

O Arquivo Nacional da França publicou, em 1993, o manual *La pratique archivistique française*, que conta com um capítulo específico sobre arranjo e descrição, constituído por 51 páginas. Seis são sobre o princípio de respeito aos fundos; seis sobre um novo conceito de descrição, centrado no produtor, na descrição de unidades documentais e na indexação. Em seguida, o manual dedica sete páginas ao quadro de arranjo, 24 a exemplos de instrumentos de pesquisa e tutoriais sobre como elaborá-los e divulgá-los, e o capítulo finaliza com dez páginas sobre conservação e organização de documentos sonoros e bibliografia, ou seja, 47% do capítulo referem-se aos instrumentos de pesquisa.

Em 1999, a direção do Arquivo Nacional da França lançou uma publicação sobre os instrumentos de pesquisa da instituição: *Les instruments de recherche dans les archives*. Organizada por Christine Nougaret, a publicação conta com 259 páginas. Nela é possível identificar a necessidade de adaptação da prática francesa de descrição frente às discussões internacionais de padronização da descrição arquivística, referindo-se explicitamente ao Conselho Internacional de Arquivos e à norma ISAD-G.

O trabalho minucioso descreve a tradição francesa no que diz respeito à elaboração dos instrumentos de pesquisa. Enumera os tipos de instrumentos, analisa o arranjo e o

apresenta como uma atividade prévia à descrição, dedica um capítulo à descrição em conformidade com a ISAD-G e, por fim, expõe aspectos de política de descrição, entre os quais a organização da informação para difusão, a distribuição dos instrumentos de difusão e a extensão do nível de descrição.

Para Nougaret (1999), descrição é "a apresentação intelectual e material de uma unidade arquivística, elaborada por meio de uma identificação exata e única, que explica o contexto de origem e que permite a exploração administrativa ou histórica." (p. 89, tradução nossa). Essa tendência simplificadora - voltada para a elaboração de instrumentos de pesquisa e envolvida no discurso do treinamento de arquivistas para o desenvolvimento da atividade de descrição - permanece presente e, de forma sutil, vai encontrar eco no discurso da padronização.

A simplificação da descrição, restringindo-a à elaboração de um instrumento de pesquisa para o usuário final, não reconhece o trabalho de pesquisa realizado pelo arquivista. O instrumento de pesquisa constitui-se apenas como um dos produtos do processo descritivo e não traduz todo o conhecimento produzido pelo arquivista sobre o acervo.

A título de ilustração, podemos mencionar o caso de um usuário que pesquisava a culinária do final do século XIX e início do século XX. O usuário, aluno de doutorado na Universidade de Paris, tinha como hipótese que, no arquivo de Rui Barbosa, poderia encontrar subsídios para sua pesquisa uma vez que: o período em que Rui Barbosa viveu coincidia com o período estudado; Rui pertencia a uma classe abastada; e seu arquivo pessoal é bastante significativo, constituído por sessenta mil documentos.

Os instrumentos de pesquisa (inventário, repertórios e índices) elaborados pela equipe de arquivistas nos anos 1980 descrevem um Rui Barbosa político, jurista, com vasta e significativa produção intelectual. O usuário analisou todos os instrumentos disponíveis, mas não encontrou nenhum indício de documentação que pudesse ser-lhe útil em sua pesquisa. Entretanto, no decorrer do processo de atendimento, o arquivista encarregado sugeriu que o usuário analisasse um conjunto de cardápios pertinentes aos banquetes oferecidos durante a II Conferência da Paz em Haia, em 1907. A existência desse conjunto não se encontrava registrada como ponto de acesso em nenhum instrumento de pesquisa, nem mesmo nos instrumentos complementares, como os índices. A expressão "ponto de acesso" vem sendo utilizada nos últimos 25 anos associada aos mecanismos de recuperação da informação, principalmente no contexto da informação automatizada. Mais adiante vamos retomar essa definição.

Este episódio retrata um caso de supressão mais complexo do que aparentemente podemos perceber. A inexistência da identificação dos cardápios como ponto de acesso nos instrumentos de pesquisa reflete de certa forma a abordagem do processo de descrição da equipe da época, direcionada para a representação de Rui Barbosa como político, jurista, jornalista etc. E, portanto, determinados espécies ou tipos documentais não foram considerados relevantes.

A exclusão de uma análise tipológica mais detalhada - ou se tal análise ocorreu, a sua não explicitação nos instrumentos de pesquisa de forma a permitir uma interlocução com os usuários - resultou no desconhecimento por parte do pesquisador de documentos de alta relevância para o seu trabalho. Foi a intervenção do arquivista que possibilitou que o usuário atingisse seus objetivos.

No caso apresentado, o usuário ficou maravilhado com a riqueza do conjunto de *menus* dos banquetes oferecidos pelas delegações diplomáticas no decorrer da Conferência da Paz. E, em seguida, o arquivista, como não podia modificar os instrumentos de pesquisa já publicados, inseriu na base de dados, como ponto de acesso, o termo **Cardápio**, de forma que um outro usuário não mais ficasse à mercê do conhecimento do profissional sobre o acervo "arquivado" em sua memória.

Este é um exemplo de como a análise tipológica representa também um ponto de acesso para a pesquisa do usuário final, bem como demonstra que os instrumentos de pesquisa não esgotam o conhecimento sobre o acervo.

Existe uma questão conceitual e metodológica de fundo. O caso do **Cardápio** exemplifica como determinadas práticas descritivas acabam por excluir a produção de conhecimento sobre o acervo, por provocar inconsistências e causar prejuízo ao usuário final.

O caminho para evitarmos situações semelhantes se inicia com a compreensão da *descrição como um processo de pesquisa objetivando produzir conhecimento sobre os acervos*.

Como já mencionamos anteriormente, a compreensão da descrição arquivística como processo de pesquisa redimensiona o seu lugar na própria Arquivologia. Tradicionalmente entendida como atividade voltada à elaboração de instrumentos de pesquisa, perdeu-se sua dimensão científica e foi reforçada sua perspectiva prática até chegarmos a ponto da produção de modelos de “confeção” de descrição.

Ao passo que, por meio da análise do processo como um todo e devidamente distanciados do discurso sedutor da “modelização como solução”, podemos identificar a aplicação da fundamentação teórica da Arquivologia, de metodologia para o estudo de objeto aplicável a outros objetos e de métodos de pesquisa típicos das Ciências Sociais. Como atividade científica, a descrição arquivística deve abarcar todas as etapas de pesquisa e análise, bem como prever o registro e divulgação do conhecimento produzido em todas essas etapas. A documentação sobre todo o processo é essencial para que o acesso à informação e aos documentos ocorra assegurando a difusão do conhecimento sobre os arquivos e oferecendo autonomia ao usuário.

A definição dos elementos identificados na fase de pesquisa que serão utilizados como pontos de acesso e da extensão do nível de detalhamento deve ser considerada indispensável na elaboração de um programa de descrição.

O termo "ponto de acesso", segundo o glossário da norma americana de descrição, *Describing archives: a content standard – DACS*, refere-se a "nome, termo, palavra-chave ou código que podem ser utilizados para identificar e localizar uma descrição arquivística" (SAA, p. 201, 2008). Este termo pode ser padronizado ou não. O glossário diverge do Código de Catalogação Anglo Americano – AACR2, que equivale o termo "ponto de acesso" ao termo "cabeçalho". Já o glossário da norma canadense de descrição, *Rules on archival description – RAD*, define ponto de acesso como: "nome, termo etc., pelo qual uma unidade de descrição pode ser pesquisada ou identificada. (Categoria de acesso)" (RAD, 2008, tradução nossa). Ao longo do presente trabalho, vamos utilizar o termo em conformidade com a definição proposta pela DACS ou RAD, que se afinam.

Conforme mencionado anteriormente, são muitos os produtos decorrentes do processo de descrição arquivística. Ao analisar o acervo, o arquivista encarregado, nas etapas pertinentes à descrição, estabelece quais serão os pontos de acesso que servirão como dispositivos de pesquisa para o usuário. Nos últimos anos, com o crescente uso da *web* como plataforma de divulgação dos acervos, esta questão tem se tornado mais presente nas discussões da área.

Se antes a divulgação dos instrumentos de pesquisa, resultado da descrição arquivística, era realizada por meio da publicação dos inventários e catálogos, com o advento da tecnologia *web* cada vez mais as instituições arquivísticas fazem uso desse território virtual para assegurar a visibilidade institucional e de seus acervos.

Outrora, a questão dos pontos de acesso restringia-se aos índices, usualmente onomástico ou temático, complementares aos inventários. Contudo, a *web* e as novas tecnologias de informação e comunicação ampliaram os canais para busca de informações e modificaram gradativamente os perfis de usuários e a forma como estes realizam suas pesquisas. Os usuários dos serviços de arquivo e suas expectativas também se modificaram diante das novas tecnologias:

Os usuários buscam distintas informações para atender múltiplos objetivos de pesquisa. Um serviço de arquivo que anteriormente era considerado especializado em atender a um perfil de pesquisador com objeto de pesquisa centrado em uma área específica do conhecimento, com a utilização da *web*, por parte de um conjunto variado e não identificável de usuários, pode surpreender-se com demandas até então inusitadas. (OLIVEIRA, 2006, p. 112)

Diante do quadro atual, um programa descritivo contemporâneo deve absorver esse novo cenário em que a comunicação com o usuário passa a ser um viés central nos serviços de arquivo. Nesse sentido, uma etapa específica do processo de escolhas de enunciados que formam a comunicação sobre os arquivos pode ser a elaboração de um vocabulário controlado, constituído por termos utilizados no processo de análise do acervo e/ou do contexto arquivístico, e cujos resultados podem ficar disponíveis ao usuário final.

Outro desdobramento da pesquisa arquivística em um acervo pode ser o estudo paleográfico. A compreensão de documentos produzidos nos séculos anteriores ao século XX apresenta algumas dificuldades, provenientes de elementos como a tinta utilizada, a forma da escrita, o uso de abreviações e o vocabulário típico de uma época. Muitas vezes é necessária uma análise paleográfica dos documentos e, como consequência da leitura paleográfica, é possível, por exemplo, a produção de glossários resultantes da abreviatura.

No período de 2008 a 2009, a equipe de bolsistas do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa identificou cerca de duzentas abreviaturas no decorrer do trabalho de descrição e de leitura dos documentos pertencentes à Coleção Família Barbosa de Oliveira. A Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO), doada à Fundação Casa de Rui Barbosa por Américo Jacobina Lacombe (seu colecionador), é composta por documentos que datam do fim do século XVIII ao século XX (04.04.1778¹⁰ a 05.10.1965¹¹).

¹⁰ Certidão de termo de arrematação de um sítio na região de Saboeiro (BA). O documento faz parte do dossiê de Antonio Barbosa de Oliveira.

Seus quase seis metros lineares de documentos textuais e cerca de 60 documentos iconográficos (com as mais variadas técnicas como fotografia, ambrótipos, daguerreótipos e fotopinturas)¹² retratam a vida do cotidiano de famílias de importância para as sociedades carioca e paulista. As cartas, trocadas entre cerca de 380 missivistas no decorrer de três séculos, predominam como veículo de comunicação entre as famílias.

Por fim, outro segmento do processo de pesquisa no âmbito dos arquivos pessoais é, sem dúvida, o estudo das famílias. Inicialmente da família à qual pertence o titular do arquivo, mas muitas vezes é necessário compreender suas ramificações para configurar as redes de relacionamento familiar. Ao fim, é possível montar a árvore genealógica de famílias e produzir publicações sobre a história das famílias ou biografias.

O caso da Coleção Família Barbosa de Oliveira é um típico exemplo da necessidade de um estudo mais aprofundado acerca das famílias. Américo Lourenço Jacobina Lacombe era membro da família Barbosa de Oliveira, assim como Rui Barbosa. Lacombe tinha grande interesse por genealogia e escreveu a genealogia da família Barbosa de Oliveira, publicada em 1940, além de reunir documentos dos distintos segmentos da família. O colecionador cuidadosamente separou em pastas distintas os documentos das diferentes famílias e que formam o cenário social da coleção.

Conhecer os laços entre os membros familiares torna-se fundamental: quando o objeto de análise está representado por documentos com autores homônimos (era costume homenagear os entes queridos registrando as crianças com os seus nomes) e que convivem em um mesmo período histórico; quando se trata de famílias numerosas, que se reuniam pelos mais diversos laços (casamento, negócios, amizade); e quando inúmeros documentos são endereçados e/ou assinados com o uso de apelidos, como Toton (Antonio de Araújo Ferreira Jacobina [3º]); Binão (Albino José Barbosa de Oliveira [3º]); Petita (América Barbosa de Oliveira); Luisete (Luisa Ataliba Barbosa de Oliveira); Luisinha (Luisa Barbosa de Oliveira); Camilota e Milú (Camila Barbosa de Oliveira) e Zuza (José Barbosa de Oliveira).¹³

No caso das famílias que fazem parte do contexto da referida coleção, muitos são os casamentos intrafamiliares: os Barbosa de Oliveira e os Jacobina, os Barbosa de Oliveira e os

¹¹ Recibo de pagamento. Documento pertencente ao *dossie* de Gabrielle Brune Sieler.

¹² Dados de novembro de 2009.

¹³ BREJO, Jacilene Alves. Projeto arquivos pessoais de valor histórico – Coleção Família Barbosa de Oliveira: descrição arquivística. Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Relatório semestral. Orientador: Lucia Maria Velloso de Oliveira. Rio de Janeiro: FCRB, 2009.

Ataliba Nogueira, os Jacobina e os Lacombe, os Lacombe e os Masset, os Leuzinger e os Masset, e também entre os membros da própria família Barbosa de Oliveira.

E, ainda, na vida das fazendas Boa Vista e Rio das Pedras, ambas no estado de São Paulo, muitos são os acontecimentos que reúnem as famílias. O dossiê da Fazenda Boa Vista, de Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, é composto por 24 documentos, de 09.09.1873 a 21.02.1890. Os documentos falam do cotidiano da administração de uma fazenda, dos negócios com terras, sobre seus escravos e sobre a chegada de colonos. O dossiê da Fazenda Rio das Pedras, composto por 30 documentos, abrange o período de 22.01.1877 a 30.06.1921. Entre seus documentos, destaca-se uma lista nominal de seus escravos, contendo a indicação etária de cada um.

A compreensão desse cenário com seus múltiplos agentes exigiu da equipe uma extensa pesquisa genealógica e, ao final do processo de descrição, os produtos decorrentes dessa etapa se constituem como mais uma fonte de pesquisa para o usuário.

Para Schwartz e Cook (2002), os arquivos podem representar o poder, mas definitivamente possuem poder: “Os arquivos têm o poder de privilegiar ou marginalizar.” (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 13, tradução nossa).

A visibilidade ou não desse lugar de poder que os arquivos ocupam – no plano real da sociedade ou no imaginário daqueles que compõem a sociedade – está diretamente ligada ao papel que o profissional dos arquivos exerce.

Para Nesmith, os arquivistas já compreendem a complexidade do cenário atual:

[...] [A] origem dos arquivos é muito mais complexa, como muitos arquivistas começaram a entender. Inclui o contexto social e intelectual que dá forma às ações das pessoas e instituições que fazem e mantêm os arquivos, as funções que os arquivos exercem, a capacidade de tecnologia da informação para capturar e preservar a informação em determinado período, e a história custodial dos arquivos (que pode resultar em várias ordenações, seleções e mesmo revisões). (NESMITH, 2002, p. 35, tradução nossa).

Thomassen, ao falar sobre a questão do acesso, ressalta o papel do arquivista:

Tornar os arquivos acessíveis é fazer escolhas: é o arquivista quem, com base em suas visões subjetivas e observações, decide o que será mantido, o que será divulgado, o que receberá atenção individual e o que será explicado. (THOMASSEN, 2004, p. 42, tradução nossa)

A perspectiva de Thomassen apresenta o arquivista marcado por escolhas subjetivas. Em nossa abordagem, o arquivista é reconhecido como sujeito em todos os processos. Entretanto, o seu trabalho é estruturado na fundamentação teórica e em metodologias e métodos específicos da Arquivologia, e todas as suas decisões metodológicas são centradas em critérios técnico-científicos. Nesse sentido, suas escolhas são marcadas pelo desenvolvimento de um trabalho que é científico em sua gênese.

A função do arquivista é ativa no processo de produção de conhecimento sobre os acervos arquivísticos e sobre seus conteúdos, e não a de um mero compilador de elementos explícitos nos arquivos. Os autores mencionados acima indicam um universo de escolhas baseado principalmente no poder que reconhece ou apaga e atribuem ao arquivista esse poder. Se outrora os arquivistas não se reconheciam nesse jogo, pois encontravam-se encerrados nas paredes de seus serviços de arquivo e elaboravam instrumentos de pesquisa sem a possibilidade de imediato *feedback* de seus leitores, na contemporaneidade – e devido à dinâmica imposta pela tecnologia *web* – o quadro se modifica. A "globalizada" visibilidade dos acervos torna "globalizado" o trabalho do arquivista, mesmo que o profissional fique anônimo em uma base de dados. O retorno do usuário dos acervos é imediato frente às informações disponíveis na *web*.

4.2 - A PADRONIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

Em seguida vamos nos ater ao que consideramos o mais complexo dos elementos redutores relativos à descrição arquivística. O profissional se vê diante de uma questão antagônica e central, levantada no seio da comunidade internacional da área: a busca de um modelo de descrição arquivística para padronizar o que é, de acordo com nossa perspectiva, por essência impossível de padronizar sem ferir a natureza do próprio trabalho e/ou do próprio conceito de arquivo. Nossa perspectiva se baseia nas seguintes considerações:

- 1) os arquivos são o extrato das ações e funções de instituições e pessoas;
- 2) arquivos são únicos e são objeto da Arquivologia;
- 3) o respeito às diferenças e a manutenção das especificidades dos arquivos ao longo do tempo demonstram a autenticidade do conjunto;

- 4) o profissional de arquivo é pesquisador dos arquivos e deve não só reconhecer as especificidades dos mesmos, mas torná-las visíveis para a sociedade por meio dos processos de representação como o arranjo documental e a descrição;
- 5) o trabalho, por parte do arquivista, de produção de conhecimento sobre um acervo é estruturado na metodologia específica da área;
- 6) no mundo contemporâneo, os arquivos produzidos representam uma sociedade ambivalente, diversificada, composta por organizações estruturadas em modelos muitas vezes não convencionais e por pessoas com papéis sociais diversificados e muitas vezes efêmeros;
- 7) 93% dos documentos produzidos na atualidade são produzidos em ambiente digital.¹⁴ Esse quadro influi nos diversos elementos que compõem a questão da descrição arquivística, como os mecanismos de acesso às informações, as relações com os usuários mediadas pela internet etc. Na sociedade onde os documentos são produzidos em ambiente digital e inúmeros recursos encontram-se disponíveis para viabilizar o acesso às informações, os usuários dos arquivos se diversificam, são mais autônomos e anseiam por um serviço de referência e por mecanismos de acesso que possibilitem agilidade e independência.

Diante de um quadro de antagonismos, a busca de uma estabilidade na utilização de padrões e normas pode parecer uma solução para essa diversidade e instabilidade da sociedade contemporânea. Contudo, o risco nos parece maior caso não haja um real aprofundamento das propostas.

Não há ingenuidade no processo de padronização; o mesmo insere-se de forma central em um jogo de poder. As supressões e visibilidades nos instrumentos de pesquisa serão definidas *a priori* e legitimadas pelo uso das normas. As normas estarão tão intrinsecamente disseminadas nos cursos de formação, de capacitação, nos treinamentos – ou seja, na constituição do profissional da área –, que o arquivista tenderá a perder o estranhamento necessário e o questionamento dele consequente. E, ao longo do tempo, como Yakel (2003) previu, o arquivista corre o risco de perder o olhar crítico e se incapacitar para novas abordagens metodológicas.

¹⁴ De acordo com **NDLTD Preservation Strategy with the MetaArchive Cooperative**; dado de maio de 2008.

Yakel (2003) ressalta um aspecto muito interessante quando analisa os instrumentos de pesquisa e suas consequências, apesar de reconhecer a importância da adoção de padrões e de iniciativas como MARC e EAD na elaboração das mesmas. A autora observa:

Enquanto padrões aumentam a consistência, criam plataformas para ampliação da troca de informações e facilitam a recuperação da informação, existem pontos negativos nessas iniciativas. Padrões formalizados são difíceis de mudar e esses padrões são inseridos na formação dos arquivistas, tornando mais difícil para eles visualizarem novas práticas. (YAKEL, 2003, p. 23, tradução nossa)

A autora fala de um engessamento mais profundo quando a própria norma passa a ocupar um espaço tão enraizado nas funções do arquivista que o profissional sequer vislumbra uma inovação na metodologia que adota para o desempenho de suas atividades. Sua abordagem frente ao desafio de um arquivo distinto é, então, apaziguada por um roteiro de normas estruturantes, formadoras de sua análise.

Na condição de agente dentro desse cenário que reúne a reconstrução, gestão e acesso aos arquivos e/ou coleções que representam extratos da sociedade, o arquivista deve manter uma postura de estranhamento ao se deparar com os discursos normatizadores. Em nome de uma *babel* de padrões para intercâmbio de informações, imprimem um controle ao trabalho intelectual do arquivista e reduzem os resultados de seu trabalho de pesquisa em áreas de conteúdos, ignorando toda a complexidade e o potencial da gênese da reconstrução do contexto arquivístico.

Por fim, vale lembrar que o fundamento desses padrões moduladores se relaciona com objetivos muitas vezes não pertinentes à representação do material arquivístico, e, portanto, pode impulsionar não só um engessamento do processo descritivo, mas também esconder a produção de conhecimento do arquivista sobre um determinado arquivo, massificando um processo de criação que é típico do profissional. Nesse caso, poderíamos permitir o esquecimento da especialização do arquivista, cujo domínio é a produção de conhecimento sobre os acervos arquivísticos.

Esses dois últimos fatores redutores do processo descritivo – a questão de igualar a descrição à elaboração dos instrumentos de pesquisa e a utilização de normas para regular a descrição arquivística – serão objeto de análise ao longo do texto e base de todo o questionamento proposto na presente pesquisa.

A fronteira é delicada. Obviamente, a utilização de formatos para transmissão de informações em ambiente *web* é necessária. Não reconhecer essa situação é não reconhecer que mais e mais instituições arquivísticas utilizam a *web* como veículo político de visualização, promoção institucional e de acervos. Contudo, aquilo para o que chamamos a atenção é a distinção que deve ser feita entre a descrição arquivística e a elaboração de instrumentos de pesquisa. A primeira representa a plena função de pesquisa do arquivista e a sua autoridade em relação ao conhecimento de um arquivo. A segunda fala da elaboração de meios de divulgação e acesso aos acervos arquivísticos.

A elaboração e configuração de bases de dados voltadas para acesso aos conteúdos informacionais de acervos sem dúvida necessitam de uma padronização. Essa padronização é um instrumento para a comunicação com o próprio usuário e pode se dar em camadas distintas, como no vocabulário adotado, na forma de apresentação de conteúdos, na exportação de dados de uma base etc. Devido à dinâmica na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, um serviço arquivístico pode decidir atualizar a ferramenta tecnológica que utiliza e, como consequência, necessitar exportar dados de uma base estruturada em uma ferramenta para outra ferramenta. No decorrer desse processo, a utilização prévia de uma base de dados devidamente codificada e padronizada segundo mecanismos de exportação de dados de uso mais amplo representa uma situação mais confortável e segura.

Outro exemplo de padronização em ambiente digital fundamental para o processo de comunicação entre usuário e um serviço de arquivos é a adoção de vocabulário controlado. A definição prévia de termos, sua conceituação e sua aplicação nas bases de dados sobre acervos - mesmo em camadas não aparentes para o usuário - possibilitam maior rapidez no processo de busca e oferece resultados relevantes que atendem as necessidades informacionais do usuário. Por exemplo, um pesquisador interessado na Campanha de Canudos¹⁵, “campanha militar que, ao final do período de 1896-1897, obteve sucesso mediante uma investida com numerosa força armada, arrasando o arraial localizado às margens do rio Vaza-Barris (Bahia), do movimento chefiado por Antônio Conselheiro”, que realiza uma pesquisa *on-line* em bases de dados, pode solicitar que o buscador das bases procure por termos como: Canudos, Revolta de Canudos ou Guerra de Canudos. Contudo no decorrer do trabalho de definição e

¹⁵ Disponível em <<http://basesdedados.casaruiarbosa.gov.br/casaruiarbosa/assuntos/>>. Acesso em: 10 de nov.2009.

padronização dos pontos de acesso, as equipes envolvidas podem ter anulado essas formas e assumido **Campanha de Canudos** como a forma validada.

O pesquisador não deve ser obrigado a saber dessa escolha; por princípio, não é de sua área de interesse. Continuando ainda com o exemplo anterior, o ideal é que no desenvolvimento da *interface* homem-máquina seja previsto viabilizar a busca na base de dados onde há informação sobre o evento histórico pesquisado, seja por Revolta de Canudos, Guerra de Canudos ou Canudos e que sejam apontados para o usuário os resultados para Campanha de Canudos. Alcançar esse padrão envolve um conjunto de procedimentos de construção de camadas de relações não aparentes nas bases e exaustiva pesquisa por parte da equipe de profissionais. Mas o objetivo de oferecer ao usuário resultados para sua pesquisa de forma rápida, descomplicada e mais acessível é sem dúvida atingido. A integração de um vocabulário controlado em bases de dados harmoniza o processo de pesquisa do usuário nesse ambiente.

Não pretendemos um aprofundamento nessa discussão. Parece-nos evidente que a padronização de determinados aspectos do processo de tratamento e recuperação de informações, por exemplo, se torna importante na atualidade. Entretanto, o que temos observado é que no âmbito da comunidade arquivística, em linhas gerais, todas essas questões se confundem. Mais adiante iremos analisar alguns exemplos dos equívocos decorrentes do não aprofundamento de conceitos.

Todavia essa não é a questão. O que pretendemos demonstrar no desenvolvimento de nosso trabalho é como ao longo dos últimos anos a comunidade que divulga a necessidade de uma padronização da descrição arquivística está na realidade empreendendo um discurso de apagamento do *status* científico da descrição arquivística, reduzindo-a a formulações voltadas para a instrumentalização dos arquivistas na elaboração de instrumentos de pesquisa.

Conforme foi mencionado anteriormente, partimos da premissa no presente trabalho de que *a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso*. Como todo trabalho de pesquisa, seus resultados podem e devem ser divulgados, e nesse caso podem ser divulgados por meio da publicação de inventários, catálogos, glossários, biografias, bases de dados e outras publicações. Porém não só os produtos devem ser divulgados, mas também as decisões metodológicas e os processos de pesquisa, uma vez que se constituem como parte integrante da produção de conhecimento sobre o arquivo.

Enquanto atividade de pesquisa, a descrição arquivística segue o protocolo científico da área e prescinde de qualquer roteiro elementar estruturado na prática arquivística descritiva. Os resultados desse trabalho de pesquisa podem – e, em algumas circunstâncias, como já falamos nesse mesmo capítulo, devem – ser submetidos a certa padronização, como o registro de nomes, de eventos e de lugares visando assegurar um processo mais profícuo de comunicação com o usuário.

Nosso objetivo é alertar que a adoção de normas sem a devida perspectiva crítica e sem a devida conceituação pode incorrer em inconsistências para o próprio usuário final. Um bom exemplo desse caso é a obrigatoriedade de identificação de um **título** na descrição arquivística proposta pela norma internacional ISAD-G e igualmente solicitada na norma brasileira NOBRADE.

A norma internacional, ao elencar as explicações para a identificação do título da unidade de descrição, torna equivalentes conceitos distintos, conforme se vê a seguir:

Para títulos atribuídos, inclua, no nível mais alto, o nome do produtor dos documentos. Nos níveis mais baixos, pode-se incluir, por exemplo, o nome do **autor** do documento e um termo indicativo da forma do material compreendido pela unidade de descrição e, quando adequado, uma frase explicitando a função, a atividade, o **assunto**, a localização ou o tema. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 19, grifo nosso)

A norma informa ao arquivista que, no conteúdo de título, o profissional pode utilizar o que são outros pontos de acesso, como, por exemplo, o assunto ou o autor. A norma define Título como: "(title) – Palavra, frase, caractere ou grupo de caracteres que designa uma unidade de descrição".(CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 15). Contudo, não conceitua Assunto.

Para o grupo que elaborou o *Manual of Archival Description* (Reino Unido) Título na descrição arquivística é “parte do texto livre da descrição. (Entretanto, títulos podem ser usados informalmente para identificar grupos ou classes; e títulos podem ser usados no lugar do código de referência)”.(COOK; GRANT, 1986, p. 36, tradução nossa) Nas versões seguintes do MAD, o título abrigará o título formal, se houver, ou informações atribuídas como forma, tipo, gênero do material ou nomes dos produtores, das funções ou atividades ou mesmo uma declaração de assunto.

Já o *Glossary of Archival and Records Terminology*, publicado pela *Society of American Archivists*, define Título como:

1. Uma palavra ou frase que indica uma profissão, posição social ou outra distinção. – 2. Direitos e privilégios de controle e uso de uma propriedade. – 3. Prova legal de propriedade. – 4. Uma palavra ou frase que identifica um trabalho. – 5. CATALOGAÇÃO: Palavra ou frase, retirada de uma fonte prescrita pela qual um trabalho é conhecido. – 6. LEGAL: Parte de um estatuto ou de um código. (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa)

E quanto a Assunto, o dicionário americano define: "1. O principal tema ou tópico de um trabalho. [...] Um assunto pode ser uma pessoa, uma corporação, um lugar, um tópico ou um período de tempo". (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa).

O Glossário da norma canadense RAD define Título como: "uma palavra, frase, caractere ou grupo de caracteres que denomina uma unidade de descrição" (RAD, 2008, D.9, Glossário, tradução nossa). No glossário da norma não consta a definição de Assunto.

Lancaster, ao definir de forma simplificada uma das etapas de indexação de assuntos, a análise conceitual, afirma que "[a] análise conceitual, em primeiro lugar, implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto" (LANCASTER, 2004, p. 9).

O *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, por sua vez, não possui uma entrada para o termo Assunto, enquanto define Título como "[e]lemento de descrição que nomeia a unidade de descrição" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 154).

Em seguida, analisaremos a conceituação de Autor. Foucault, em 1969, apresenta na Sociedade Francesa de Filosofia, conferência sobre a questão do autor¹⁶. O texto apresenta uma série de indagações relevantes acerca da função do autor e do conceito de obra. Analisa a dicotomia entre o texto literário e o científico em relação ao seu reconhecimento pela sociedade.

(...) Houve um tempo em que esses textos que hoje chamaríamos de "literários" (narrativas, contos, epopéias, tragédias, comédias) eram aceitos, postos em circulação, valorizados sem que fosse colocada a questão do autor; (...) Em compensação, os textos que chamaríamos atualmente de científicos, relacionando-se com a cosmologia e o céu, a medicina e as doenças, as ciências naturais ou a geografia, não eram aceitos na Idade Média e só mantinham um valor de verdade com a condição de serem marcados pelo nome de seu autor. (FOUCAULT, 2006, p. 275).

¹⁶ A conferência foi publicada na Coleção Ditos e Escritos. v.III, em 2ª edição no ano de 2006.

Segue o autor, demonstrando que entre o século XVII e XVIII ocorre uma modificação no quadro. O discurso científico passa a ser aceito com base em uma verdade estabelecida e passível de nova demonstração, enquanto os discursos literários passam a necessitar da indicação do autor para serem aceitos. A função de autor:

(...) está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 2006, p. 280).

A problemática da autoria passa pela questão da propriedade intelectual da obra e se refere ao direito do autor a ter o controle da distribuição e reprodução de sua criação – direito patrimonial – e ao recebimento de crédito pela sua obra – o direito moral.

O *Glossary of Archival and Records Terminology*, publicado pela *Society of American Archivists*, define autor como “o indivíduo, grupo ou organização responsável pelo conteúdo de um documento” (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa). O glossário da RAD define autor como “pessoa(s), corporação(ções) ou família(ias) responsável(veis) pelo conteúdo intelectual ou artístico do documento”. (RAD, 2008, D.2, Glossário, tradução nossa). A própria Norma Internacional ISAD-G apresenta uma definição para autor: “O indivíduo ou a entidade coletiva responsável pelo conteúdo intelectual de um documento. Não confundir com o produtor do documento (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.14). Interessante notar a preocupação de esclarecer quanto à diferença entre autor e produtor, mas ao mesmo tempo indicar que o nome do autor de um documento pode ser considerado o título da unidade de descrição. E no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* define-se autor como: “Designação genérica para quem cria ou elabora um documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 32).

Conforme foi possível perceber, existe na área a tradição do uso do conceito para autor - seja com maior detalhamento como no glossário da norma canadense, que inclui a questão da produção artística explicitada, seja adotando uma definição mais geral como no Dicionário publicado pelo Arquivo Nacional do Brasil. Assim, como podemos indicar o nome daquele

que é responsável pelo conteúdo intelectual de um documento, como aquilo que denomina um documento? Ao nosso ver somente quando de fato o nome do autor do documento for o título do mesmo e em nenhuma outra circunstância.

Um exemplo simples de percebermos o equívoco desse uso indiscriminado para o título, é a questão da fotografia. Usualmente, a fotografia não possui título, portanto, no momento de elaborar o instrumento de pesquisa segundo a norma ISAD-G, estaria correto o arquivista nomear o título com o nome do fotógrafo. É importante ressaltar que segundo o modelo da mesma norma não há previsão para identificação do autor do documento.

Assim fica a questão: como informar ao usuário, no instrumento de pesquisa, quem é o detentor do direito moral ou patrimonial daquela imagem?

É então evidente que a área dialoga com a questão sobre os pontos de acesso de forma pouco consistente quando os elementos extrapolam o admitido mais tradicionalmente, como o nome do produtor, identificação da série, datas etc. No caso apontado, a necessidade de indicarmos um título demonstra a inconsistência conceitual da própria diretriz.

Tanto Título quanto Assunto ou Autor são categorias de pontos de acesso, categorias individuais que guardam suas características conceituais. A área da Arquivologia, apesar de pouco discutir a questão, formula uma obrigatoriedade, reunindo categorias distintas em uma mesma "área de descrição".

Além disso, o atual usuário de arquivo, já ambientado com a pesquisa típica da *web*, cada vez mais utiliza Assunto como forma de pesquisa e o Conselho Internacional de Arquivos ignora esse aspecto quando não conceitua **Assunto**.

É de se estranhar essa exclusão, uma vez que essas normas possuem uma base na área da Biblioteconomia, como veremos em um capítulo específico; e no escopo da Biblioteconomia essa distinção entre Título e Assunto é bastante clara. Tão clara que existe o caso em que um Título pode ser um Assunto sem que se cause qualquer prejuízo à compreensão da situação.

Proponho, a seguir, uma outra perspectiva de análise sobre a questão da descrição como um processo fundamentalmente de pesquisa, que prescinde do uso de normas e padrões para oferecer consistência ao usuário.

Vamos retornar aos princípios da Arquivologia, de forma que possamos também analisar a descrição arquivística sob a perspectiva da fundamentação da área. Eastwood (1994), em seu artigo "*What is archival theory and why is it important*", publicado no

periódico canadense *Archivaria*, afirma que a Arquivologia como disciplina se fundamenta em duas proposições: os documentos arquivísticos atestam fatos e atos; e a fidedignidade desses documentos está submetida aos processos de produção e de preservação dos mesmos. A descrição arquivística está intrinsecamente relacionada a esses fundamentos, bem como nas cinco características dos arquivos (imparcialidade, autenticidade, naturalidade, organicidade e unicidade), conforme veremos a seguir.

A metodologia a ser adotada pelo arquivista no processo de descrição deve almejar tornar visíveis os fatos e atos que deram origem aos documentos do arquivo objeto de análise e os processos de produção e de preservação do referido arquivo ao longo do tempo. Dessa forma, é possível assegurar à sociedade que os documentos que compõem aquele arquivo são inalterados e fidedignos, e que são verdadeiros testemunhos das ações que os originaram.

Cada uma das características dos arquivos implica em um objetivo no processo descritivo e deveria, portanto, fazer parte de todo programa descritivo adotado pelas instituições custodiadoras de acervos arquivísticos. A seguir vamos analisar cada uma dessas características.

A imparcialidade, segundo Eastwood (1994) retomando Jenkinson, vem sendo mal compreendida pela área. Segundo o autor, os documentos arquivísticos são produzidos para representar uma ação ou um resultado dessa ação e, dessa forma, não são investidos do interesse pela posteridade. No entanto, isso não quer dizer que "os produtores ou autores dos documentos sejam isentos de preconceitos" (EASTWOOD, p. 127, tradução nossa). A missão do arquivista de preservar e tornar visível a imparcialidade dos documentos é muitas vezes confundida com a "imparcialidade" do arquivista no exercício de suas funções ou, mesmo, com o discurso sobre a "neutralidade" do autor dos documentos. Não vamos nos aprofundar nessa discussão, apenas é necessário deixar registrado que a imparcialidade que caracteriza o documento de arquivo restringe-se ao porquê de sua produção e a permanência dessa característica ao longo do tempo.

O autor ressalta ainda que "proteger os documentos de serem alterados é um dever do arquivista e seus métodos e práticas necessitam preservar essa imparcialidade" (EASTWOOD, 1994, p. 127, tradução nossa). Assegurar a integridade e fidedignidade dos documentos é assegurar a livre interpretação dos mesmos e o seu livre uso por parte do usuário.

Segundo Eastwood, a segunda característica dos documentos de arquivos – a autenticidade – está relacionada aos procedimentos de produção, manutenção e custódia.

Arquivos são autênticos somente quando são produzidos por necessidade de um ato e quando são preservados e mantidos pelo produtor e seus sucessores como testemunho fiel desses atos e de fatos. Para que sejam a memória autêntica de uma atividade passada, os documentos devem ser produzidos, mantidos e preservados de acordo com procedimentos que possam ser atestados. (EASTWOOD, 1994, p. 127, tradução nossa)

A atestação à qual o autor se refere é realizada pelo arquivista na medida em que, ao longo de seu trabalho de pesquisa de reconstrução do contexto arquivístico, identifica, analisa e registra os procedimentos de produção dos arquivos, os processos de manutenção por parte do produtor e de seus herdeiros ou sucessores, o histórico de ingresso dos arquivos em instituições de custódia, quando for o caso, além dos procedimentos arquivísticos adotados.

Duranti, por sua vez, defende que autenticidade e confiabilidade são conceitos distintos. Para a autora,

a confiabilidade é assegurada pela forma documental e por seu processo de produção. A forma é o conjunto das características do documento que podem ser separadas da identificação de assuntos, pessoas ou dos lugares que os documentos tratam. Um documento de arquivo é considerado confiável quando sua forma está completa, ou seja, quando possui todos os elementos necessários pelo sistema jurídico e social no qual o documento é produzido de modo a gerar consequências que sejam reconhecidas pelo próprio sistema. (DURANTI, 1995c, p. 6, tradução nossa)

A autora destaca que os principais elementos que asseguram a confiabilidade do documento são sua data e sua subscrição. Por meio da data é possível estabelecer os relacionamentos entre o processo de criação do documento, seu autor e o fato ou ação a que se refere. A subscrição do documento, por sua vez, está relacionada à autoridade sobre aquele fato ou ação representado e ao seu conteúdo.

Para Duranti (1995c), a autenticidade fala de um processo posterior ao processo de criação do documento e está relacionada à manutenção das características e signos do documento ao longo do tempo.

Naturalidade e organicidade, outras duas características dos arquivos, estão intrinsecamente ligadas. A naturalidade se refere à causa da produção de um documento de

arquivo gerado no âmbito do cumprimento das atividades de seu produtor; refere-se ao processo em si. O arquivo se distingue da coleção, que é resultado, conforme já vimos anteriormente, do ato de escolhas particulares resultantes das preferências de um colecionador. O documento de arquivo, por sua vez, é resultado de um processo administrativo consequente que representa as atividades e funções sociais de seu produtor. Para que façamos parte da sociedade, produzimos documentos arquivísticos que traduzem nossa identidade, nossos laços familiares, profissionais, de negócios etc. Sem esses documentos ficamos à margem da sociedade e não somos reconhecidos como seus membros. Não há escolhas a serem feitas.

A organicidade se refere aos inter-relacionamentos entre os documentos, as atividades e as funções, na forma de uma complementaridade que comprova as atividades que os geraram e produz o sentido do contexto de produção dos arquivos. A compreensão dessa dinâmica entre a naturalidade e a organicidade possibilita a compreensão do arquivo como um todo.

E, por fim, a unicidade. Eastwood (1994) simplifica um conceito que na era digital pode ser incompreendido: "Cada documento ocupa um lugar único na estrutura de um arquivo" (p. 128, tradução nossa). Não importa quantas cópias existam de um determinado documento em um mesmo arquivo ou em arquivos distintos. Em cada caso, devido ao significado que lhe for atribuído pelo produtor daquele arquivo, o documento/cópia será arquivado de forma distinta, seguindo a característica da naturalidade e organicidade e, dessa forma, cada um será único em seu contexto.

Os documentos de arquivo que passam a ser parte do patrimônio histórico e cultural da sociedade guardam as características e os signos que representam os atos e os processos que lhe deram origem; e esses elementos devem ser identificados a qualquer tempo. O arquivista, ao proteger a imparcialidade e a autenticidade dos documentos e ao buscar a representação das três características (naturalidade, organicidade e unicidade), confere aos arquivos a confiabilidade necessária aos mesmos para que sejam fontes de pesquisa para o usuário e para a perpetuação de suas origens.

No entanto, o arquivista deve compreender que essas etapas de seu trabalho são relevantes para a real reconstrução do contexto arquivístico e, por consequência, para a produção de conhecimento sobre os arquivos. No desenvolvimento das etapas da descrição arquivística, e com a devida produção e preservação de sua documentação, o arquivista legitima sua autoridade sobre os arquivos.

Segundo Antonio (1998), na Modernidade, devido às especializações da ciência e à fragmentação das atividades exercidas pelo homem, o projeto de autoria de uma obra se atrela ao sujeito autor.

[...] o nome do autor outorga um certo estatuto ao discurso, à obra, conferindo-lhe autenticidade (o discurso é real, verdadeiro), distinção (o discurso tem valor, é especial, importante) e permanência (o discurso conserva-se, fixa-se para a eternidade). (ANTONIO, 1998, p. 189)

Podemos fazer uma analogia a partir das palavras do autor – autenticidade, distinção e permanência – utilizando os arquivos e os arquivistas. O arquivista outorga o estatuto de autenticidade ao acervo, visto que é ele quem vai assegurar que serão mantidas ao longo do tempo as características dos documentos que exprimem a razão de sua produção.

Para MacNeil (1995), a descrição arquivística, na medida em que documenta o processo de produção e utilização de um arquivo, "estabiliza e perpetua as relações entre os documentos até o momento em que entram para a custódia de um arquivo e, assim, podemos argumentar que serve como uma certificação coletiva da autenticidade de um fundo" (p. 272, tradução nossa). E, nesse sentido, a autora argumenta que o arquivista deve então tornar transparentes suas ações para sociedade, visto que cabe a ele assegurar que os arquivos sob sua custódia permanecem autênticos. A abordagem é interessante, pois a autora estabelece uma relação direta entre a função arquivística da descrição e a função do arquivista como aquele que custodia uma característica arquivística essencial, a autenticidade, de forma que a partir da transparência das ações e metodologia adotadas pelo profissional os arquivos sob sua custódia podem ou não servir de fonte segura para a sociedade.

O ingresso de um arquivo em uma instituição de memória, para ser utilizado como fonte de pesquisa pela sociedade, indica a distinção daquele conjunto documental e sua importância para determinado grupo social. É o reconhecimento por parte da sociedade da relevância do arquivo. Cabe ao arquivista produzir conhecimento sobre esse acervo e torná-lo disponível à sociedade, evidenciando a distinção conferida àquele arquivo. E, por fim, a permanência do conhecimento sobre os arquivos; o resultado do trabalho de pesquisa do arquivista permanece tanto quanto permanece o próprio arquivo.

No entanto, devemos lembrar que o próprio reconhecimento da Descrição como uma função arquivística independente não é consenso na área. Couture (1998, p. 265) identifica a

descrição como uma das funções arquivísticas, ao lado da criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e difusão dos arquivos. Observa-se, todavia, que para alguns autores a Descrição, como campo de pesquisa, ainda está associada ao Arranjo, como sugere Ketelaar:

O conhecimento da organização e do sistema de recuperação da informação (reescrivendo o conceito europeu de arranjo e descrição) é objeto de interesse de pesquisa relacionado ao "uso". Divide com o uso a mudança do paradigma da perspectiva agora centrada no usuário. Eu me refiro às pesquisas de Denise Anthony, Margaret Hedstrom, Angelika Menne-Haritz, Harold Thiele, Helen Tibbo, Christinger Tomer, Tywann Whorlet e outros. (KETELAAR, 2000, p. 340, tradução nossa)

Em nosso entendimento, a descrição é uma das funções arquivísticas mais relevantes, conforme pretendemos demonstrar ao longo do trabalho, porque se constitui como um campo de conhecimento e de pesquisa específico da Arquivologia e orienta o acesso aos arquivos. O trabalho de pesquisa se inicia anteriormente ao trabalho de arranjo e vai orientar o próprio arranjo lógico ou intelectual. Essa etapa em que ocorre uma conjunção entre a descrição arquivística e a definição do arranjo intelectual sinaliza a proximidade entre as duas funções. Contudo, após a definição do arranjo existe uma continuidade em busca da produção de conhecimento sobre o arquivo objeto de estudo.

Vale ressaltar que nossa proposta parte da superação da idéia da descrição arquivística como sinônimo de produção de instrumento de pesquisa. A descrição é aqui entendida como uma função de pesquisa que visa à produção de conhecimento sobre os arquivos e o acesso aos mesmos. Essa superação possibilita a observação do quadro atual com maior clareza. Por um lado, na medida em que informações sobre os acervos arquivísticos são cada vez mais disponibilizadas na *web*, mais são utilizados os mecanismos de estruturação da informação para assegurar um processo de comunicação consistente e rápido para o usuário. E para tal, indubitavelmente, são necessárias diretrizes, especialmente na fase de estruturação e comunicação da informação sobre os acervos, para que os usuários obtenham resultados consistentes em suas pesquisas.

Por outro lado, observamos na área da Arquivologia, a partir dos anos oitenta, uma corrida em busca de um padrão de descrição, mas que de fato se confunde com a padronização dos instrumentos de pesquisa estruturados sob a influência de outras áreas.

Pretendemos demonstrar, utilizando as próprias normas, qual a distinção entre descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa, e como o discurso da padronização da descrição fala apenas da prática e de formato e conduz ao esquecimento o legado científico do trabalho de pesquisa do arquivista, que busca produzir conhecimento sobre os arquivos.

5. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Inicialmente analisamos os arquivos pessoais e seu lugar na Arquivologia: seu conceito e usos de termos; a relação entre seu reconhecimento como fonte para o estudo da sociedade e, como resultado, a sua inserção como objeto de interesse da Arquivologia. Também foram descritos os processos históricos de reconhecimento e institucionalização dos arquivos pessoais em alguns países com expressiva produção de conhecimento sobre a área: França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá.

Em seguida apresentamos a compreensão tradicional da função da descrição arquivística vinculada exclusivamente à elaboração de instrumentos de pesquisa, e o nosso pressuposto que reconhece o *status* científico da descrição arquivística. Apresentamos também uma discussão central envolvendo as recentes tentativas de modelização dessa atividade de pesquisa que ignoram seu protocolo científico e evidenciam um desmerecimento dessa atividade de pesquisa do arquivista.

O quadro até o momento desenhado em nosso trabalho compreende a Arquivologia como área de conhecimento específica, dotada de pressupostos teóricos e metodologia própria. Nossa perspectiva reconhece cada arquivo como único, na medida em que cada organização, indivíduo ou família possui identidades próprias marcadas pelos seus respectivos papéis sociais, suas atividades e suas relações. É necessário frisar que essa individualidade presente no universo dos arquivos não inviabiliza sua abordagem científica. Muito ao contrário, coloca a área em um patamar de dificuldade que exige um rigor extremo em seu protocolo e sua conduta científica com vistas a produzir conhecimento sobre os arquivos.

Uma vez reforçadas as ideias centrais que fornecem a base para a discussão que propomos, vamos analisar mais detalhadamente aspectos abordados nos capítulos anteriores que consideramos fundamentais para o entendimento da maior dificuldade da descrição arquivística no âmbito dos arquivos pessoais. E como, dialeticamente, o arquivista em busca da compreensão e representação de um arquivo ainda em fase de estudo, pode encontrar as respostas para suas perguntas nesse mesmo objeto de estudo.

Conforme já mencionamos, um dos fatores que mantiveram os arquivos pessoais excluídos do espectro de interesse da Arquivologia foi sua extrema especificidade, além da falta de instrumentos reguladores na formação desses arquivos e na elaboração da maioria dos documentos que os compõem. Contudo, na medida em que a própria Arquivologia consolida

o papel dos arquivos como meios de compreensão da sociedade, esse quadro se altera gradativamente. É a partir, como já discutimos anteriormente, do interesse da História pela vida privada, compreendendo-a como segmento importante para o estudo da sociedade, e a conseqüente inserção desses arquivos pessoais e familiares na agenda das principais instituições arquivísticas públicas, que a problemática em torno dos arquivos pessoais, como questão para a Arquivologia, vai ganhar espaço de reflexão.

Apesar dessa alteração gradual do quadro há ainda na literatura da área espaço privilegiado para as reflexões em torno dos arquivos públicos e das organizações. Concordamos com as considerações de Yeo (2008), em seu artigo *Concepts of record (2): prototypes and boundary objects*, quando ressalta que na maior parte das vezes a produção de conhecimento da área inicia seu discurso considerando em um mesmo patamar tanto os arquivos pessoais quanto organizacionais mas, no desenrolar do discurso, as ideias se concentram nos arquivos produzidos no âmbito das organizações.

O autor, ao analisar a categorização dos documentos de arquivo e sua natureza, afirma “Arquivos pessoais são arquivos, como corujas são aves e espreguiçadeiras são cadeiras, mas para muitos profissionais, eles não são o objeto central do conceito”. (YEO, 2008, p. 124, tradução nossa)

Indubitavelmente, na medida em que consideramos os princípios teóricos metodológicos próprios da Arquivologia não há diferença na abordagem dos arquivos, não importa sua natureza pessoal ou organizacional. Contudo, as peculiaridades encontradas no processo de produção dos arquivos pessoais carecem de uma maior atenção na fase de sua representação, tanto no arranjo como também na descrição.

Em que medida a descrição nos arquivos pessoais implica em um maior rigor no desenvolvimento das atividades do arquivista?

Vamos analisar o processo de produção e acumulação dos arquivos. Apesar de na literatura da área as problemáticas pertinentes aos arquivos organizacionais se mostrarem menos conflituosas e mais consensuais, há ainda muito a se resolver.

O arquivo organizacional constituído e inserido em um programa de gestão de documentos guarda a característica dos arquivos reconhecida como naturalidade, uma vez que os documentos são produzidos dentro do contexto de negócios e objetivos da empresa ou instituição, e no escopo do desenrolar de suas atividades. Ao mesmo tempo, outras características dos arquivos serão influenciadas por um certo grau de interferência em todo o

processo, uma vez que os documentos são classificados, recuperados e preservados ou não, segundo dois instrumentos fundamentais na gestão de documentos: o plano ou código de classificação e a tabela de temporalidade, e também de acordo com instrumentos adicionais¹⁷ como o glossário ou vocabulário controlado.

O plano ou código de classificação e a tabela de temporalidade são fundamentados no pleno conhecimento das atividades e funções da organização, e resultado de um conjunto de atividades técnico-científicas. A aplicação desses instrumentos é central no resultado final dos arquivos, ou seja, no que constituirá o arquivo permanente da organização, e representará no futuro o que essa organização foi e quais as atividades que desenvolveu.

As atividades e procedimentos pertencentes a uma estrutura de gestão de documentos, bem como todos os seus instrumentos, são decorrentes de um processo planejado e meticulosamente desenhado. Os documentos são produzidos, reunidos, separados, classificados, monitorados, arquivados e eliminados segundo essa ordem planejada. Assim como há naturalidade em função dos processos de negócios, e consequentemente na produção dos documentos, existe naturalidade no processo de gestão de documentos, mesmo com a intervenção existente em todo esse cenário. Os processos que resultam na organicidade e ordem original são criados por uma equipe externa ao mecanismo simbiótico de produção de documentos e do estabelecimento das conexões entre as ações e seus registros, o que não invalida a naturalidade da produção dos documentos. A aplicação dos instrumentos de gestão possibilita a estruturada preservação e organização dos documentos arquivísticos.

Mas se os arquivos pessoais para uns não são considerados arquivos - pois segundo um segmento dos arquivistas, seu processo de produção e acumulação não reflete as características típicas dos arquivos, como naturalidade e organicidade, e somente os arquivos produzidos por organizações guardam todas as características necessárias para definir um conjunto de documentos como arquivo - vimos que, se olharmos mais a fundo, esse discurso pode não ser unânime.

De acordo com o nosso entendimento, apesar dos arquivos organizacionais terem sido sempre considerados arquivos, pois suas características são mais evidentes, observamos que existem discussões ainda inacabadas ou esquecidas, mesmo no cenário dos arquivos organizacionais. Reconhecer essa problemática no tocante a esses arquivos pode retirá-los de

¹⁷ A expressão instrumento adicional é utilizada no documento *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*, formulado pela Câmara técnica de documentos eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>. Acesso: 12 out. 2009.

uma zona de conforto dentro do arcabouço teórico da Arquivologia. O que de uma certa forma as questões apresentadas em decorrência do cenário das inovações tecnológicas, e em especial do cenário digital, vêm provocando na comunidade arquivística.

Mas como esse processo de produção dos arquivos se dá no contexto da vida privada?

Sem planejamento estratégico, sem a aplicação de um programa de gestão de documentos, sem o conhecimento técnico-científico, os arquivos pessoais são produzidos para atender as necessidades de informação de seu produtor. Em geral, não há plano de classificação para reunir o que deve permanecer reunido e tampouco instrumento que determine o que preservar e o que eliminar.

No decorrer das atividades diárias e das obrigações sociais, enfim, da vida em sociedade, segue o produtor do arquivo acumulando seus livros de despesas, seus artigos, contos, diários íntimos, seus convites, suas receitas, suas fotografias etc. Muitas vezes cria pastas específicas, para determinadas situações como imposto de renda, entradas de teatro, cartas de noivado, artigos publicados, notas de aula, contas etc. Esse processo de acumulação poderá ser ou não continuado. Naturalmente, o produtor em algumas situações imprime alguma classificação. Entretanto, costuma não registrar suas decisões. Muitas vezes acumula seus documentos, colocando-os em uma ordem cronológica que reflete seu cotidiano.

Vejamos rapidamente o caso da produção e acumulação das fotografias por parte de uma pessoa. Enquanto em uma organização regulada por um programa de gestão de documentos as fotografias encontram-se classificadas e identificadas, na vida privada muitas se encontram em caixas ou pequenos álbuns sem qualquer identificação ou, como nos dias atuais, em um HD, ou CD apenas com um indicador do dia ou do lugar como forma de identificação da pasta virtual. Para o produtor daquele arquivo não há necessidade dessa identificação criteriosa, visto que conhece todos os que estão retratados e os fatos que foram registrados.

Há exceções, como no caso de um casamento, uma grande viagem ou batizado. As fotografias de eventos dessa envergadura podem ser reunidas em belos álbuns e os mesmos possuírem alguma informação sobre o contexto de criação dos documentos. Vale ressaltar que em muitas situações como as citadas, a identificação e micro organização ocorrem porque houve a contratação de um profissional para a captura e registro desses momentos especiais.

Durante o processo de arranjo dos arquivos pessoais, além de tentar identificar a organização dada pelo produtor, devemos identificar as interferências dos herdeiros, que

igualmente são feitas sem a adoção de critérios técnico-científicos. Ao proceder esse trabalho de primeira identificação da construção do arquivo pessoal, o arquivista permite que a individualidade do arquivo aflore em magnitude.

Ao arquivista cabe montar um quebra-cabeça. As peças estão reunidas, enquanto cada uma guarda uma individualidade, um símbolo, ou seja, um conjunto unitário¹⁸ que necessita juntar-se a outro conjunto unitário. Cada conjunto unitário ou peça do quebra-cabeça possui signos completos ou não, que podem até individualmente apresentar um sentido próprio. No entanto, somente no conjunto formarão uma única imagem e plena em sentido. Os quebra-cabeças usualmente não vêm com manuais de instrução, como muitos brinquedos, contudo é possível definir métodos de abordagem para que as peças sejam colocadas em seus respectivos lugares e se complementem. Iniciamos pelos ângulos e concluímos o contorno, a sequência e gradação das cores e formas devem ser perseguidas, não devemos forçar o encaixe entre as peças – se não se encaixam docemente é porque não se pertencem - e assim por diante.

A Arquivologia fornece a metodologia para a organização e representação dos arquivos pessoais de forma que suas especificidades sejam mantidas ao longo do tempo, e simultaneamente que sejam compreensíveis para a sociedade em sua completitude. No decorrer desse processo de reconstrução é fundamental que possamos perceber que esses documentos constituem o registro de uma vida ou muitas vidas, e que traduzem a memória de um indivíduo sobre si mesmo. O processo de individualização na produção de um arquivo pessoal está implicado com a necessidade de informação desse indivíduo, de registro e comprovação de ideias, atos, sentimentos, fatos. E também está relacionado com a necessidade íntima de lembrar-se e de pertencer.

A análise e contextualização dessa individualização e ao mesmo tempo de sua inserção no contexto social e histórico representa uma das etapas mais complexas da descrição arquivística; em especial no caso dos arquivos pessoais, onde é mais evidente essa complexidade.

O eixo da metodologia da descrição arquivística permite a compreensão do contexto de produção e acumulação do arquivo, entendendo ambas as fases dentro de um contexto social específico e igualmente circunscrito a um tempo histórico. Essa reconstrução representativa da trajetória de vida do titular do arquivo se cruza com as de outros

¹⁸ Conceito matemático: conjunto composto por um único elemento.

personagens que possuem significação para aquele titular. Essa significação é explicitada na decisão do titular do arquivo ao preservar os documentos.

No decorrer do arranjo e descrição dos arquivos, arquivistas analisam o produtor, os contextos de produção dos documentos e seus usos (ou seja, como o produtor organiza e estrutura as atividades e como produz e mantém os documentos), e os documentos propriamente ditos de modo a identificar as estruturas externas e internas da proveniência e preservar e representar esses relacionamentos no arranjo e descrição finais (MEEHAN, 2006, p. 142, tradução nossa)

A reconstrução desse contexto passa pela identificação das escolhas do produtor. Nem sempre será possível encontrar a relevância da manutenção ou ausências de registros em determinado arquivo, uma vez que essas escolhas não são resultantes de um processo técnico-científico, como já vimos. O produtor do arquivo muitas vezes descarta seus documentos por razões diversas, com base em seu olhar único e íntimo. E esses apagamentos realizados pelo produtor do arquivo em sua máxima e legítima autoridade vão moldar seu arquivo.

As permanências e inexistências de registros influenciarão as narrativas dos futuros usuários desses arquivos pessoais, razão pela qual o arquivista deve perseguir a compreensão do processo de acumulação dos documentos por parte do produtor do arquivo, as interferências externas que o arquivo sofreu, e explicitar seus achados.

Pensando de forma mais crítica sobre o processo de descrição e assegurando que as etapas, decisões e resultados sejam divulgados, estaremos não só colaborando para a compreensão do arquivo mas também para uma maior cooperação entre os arquivistas que poderão aprender com os processos de seus colegas, trocar experiências e contribuir para a Arquivologia como área de conhecimento. Por outro lado, ignorar esses processos e protocolos apenas contribui para manter o lugar da descrição arquivística como uma atividade mecânica e irrefletida.

A metodologia de abordagem para produzir conhecimento sobre os arquivos evidencia a relevância da reconstrução de contexto arquivístico. Nos arquivos pessoais, considerando os aspectos já mencionados sobre sua produção, essa reconstrução se dá de forma em que a fase de identificação das redes de relacionamentos e de atividades nos documentos, aparentes ou não, são essenciais para a compreensão do conjunto e do processo de individualização do produtor do arquivo. Parte das respostas à abordagem do arquivista pode se encontrar em uma camada menos visível nos arquivos. A falta de regulamento na produção e acumulação desses

arquivos imprime ao processo de pesquisa uma metodologia que inclua os próprios documentos em análise, ou mesmo os arquivos de outros, para consubstanciar algumas decisões.

A título de ilustração podemos citar o cruzamento entre dois arquivos e uma coleção que se encontram sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da FCRB: Rui Barbosa, João Pandiá Calógeras e Ubaldino do Amaral, respectivamente. No decorrer da organização dos documentos pertencentes aos dois últimos, a consulta aos documentos que constituem o arquivo de Rui Barbosa em muito auxiliou o trabalho. Ambos os titulares foram contemporâneos, ambos desempenharam papéis políticos de relevância e exerceram funções diplomáticas. Assim, muitos dos personagens que se relacionaram com Rui Barbosa igualmente se relacionaram com Ubaldino do Amaral e João Pandiá Calógeras.

João Pandiá Calógeras nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1870. O seu arquivo é constituído basicamente de documentos referentes à sua atuação política, de 1903 a 1922, na Câmara dos Deputados, no Ministério da Fazenda, no Ministério da Agricultura, no Ministério da Guerra e à frente de assuntos pertinentes às fronteiras do Brasil, educação militar, siderurgia, mineração, expansão ferroviária e política cafeeira. É autor da Lei Calógeras, sobre a propriedade do solo e subsolo brasileiro, sancionada pelo decreto nº 2.933, em 1915.¹⁹ Foi nomeado representante do Brasil na Conferência Pan Americana em 1910, na Argentina, e na Conferência de Paz em 1919, na França.²⁰

Ubaldino do Amaral Fontoura nasceu no ano de 1842 em Vila da Lapa, então Província de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. E atuou como advogado e jurista na cidade do Rio de Janeiro. Dentre inúmeras atividades, foi membro da Comissão Permanente de Arbitramento do Tribunal de Haia (Corte Internacional de Justiça), presidente do Banco do Brasil e membro do Partido Republicano. Faleceu em 1920. Em sua coleção encontramos vasta documentação sobre questões de arbitramento referentes ao Brasil.²¹

Esses conjuntos documentais se cruzam em muitos pontos e se complementam. Por exemplo, no caso do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, em que a

¹⁹ Disponível em: <<http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/casaruibarbosa/guia/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.
Disponível em: <<http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/casaruibarbosa/assuntos/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

²⁰ Disponível em: <<http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/casaruibarbosa/apes/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

²¹ Disponível em: <<http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/casaruibarbosa/guia/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

Bolívia “cede a região do Acre ao Brasil mediante uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, uma estrada de ferro ligando os dois países e um porto no rio Madeira.”²² No arquivo de Rui Barbosa encontramos carta de Pedro de Araújo Beltrão sobre críticas que recebeu em relação ao referido Tratado e carta de João de Carvalho Soares Brandão Sobrinho parabenizando Rui pelo seu voto em relação ao Tratado. Na coleção de Ubaldino do Amaral encontramos recorte do Diário Oficial com o decreto nº 1.179, de 18 de fevereiro de 1904, sobre a permuta entre Brasil e Bolívia, parecer expedido pela Câmara dos Deputados sobre o tratado entre Brasil e Bolívia, de 1904, dentre outros. E no arquivo de João Pandiá Calógeras consta sua exposição na Câmara sobre o Tratado de Petrópolis.

A reunião de documentos de uma pessoa revela sua vida e seus papéis sociais. O produtor do arquivo acumula esses documentos para atender suas necessidades momentâneas de comprovação e de memória. Esse processo muitas vezes não se dá de forma clara, mas ao decidir pela acumulação de parte dos documentos, fica evidenciado o interesse do produtor apenas pela preservação de um conjunto. Mas essa não é uma regra geral; alguns simplesmente acumulam tudo ou quase tudo. O arquivo de Rui Barbosa possui 60.000 documentos e alguns, como dissemos anteriormente, foram eliminados após sua morte. Outro exemplo de arquivo pessoal com volume expressivo é o de Lindsay Anderson, cujo instrumento de pesquisa será objeto de análise no decorrer de nosso trabalho, e que possui 200 metros lineares.

Os arquivistas percebem, a partir do estudo e análise do processo de reunião de documentos, que alguns titulares acumulam também seus rascunhos de cartas ou minutas. Usualmente, nos arquivos pessoais, há um predomínio das missivas que o titular recebeu; afinal o seu original fora encaminhado ao destinatário. Mas Rui Barbosa, por exemplo, guardava minutas de algumas missivas.

Há ainda os titulares que descartam uma sequência de sua correspondência (cuja existência anterior conseguimos mapear por meio de citações em outros documentos), há aqueles que mantêm coleções de recortes de jornais (uma seleção de assuntos de seu interesse), ou aqueles que registram minuciosamente seus gastos no cotidiano e mantêm seus cadernos de despesas etc.

²² Disponível em: <<http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/casaruibarbosa/assuntos/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

A acumulação dos documentos é consequência não somente das atividades e experiências do produtor do arquivo, mas também de suas escolhas. Perceber as inexistências e os destaques no conjunto do acervo e explicitá-los é importante para o estudo do titular, de seus familiares e do contexto social em que o titular viveu.

Nos arquivos pessoais, a expressão do testemunho é mais contundente visto que passa pela individualidade do produtor do acervo e de todos com os quais se relaciona.

Mas, diferente dos retratos e pinturas do mundo de Harry Potter, os documentos de arquivo – como registros congelados no tempo - não são modificados pelo presente. Nossa interpretação sobre esses registros é que pode mudar, e às vezes dramaticamente, dependendo das circunstâncias do presente. É por isso que os arquivistas protegem a autenticidade e o contexto desses documentos, de forma que o passado não possa ser alterado para acomodar mudanças de ânimos. (MILLAR, 2006, p. 117, tradução nossa).

Os documentos representam não somente as ações dos titulares. A busca por essa identificação da individualização do produtor do arquivo permite que múltiplas leituras possam ser feitas a partir dos documentos.

Vejamos o caso da associação de Rui Barbosa à queima dos documentos da escravidão. No imaginário de segmentos de nossa sociedade, Rui “é responsável pela destruição da documentação referente à escravidão”. E partir dessa ideia muito sobre Rui Barbosa foi ignorado, muito se escreveu imputando em Rui Barbosa uma postura que não era sua e, por outro lado, muito se escreveu discordando.

Mas o que há em seu arquivo pessoal sobre essa questão?

Em seu arquivo encontramos registros de um cidadão contra o trabalho servil. Seu posicionamento não era apenas no plano teórico mas também das ações no âmbito familiar. Existem em seu arquivo documentos como as cartas de alforria concedidas por Rui Barbosa ao escravo Ananias (RB DP 6 doc. 2) e à escrava Lia que herdara de seus pais (RB DP 6 doc. 4). Sua atuação política também foi a favor do fim da escravidão, como é possível verificar por meio dos documentos de sua autoria relativos ao Projeto Dantas (RB-RBPI 13) sobre a Emancipação dos Escravos Sexagenários: o próprio projeto (doc. 1), provas tipográficas do mesmo (docs. 2-6) e seus apontamentos sobre a discussão do projeto na Câmara (doc. 7). Além disso, há vasta correspondência trocada entre Rui Barbosa e outros abolicionistas.

No caso específico da queima dos documentos, a grande preocupação de Rui Barbosa, segundo um segmento de autores, estava relacionada às iniciativas dos ex-proprietários de escravos em solicitar indenização do governo pela libertação destes. E por ter-se mantido contrário a essas investidas, consta de seu arquivo um documento exemplar: um diploma que lhe foi concedido pela Confederação Abolicionista que reproduz sua negativa, datada de 11 de novembro de 1890, ao pedido de indenização aos ex-proprietários de escravos e respectivos herdeiros.

Despacho de Ruy Barbosa. A um requerimento que lhe foi dirigido, apresentando um projecto ou coisa que o valha, para a fundação de um banco encarregado de indemnizar os ex-proprietários de escravos ou seus herdeiros dos prejuízos causados pela lei de 13 de maio de 1888, deduzidos 50% de seu valor em favor (!) da republica, deu o Sr. Ministro da fazenda o seguinte despacho: Mais justo seria e melhor se consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir meio de indemnizar os ex-excravos não onerando o thesouro – Indeferido - 11 de novembro de 1890. (Offerece a Confederação Abolicionista) (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Arquivo Rui Barbosa. RBMF doc. 111)

Alguns historiadores compartilham a opinião que aquele ainda era um momento frágil para a República e Rui Barbosa tinha consciência disso.

Ante a investida dos que advogavam a indenização, num momento ainda confuso e indefinido para a sorte da República, quando ainda nem sequer havia sido aprovado o projeto da nova constituição, Rui Barbosa tomou uma atitude radical e temerária: eliminar os comprovantes fiscais que existiam no Ministério da Fazenda que poderiam ser utilizados para o insidioso pleito da indenização. (LACOMBE; SILVA; BARBOSA, 1988, p. 18)

Consta também em seu arquivo minuta de Decisão, datada de 14 de dezembro de 1890 (RB-RBMF 109), mandando reunir todos os documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda relativos ao elemento servil e designando comissão para proceder à queima dos mesmos. Rui Barbosa por nove vezes solicitou sua demissão do Ministério como, por exemplo, em 16 de dezembro de 1890 (RBMF 47 docs. 37/38), mas é somente desligado da pasta mais de um ano depois; é “demitido, com todo o ministério de 15 de novembro, desde 20 de janeiro de 1891” (LACOMBE; SILVA; BARBOSA, 1988, p. 34).

Vale ressaltar que a ordem efetiva para queima dos documentos ocorre em 13 de maio de 1891, por meio da circular do Ministério dos Negócios da Fazenda n. 29²³, quando, portanto, Rui Barbosa não era mais ministro da Fazenda.

O arquivista poderá representar o arquivo com maior propriedade e oferecer aos usuários possibilidades mais amplas de utilização dos arquivos pessoais ao desenvolver sua pesquisa de recomposição do contexto arquivístico entendendo-o como parte integrante de um processo social e histórico, tendo como perspectiva buscar o conhecimento sobre o produtor do arquivo e das redes em que participa.

Além da compreensão do processo de produção dos arquivos pessoais, outro estudo detalhado é importante para a descrição arquivística: a análise dos documentos. Essa fase do trabalho exige do arquivista conhecimento de outras áreas como noções de História, de Direito, História Administrativa, Paleografia, Heráldica, Diplomática, Línguas etc. É nessa etapa da leitura dos documentos de um arquivo que o arquivista faz uso de seus conhecimentos ou busca adquiri-los visando à compreensão do acervo.

Três são os principais matizes para a análise dos documentos: a análise diplomática, a análise tipológica e a análise dos conteúdos.

Comumente na literatura encontramos maior referência à diplomática e à aplicação de seus princípios e métodos de análise no contexto dos documentos oficiais, decorrentes de uma atividade administrativa e dos documentos notariais. BELLOTTO (2008) define qual seria o objeto da diplomática: “os documentos administrativos e jurídicos constituídos em séries orgânico-funcionais que, por seu turno, integram o arquivo”. (BELLOTTO, 2008, p. VII). A autora continua “O objeto da diplomática é a estrutura formal do documento. Este deve ter a mesma estrutura semântica de discurso, quando a sua finalidade é referente à mesma problemática jurídica e/ou administrativa (BELLOTTO, 2008, p. 6). Dessa forma, compreende-se a razão de uma menor discussão da aplicação da análise diplomática no contexto dos arquivos pessoais.

Segundo Duranti (1995), em seu clássico trabalho *Diplomática: usos nuevos para uma antigua ciência*, traduzido para o espanhol por Manuel Vázquez:

É verdade que os princípios e métodos da análise diplomática podem ser estendidos aos documentos que expressam sentimentos e pensamentos, e criados por indivíduos em seu caráter mais privado. De fato os hábitos

²³ Diário Oficial. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1891, pp. 2.037-8.

sociais e as rotinas tendem a penetrar todos os aspectos da vida humana até ao ponto que as cartas de amor ou os diários pessoais podem ser comparados em sua forma física e intelectual às cartas dos executivos ou aos livros de bordo. (DURANTI, 1995b, p. 18, tradução nossa)

A diplomática surge com a necessidade de comprovação de autenticidade dos documentos produzidos na Idade Média. Sua metodologia de análise prevê a crítica do item documental em suas partes, concentrando-se em suas formas e sua pertinência quanto ao tempo histórico. É o conjunto desses elementos que permite assegurar se o documento é autêntico ou não. E essa informação é crucial para a organização e descrição dos arquivos.

De acordo com Duranti a diplomática entende fórmula, como:

O complexo de regras de representação usado para transmitir uma mensagem, isto é, como o conjunto de características de um documento que pode ser separado da determinação dos temas particulares, pessoas ou lugares que o afetam. Pode ser física ou intelectual. (DURANTI, 1995b, p. 152, tradução nossa)

A espécie documental possui elementos externos (suporte, escrita, linguagem, símbolos, selos e anotações) e internos ou a estrutura do conteúdo do documento. Os últimos podem ser resumidos da seguinte forma: protocolo (indica o destinatário, data, lugar e assunto do documento); o texto propriamente dito (representa o motivo da produção do documento) e o escatocolo ou protocolo final (indica a subscrição do documento). Esses elementos internos podem variar de acordo com a espécie documental, o período histórico e o ato que representam.

O estudo desses elementos combinados permite a adequada contextualização dos documentos e garante aos usuários dos arquivos fontes primárias confiáveis.

BELLOTTTO (2008) identifica e conceitua um conjunto de espécies documentais. A partir de seu trabalho resolvemos exemplificar aqueles documentos considerados diplomáticos que mais usualmente encontramos nos arquivos pessoais. É importante ressaltar que, devido ao desempenho de suas atividades públicas, os titulares dos arquivos muitas vezes mantêm junto aos seus documentos pessoais, documentos oficiais ou que registram sua atividade pública. São exemplos de espécies encontradas em arquivos pessoais: abaixo-assinado, acórdão, alvará, atestado, carta-patente, cédula de identidade, certidão, contrato, decisão, diploma, escritura, inventário, passaporte, precatório, procuração, requerimento e testamento.

Esses documentos, quando parte de um arquivo pessoal, deverão ser objeto de análise diplomática. Em muitos casos a autenticidade desses documentos lhes é atribuída após essa análise, combinada com o estudo de suas relações com as funções e atividades que representam. O resultado desse processo deverá ser parte integrante dos resultados da descrição arquivística.

Os documentos considerados não diplomáticos, destituídos de um rigor em sua elaboração decorrente da representação de um ato administrativo ou jurídico, são os mais difíceis de se estudar, uma vez que são poucos os elementos formais em sua estrutura. Entretanto é possível estudá-los como representação das atividades e funções do titular do arquivo ou de seus pares.

De acordo com Heredia Herrera (2007, p. 46, tradução nossa), “o tipo documental é indispensável na hora da descrição por colaborar com a representação adequada das unidades documentais, das séries, das subséries e das partes das séries”. O estudo sobre a tipologia documental, segundo a autora

não tem outro objetivo do que fixar os modelos das unidades documentais dando-lhes nome próprio e a partir deles poder reconhecer as unidades documentais similares. Esse estudo nos permite reconhecer e formar as respectivas séries documentais de qualquer fundo e reapresentá-las, na hora da descrição, com o nome no plural do tipo das unidades documentais correspondentes. (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 38, tradução nossa).

Para Bellotto (2008), “a tipologia documental é a ampliação da diplomática em direção da gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/produtora.” (BELLOTTO, 2008, p. 7).

Sobre o tipo documental, Heredia Herrera (2007) esclarece que o mesmo não deve ser confundido com o item documental. O tipo é

Um elemento decisivo para a identificação e para a descrição dos itens documentais e como consequência das séries documentais.
Tipo documental é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que são testemunho de uma ação ou ato determinado (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 45, tradução nossa)

O estudo do tipo documental nos permite analisar outros aspectos não explicitados na estrutura do documento, fornecendo elementos para compreender o comportamento da

sociedade, ou de seus segmentos em determinadas situações, como por exemplo, o casamento, o nascimento, a morte, a primeira comunhão, os banquetes, as comunicações do cotidiano etc. A identificação dos tipos documentais adequada, demonstrando seu vínculo com a atividade ou ato que dá origem à criação do documento, oferece aos usuários amplas possibilidades de abordagem dos arquivos, seja para a história social, a psicologia, a cultura etc.

Em muito poderemos facilitar e agilizar a pesquisa do usuário dos arquivos pessoais se oferecermos os tipos documentais como pontos de acesso. O pesquisador que analisa a questão do nepotismo pode utilizar o tipo documental “carta de pedido de emprego” como termo para sua busca. Aquele que estuda a culinária no século XIX pode se beneficiar do acesso aos “Cardápios” distribuídos aos participantes das festas de casamento, de bodas de prata etc. Ou aquele que busca elementos para compreender o imaginário relacionado à morte, poderá fazer uso dos elementos representados nos “Avisos fúnebres”.

Apesar de não regulados por normas oficiais, os documentos produzidos no âmbito da vida pessoal são regulados pelas normas sociais de civilidade e polidez que expressam os relacionamentos entre os diversos pares do titular do arquivo, entre si e com o próprio, as circunstâncias sociais, os eventos, os atos etc. O estudo da tipologia não só permite delinear modelos de registros e formas de comunicação entre as pessoas, bem como os comportamentos aceitos socialmente nas situações propostas como objeto de estudo, e estabelecer o nível do relacionamento entre as pessoas e as instituições.

Camargo (2009) ressalta a importância da identificação da relação entre as atividades e os documentos que as registram:

As atividades é que dariam conta da contextualização dos documentos, daí o importante papel que cumprem, nesse processo, as espécies e tipos documentais, cujas fórmulas, nos instrumentos de pesquisa, são bem mais eloquentes que os conteúdos por elas veiculadas. (CAMARGO, 2009, p. 34)

O comportamento humano, suas expressões e ações encontram-se registradas nos documentos arquivísticos, sejam eles documentos diplomáticos ou não. Em um arquivo, todos os documentos diplomáticos ou não se relacionam e estão interligados. Enquanto a análise diplomática está mais voltada para os aspectos formais do documento, a análise tipológica está mais centrada no vínculo entre o documento e a atividade que lhe deu origem. No processo de descrição arquivística ambas são importantes e complementares para a compreensão do arquivo em sua totalidade e para sua devida representação.

O terceiro aspecto da análise do documento refere-se à análise de seu conteúdo. De imediato esclarecemos o que estamos denominando de análise de conteúdo: trata-se de processo intelectual que envolve a leitura dos documentos em busca de sua compreensão e do reconhecimento do contexto da produção do documento e de suas conexões com outros documentos do arquivo em estudo. Essa abordagem exclui, portanto, a análise do discurso e a linguística, por exemplo.

Esse processo intelectual que resulta na identificação das relações entre os documentos, na produção de ementas ou verbetes e na definição dos pontos de acesso, possui ramificações e exige conhecimentos específicos de acordo com o arquivo objeto de estudo. Por exemplo, caso os documentos do arquivo em questão sejam manuscritos e produzidos no período anterior ao século XX é imprescindível o uso da Paleografia. Ou mesmo o conhecimento de inglês ou francês, uma vez que as famílias abastadas guardavam o hábito de se comunicarem nessas línguas. Ou ainda noções de história do país visto que muitos documentos podem fazer referência a eventos históricos etc.

É no decorrer da análise do conteúdo que se descobrem muitas vezes as relações entre os documentos, os seus autores, ou mesmo são identificados os personagens citados. Diferente do livro, que vem acompanhado de elementos de identificação e de relacionamentos explicitados, como autoria, título, ano, lugar, se pertence a uma série ou não, os documentos arquivísticos produzidos no âmbito da vida privada muitas vezes não possuem esses elementos básicos de identificação aparentes.

Então, o que fazer?

Abrir uma caixa de Pandora e enchê-la com documentos para, em seguida, identificá-la como Miscelânea ou Diversos? Ou criteriosamente seguir um plano de pesquisa envolvendo fontes secundárias e primárias para recompor o sentido da documentação?

Reconhecemos que em determinadas situações alguns documentos perdem suas conexões e não é possível ao arquivista reconstruir seu vínculo. No entanto acreditamos que tal recurso, de criação de um conjunto de documentos desconectados com o todo, deve ser apenas utilizado nos casos em que a pesquisa em busca do contexto arquivístico tenha cumprido todas as suas etapas. E parte importante desse trabalho de pesquisa envolve a leitura acurada dos documentos.

Na Coleção Família Barbosa de Oliveira encontramos inúmeros casos para exemplificar esse terceiro aspecto da análise do documento e sua relevância para a descrição

arquivística. Escolhemos o caso de *Margareth e Vovozinha*.

Na coleção existem 11 missivas de Margareth²⁴, em inglês, do período de 1915 a 1932, para D. Belinha e para Vovozinha. À exceção de uma missiva, todas escritas na Inglaterra. As missivas destinadas a esta última falavam de assuntos dos mais variados, mas sempre demonstram grande apreço por Vovozinha e sua família. A missiva de 19 de janeiro (sem indicação do ano) estima as melhoras para o problema nos olhos de Vovozinha, comenta o envio de missiva para Tia Chiquita. Em carta de 28 de agosto de 1915, a mesma Margareth parabeniza a destinatária pelo seu aniversário, menciona envio de cartas e destaca uma missiva enviada a Laura. Fala ainda de estadia no Brasil três anos antes, pergunta sobre Vovó e faz breve comentário sobre a ida de seu irmão para o *front* (na Primeira Guerra), além de comentar sobre a produção de motores de aviões e submarinos pela empresa em que trabalha e sobre a diminuição da propaganda sobre a Guerra. Nesta carta, Margareth assina seu sobrenome, Harmon.

Já em 13 de janeiro de 1920, Margareth escreve de Campinas à Vovozinha sobre sua estadia em Rio das Pedras, a fazenda que tanto Margareth ouviu falar, onde existe o piano usado para que Vovozinha aprendesse a tocar, e menciona membros da família também: D. Chiquita, Américo e Victor.

Em missiva de 30 de agosto de 1921, mais uma vez parabeniza o aniversário de Vovozinha, comenta estar feliz pelas notícias de melhoras que recebeu sobre a saúde de Mário e Victor, menciona o quão quente está o verão na Inglaterra, pergunta se Rui Barbosa confirmou a abertura das Conferências e cita Laura, D. Belinha e Chiquita.

Uma missiva de 4 de dezembro de 1929, assinada por *Daisy* foi enviada a D. Belinha para desejar feliz Natal e mandar lembranças a todos, em especial à Vovozinha. Na mesma carta há menção ao curso Jacobina.

Em 31 de janeiro de 1932, Margareth Harmon envia missiva à D. Belinha lamentando o falecimento de Vovozinha. E, por fim, há no conjunto dos documentos uma carta assinada pela diretora da *Sacred Heart Secondary School*, de 28 de junho de 1912, endereçada à *Dear Madam* (não há registro do nome da destinatária) fornecendo informações sobre Mrs. Harmon como professora, uma vez que aquela altura a professora citada já trabalhava há quatro anos na escola.

Algumas questões fundamentais se colocaram:

²⁴ Dados de 29 de outubro de 2009. A documentação encontra-se em organização.

- Quem foi Vovozinha?
- Quem foi Daisy?
- Como se dá esse encontro entre a professora e a família?

E como obtemos as respostas?

Para a primeira pergunta, pelas cartas anteriormente citadas, conseguimos identificar que a senhora identificada como Vovozinha fazia aniversário entre o final de agosto e início de setembro (devido às duas cartas de parabenização terem sido escritas ao final de agosto); sofria de doença nos olhos; tinha forte vínculo com a fazenda de Rio das Pedras onde aprendera a tocar piano; circulava entre Mário e Victor, D. Belinha, D. Chiquita, Rui Barbosa e Américo; e teria falecido em data próxima a 31 de janeiro de 1932.

Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina nasceu em 14 de setembro de 1850 e morreu, aos seus oitenta e um anos, em 14 de novembro de 1931. Filha do Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira e de Isabel Augusta de Sousa Queirós, casou-se na Fazenda de Rio das Pedras em 27 de abril de 1868 com Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina (2º). Teve sete filhos: Isabel, Maroquinha, Francisca, Antônio, Eduardo, Alberto e Paulo. Ao final de sua vida tinha glaucoma. “Essa doença, esta espada de Dâmocles que todo Barbosa de Oliveira tem sobre sua cabeça, é o glaucoma”.(OLIVEIRA, 1956, p. 19).

Lacombe e outros membros da família chamavam Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina de Vovozinha. Sua filha Isabel era chamada por todos por Belinha, assim como sua filha Francisca era chamada por todos como tia Chiquita. Suas filhas fundaram o Colégio Jacobina, em 1902, um tradicional colégio de meninas na cidade do Rio de Janeiro. Mário, Victor, Laura e Américo são filhos de Belinha.

A resposta para a segunda pergunta encontramos a partir da análise de elementos das cartas, a saber: local (Wolverhampton, Lutterworth e Monks Kirby Rugby, cidades localizadas na Inglaterra); as temáticas recorrentes; a caligrafia; e sua assinatura. Em uma única carta a autora não assina Margareth ou seu nome completo, mas sim Daisy. Daisy (margarida) é o apelido para Margareth, na tradição inglesa.

Finalmente a questão de como essas pessoas se aproximaram e o que compartilhavam. Encontramos a resposta na combinação entre a carta de 1912, da diretora do colégio inglês em que recomenda a professora Harmon, informa seu pesar por perdê-la após seus quatro anos de trabalho e finaliza: “eu solicitei que ela escreva a você novamente e faça os arranjos finais, eu

penso que ela será muito feliz com você” (tradução nossa), e a carta de Margareth para Vovozinha de 28 de agosto de 1915, que menciona já terem se passado três anos de sua estadia no Brasil: “A senhora sabe que já faz quase três anos desde que eu embarquei para o Rio, como foi bom, parece inacreditável que eu não conhecia vocês todos” (tradução nossa). O ensino reúne essas pessoas.

Um exemplo emblemático de um problema arquivístico é o *Relatório de viagem* de Carlos Brandão Storry.²⁵ O documento foi doado à Fundação Casa de Rui Barbosa por Edmar Morel em 13 de agosto de 1975, que, por sua vez, o recebeu por doação do comandante da Marinha Mercante, Julio Brígido. Segundo missiva do doador ao presidente da FCRB, Américo Jacobina Lacombe, datada de 18 de julho de 1975, o documento foi salvo de um incêndio e doado ao comandante Brígido.

Tenho o dever de informar como obtive tão precioso documento. Houve um incêndio no Loide Brasileiro e muitos papéis foram atirados pelas janelas, inclusive, o mencionado relatório, que foi entregue ao Comandante Julio Brígido, da Marinha Mercante, já falecido, o qual por sua vez, passou às minhas mãos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Arquivo da FCRB. Proc. Nº 23/75, fl. 1)

Carlos Brandão Storry foi comandante do cargueiro do Loyd Brasileiro. Transportou no pacote Satélite, até Santo Antonio do Rio Madeira, 400 prisioneiros. Seu relatório foi doado incompleto à Fundação Casa de Rui Barbosa, conforme o processo n. 23/75, fl. 01. Em documento constante do processo citado, o doador Edmar Morel informa que as páginas que faltam ao relatório foram publicadas em seu livro, *A Revolta da Chibata*, em sua segunda edição, nas páginas 132 e 133.

O relatório de autoria de Carlos Brandão Storry foi apresentado ao gerente da companhia Loyd Brasileiro e relata a viagem que se inicia em 25 de dezembro de 1910 e se encerra em 04 de março de 1911. O comandante Storry relata (1911, p. 1): “partimos conduzindo 105 ex-marinheiros, 292 vagabundos, 44 mulheres e 50 praças do Exército (...)”.

Ao longo do texto o comandante relata fatos que ocorrem diariamente. Segundo o relatório, uma revolta estava sendo preparada:

²⁵ Disponível em: <<http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/casaruibarbosa/guia/>>. Acesso em :10 de nov. 2009.

a revolta seria da maneira seguinte: os sete marinheiros que vinham de passagem, em liberdade, procuravam obter munições para as armas, facas, etc, etc, e de acordo com os deportados, em dado momento que deveria ser a meia noite, atacavam as sentinelas apossando-se das armas, em seguida os presos subiriam e os oficiais quer de bordo, quer do Exército, seriam assassinados, assumindo o comando do navio, o ex-marinheiro “Sete”, (...). (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA Arquivo Rui Barbosa. CDA CBS 03, 1911, p. 2)

Segue o autor em sua narrativa dos acontecimentos diários:

Nestas condições passamos o dia, as 11 horas p.m. na altura do Rio Doce, assisti o mais horrível drama, o “Sete” foi fuzilado e em seguida lançado ao mar. Dia 27 – continuaram os inquéritos e alguns ex-marinheiros foram algemados. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA Arquivo Rui Barbosa. CDA CBS 03, 1911, p. 2)

As duas páginas seguintes não fizeram parte da doação. O doador do documento publica seu teor em seu livro a *Revolta da Chibata*. Esse segmento do documento relata dentre outros aspectos da viagem, o fuzilamento de seis homens no dia 1º de janeiro, o suicídio de dois que se atiram ao mar com pés e mãos atados, e no dia seguinte o fuzilamento de mais dois homens.

A seguir da parte que falta ao relatório, continua o comandante seu relato:

A 3, pela manhã foram entregues à comissão Rondon 200 homens conforme ordem do Governo, os restantes teriam de descer com eles e deixando-os pelas margens do rio, felizmente momentos depois chegavam aos poucos os seringueiros que pediam ao comandante de força, homens e assim foi se dispondo do pessoal até que saíram os últimos; neste mesmo dia pelas 7 p.m, deixamos o porto de S. Antonio, livres e salvos das garras de tão perversos bandidos. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Arquivo Rui Barbosa CDA CBS 03, 1911, p. 4)

Esse documento, o relatório do comandante Storry, exemplifica, mesmo incompleto, duas das principais características do documento de arquivo: a imparcialidade e a naturalidade. O relatório é escrito por seu autor com o intuito de relatar a viagem e todas as suas ocorrências à empresa para qual trabalha e para a qual deve remeter-se. Cumpre-lhe escrever tal relato. Evidente está o vínculo entre a atividade e a ação de produção do documento, em sua máxima expressão de significado por seu valor primário. Não há em sua elaboração nenhuma evidência de preocupação do autor com a posteridade ou com a

contribuição para a história. Os fatos são relatados apenas procurando descrever as ocorrências da viagem. Essa é a única intenção de seu autor.

Posteriormente à sua produção, o documento passa então a ser utilizado para outros fins, diretamente relacionados à história do país e aos direitos dos presos e de seus familiares. Muitos são os pesquisadores que já o consultaram, principalmente aqueles interessados na Revolta da Chibata ou mesmo a Marinha do Brasil. Pode ainda ser de interesse daqueles que analisam a formação de mão de obra no norte do Brasil ou as rotas de comércio entre estados, por exemplo. Mas há outro aspecto importante a ser considerado: a discussão em torno de direitos à indenização dos presos fuzilados ou abandonados e de seus familiares. E, para tal, é de fundamental importância a análise das listas anexas ao relatório, além do próprio relato do comandante.

Além disso, o relatório e sua trajetória nos apontam uma questão importante sobre a relação de custódia e o acesso. O documento foi produzido no decorrer das atividades da empresa Loyd do Brasil. Seu autor reporta uma viagem no cumprimento de seu dever. Nessa etapa o documento permanece no âmbito da organização privada. Quando ocorre o incêndio, em uma operação de salvamento, o mesmo documento é salvo da destruição e entregue a um comandante da Marinha Mercante. Nesta sequência dos acontecimentos, o documento continua sob a custódia do setor privado. O comandante entrega o relatório a um historiador, que reconhece seu valor histórico e finalmente o deposita em uma instituição pública com a missão de preservação do patrimônio histórico, mesmo mantendo consigo duas das folhas mais radicais e reveladoras do mesmo documento: aquelas que descrevem de fato o fuzilamento.

Somente após o ingresso desse relatório na instituição pública é que se assegura amplo acesso ao mesmo para os usuários. É então nesse momento que passa a ser possível à sociedade ampliar seu conhecimento sobre os fatos ocorridos, a operação Rondon, ou sobre a ocupação da região norte do país etc., tendo como fonte esse relatório. Enquanto o relatório encontrava-se sob a custódia da empresa cumpria uma funcionalidade relacionada à razão de sua elaboração e, na medida em que passa para a esfera pública, acrescenta à sua funcionalidade original à de subsidiar a pesquisa histórica.

Já no arquivo pessoal de Rui Barbosa, na série Correspondência Geral, encontramos uma missiva datada de 30 de maio de 1911, cujo autor, Belfort de Oliveira (CR 1071/2), escreve a Rui Barbosa sobre o que presenciou em relação aos quatrocentos presos do paquete Satélite. Em sua carta, Belfort de Oliveira se identifica como diarista auxiliar do Serviço

Sanitário da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. O autor da carta encontrava-se na ocasião em Vila de Santo Antonio do Rio Madeira quando presenciou os fatos que relata a Rui Barbosa.

Um radiograma assignado do Ministério da Agricultura, informava haver o coronel Rondon contractado duzentos desses homens para o serviço da comissão, como diaristas e percebendo uma diária imagina de 5 a 6 000, e, que os outros duzentos eram destinados ao trabalho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com sede em Porto-Velho à 7 kilometros apenas de Santo Antonio.

Os americanos que exploram o syndicato da Madeira-Mamoré, recusaram-se, porem, a receber os duzentos que lhes eram destinados, o que não impediu a que o governo mandasse-os. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Arquivo Rui Barbosa, CR 1071/2, 1911, p. 3)

Segue o autor da missiva em sua narrativa sobre quando adentrou ao paquete. Em seu relato, afirma que foram informados oficialmente do levante no navio e do fuzilamento dos chefes do mesmo, uma vez que possuíam “carta branca do governo”. Dez foram fuzilados e um se lançou ao mar. Os outros encontravam-se na seguinte situação:

Quanto aos outros lá estavam: hermeticamente guardados, numa clausura de quarenta e um dias, sem verem a luz do sol, sob o regime de uma alimentação forçada, num ambiente mephistico, como se fossem sardinhas em tigelas. (...). Os porões foram abertos, e , a luz de um sol amazonense os quatrocentos desgraçados foram guisados, como qualquer coisa menos corpo humano, e lançados ao barranco do rio. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Arquivo Rui Barbosa, CR 1071/2, 1911, p. 3)

O autor segue em sua carta denúncia comparando as condições físicas dos prisioneiros aos escravos em senzalas e em seguida informa que, após a escolha dos homens por parte dos seringueiros, duzentos homens e mulheres foram entregues ao acampamento da Comissão (Rondon). As mulheres foram expulsas no dia seguinte pelo tenente Mattos Costa e segundo o missivista voltaram-se à prostituição por questões de sobrevivência. Os homens ficaram na Comissão em péssimas condições de trabalho, com promessas de liberdade e ordenados.

Em Villa Nova ocorreu uma manifestação dos insatisfeitos com a situação. Em 18 de fevereiro foram fuzilados três a caminho da enfermaria militar. Os prisioneiros eram conduzidos pelo tenente Mattos Costa, que segundo Oliveira (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Arquivo Rui Barbosa, CR 1071/2, 1911,p.8) fuzilou dois.

Finaliza o autor sua missiva denunciando os maus tratos que os soldados recrutados no país como um todo sofrem quando chegam à região e cita a existência de outros crimes.

Com esses exemplos procuramos demonstrar a importância da análise do conteúdo dos documentos para a avaliação do momento em que esses registros foram produzidos, como se inter-relacionam, quais os laços entre as pessoas, quais atividades e funções sociais estão representadas no conjunto documental, de forma que de fato possamos produzir conhecimento sobre os arquivos. Nessa fase do trabalho, os arquivistas podem reconhecer as conexões entre diferentes arquivos, o que em muito auxiliará a compreensão dos mesmos e a utilização dos documentos por parte do usuário. Também podemos avaliar como é relevante que a formação do arquivista ofereça meios para que identifique eventos históricos e conheça as instituições de seu país. Além disso, no caso da *Vovozinha*, o conhecimento da língua inglesa é fundamental.

Esses processos de pesquisa aqui detalhados não fazem parte das normas de descrição, uma vez que essas normas, apesar de serem apresentadas como normas ou diretrizes para a elaboração de descrição arquivística, são de fato diretrizes para elaboração de instrumentos de pesquisa.

Eastwood (2009) chama atenção para a necessidade de um entendimento mais amplo dos arquivos. A metodologia a ser adotada pelo arquivista para abordar cientificamente um arquivo pressupõe o entendimento de sua formação em camadas, que devem ser exaustivamente investigadas de forma crítica e observadas suas individualidades e suas correlações. Os arquivos estão inseridos em um determinado contexto histórico e social.

Não é o suficiente entender a natureza dos arquivos para entender o seu caráter. Essa compreensão precisa ser complementada por meio da análise cuidadosa do contexto social da formação dos arquivos. (EASTWOOD, 2009, p. 23, tradução nossa)

Nesse sentido, a produção de conhecimento de um arquivo envolve uma abordagem investigativa que o insere na sociedade, que o reconhece como resultado das atividades e funções em vida na sociedade de indivíduos, e estuda o conseqüente processo de produção e acumulação de seus registros.

Longe de ser uma função meramente operacional de representação do arranjo ou de preenchimento de formulários, a descrição arquivística solicita do arquivista a aplicação de toda a fundamentação teórica da Arquivologia, o conhecimento das características dos

documentos arquivísticos, o domínio do instrumental de pesquisa típico das ciências sociais para a compreensão do contexto histórico e social no qual o arquivo foi produzido, e do próprio contexto de produção. Demanda do arquivista a aplicação da análise diplomática e tipológica, a demonstração de capacidade de análise crítica e comparativa aplicada aos documentos e muitas vezes o conhecimento de outras áreas como a História e a Paleografia.

O reconhecimento da descrição como atividade de pesquisa é o reconhecimento do arquivista como pesquisador e o reconhecimento de sua autoridade no desempenho dessa atividade. O fato de sua pesquisa ter como objeto os arquivos e, como objetivos, por exemplo, a organização e acesso aos mesmos, não significa que sua atividade é menos científica. A redução dessa atividade à elaboração de instrumentos de pesquisa é no mínimo uma visão minimalista dessa função arquivística. Nem todos os arquivistas são pesquisadores. Entretanto, todos deveriam ser. A formação do arquivista deve fornecer-lhe o arcabouço teórico e metodológico que lhe permita desenvolver atividades de pesquisa.

Para os arquivistas, a pesquisa não é uma atividade acadêmica centrada na academia, mas uma atividade ética e prática que deriva da responsabilidade de preservar os arquivos e comunicar seus significados ao longo do tempo. A única forma dessas responsabilidades serem adequadamente desenvolvidas é pelo constante refinamento do processo e da abordagem, com o suporte da pesquisa cuidadosa. (...) A natureza de um problema é apenas parcialmente apreendida se o arquivista, ao formular a questão, negligenciar suas raízes. As escolhas são menos racionais e pobres quando são feitas face ao vácuo de tempo e de contexto. (CRAIG, 1996, p. 108, tradução nossa)

Nem todos os arquivistas são pesquisadores na área da Descrição Arquivística. Mas que a descrição é uma função eminentemente de pesquisa não temos dúvida.

No próximo capítulo vamos apresentar as iniciativas internacionais de maior destaque no sentido de padronizar a descrição arquivística.

6. EM BUSCA DE UM MODELO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Nesse capítulo apresentaremos os processos de elaboração das normas de descrição arquivística que são objeto de estudo em nosso trabalho: *Manual of archival description* (MAD), o modelo do Reino Unido; *Rules for archival description* (RAD), modelo do Canadá; ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística, modelo do Conselho Internacional de Arquivos; e *Describing archives: a content standard* (DACS), o modelo americano atual.

Essas são as normas que vão se destacar na prática arquivística e influenciar outras iniciativas mais locais de padronização. A análise e aplicação dessas normas tornam-se tema de inúmeros artigos científicos nos principais periódicos da área, como *Archivaria* e *The American Archivist*; de conferências nos congressos internacionais; e de títulos de livros. Esse quadro se inicia nos anos oitenta e perdura até a atualidade.

Realizamos um levantamento em dezembro de 2009, de ocorrências da expressão descrição arquivística, nos *sites* de três periódicos relevantes para a área. Assim no periódico *Archivaria on-line*, em pesquisa pela expressão “*archival description*” encontramos como resultado de busca 110 ocorrências.²⁶ No periódico *The Archival Science* ²⁷achamos 117 ocorrências para a mesma expressão. Já no periódico *The American Archivist* do período de 1997 a 2007, que se encontra disponível *on-line*²⁸, encontramos seis ocorrências para a expressão “*archival description*” nos títulos dos artigos. É importante ressaltar que não é política dessa publicação a apresentação de palavras-chave para os artigos. Assim, a busca realizou-se com base apenas nos títulos dos artigos. Das seis ocorrências, cinco referem-se a artigos sobre a *Encoded Archival Description* (EAD).

A questão da descrição no periódico americano aparece em diversos artigos, mas seus títulos não expressam a temática. É importante mencionar que no *site* da *Society of American Archivists* encontram-se disponíveis para venda nove publicações sobre Descrição e Catalogação. No escopo do programa de educação continuada voltada para os profissionais,

²⁶ Disponível em: < <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria>>. Acesso em: 05 dez.2009.

²⁷ Disponível em: < <http://www.springerlink.com/content/?k=%22archival+description%22>> Acesso em: 14 dez. 2009.

²⁸ Disponível em: <<http://www.archivists.org/>>. Acesso em: 14 dez.2009.

dentro da área de arranjo e descrição existem nove temáticas disponíveis para capacitação, dentre as quais cinco explicitam a DACS em seu título. Além disso, já no calendário de 2010, existe a previsão de um *workshop* sobre o uso da DACS para o nível de item documental. Lembramos que a quinta impressão da norma saiu em 2008.

Yeo (2009) chama atenção para a existência de dois aspectos que caracterizam a descrição e que acabam por defini-la: “Descrição é ao mesmo tempo processo e produto” (YEO, 2009 p. 89). Conforme vamos observar na seqüência do nosso trabalho, maior atenção foi dada pelos arquivistas à estrutura e forma de seus produtos.

Não pretendemos esgotar a análise dessas normas (MAD, RAD, ISAD-G e DACS), uma vez que a leitura de cada uma delas sem dúvida pode suscitar outras pesquisas. Mas entendemos que esse é um capítulo de máxima importância para a compreensão da discussão como um todo, pois descreve os movimentos dos profissionais em diferentes países de tradição arquivística em torno de um objetivo: padronizar a descrição. Nossa intenção é destacar os pontos de cada norma que consideramos principais para o trabalho.

O início de toda essa discussão, pelo menos segundo a literatura da Arquivologia, remonta ao século XIX. Razão pela qual qualquer análise de propostas de padronização da descrição arquivística não pode desconsiderar um clássico de nossa área: o livro de Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses, com o título *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. A tradução da obra para o português foi lançada no Brasil pelo Arquivo Nacional em 1960, e sua segunda edição, com a qual trabalhamos nessa pesquisa, em 1973.

6.1 - OS HOLANDESES

Esses arquivistas, um século antes das grandes discussões sobre a necessidade de elaboração de um modelo para a descrição dos arquivos, já pontuaram elementos que são utilizados na prática arquivística contemporânea e que foram, portanto, absorvidos por essas normas, mesmo sem grande alarde. Os arquivistas holandeses tinham a intenção de sistematizar e apresentar as regras para estruturação dos inventários dos arquivos segundo a prática vigente por julgarem que:

A uniformidade no tratamento dos inventários, tanto no tocante ao essencial como no acessório, é de extrema utilidade. Convém ao pesquisador, para captar com presteza o sentido de qualquer prática coerente e evitar boa soma de incompreensão. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 11)

A obra apresenta uma coesão importante para a compreensão do objetivo principal dos autores. A elaboração da obra foi fragmentada mas os autores mantinham concordância nos principais pontos.²⁹

Os autores partem da definição de arquivo e do que, para fins de seu trabalho, entendem como documento de arquivo. E apresentam os princípios arquivísticos fundamentais como os da proveniência, respeito aos fundos, ordem original, soberania administrativa e de territorialidade.

Desde o início do livro fica evidente que os autores apresentarão essencialmente a prática arquivística holandesa, embora em muitos momentos do texto recorram a outras práticas européias. A experiência holandesa que procuram retratar, segundo os “novos” arquivistas holandeses Horsman, Ketelaar e Thomassen, resulta de um conjunto de discussões e publicações promovidas pela primeira associação profissional de arquivistas no mundo, criada em 1891, a Associação dos Arquivistas da Holanda (*Vereeniging van Archivarissen in Nederland* – VAN).

Tanto o encontro anual da VAN e seu periódico fundado em 1892, *Nederland Archievenblad*, transformaram-se em fóruns para discussões sobre os aspectos técnicos e a disseminação dos métodos de arranjo e descrição (...) No primeiro volume do *Archievenblad*, o arquivista do estado em Drenthe, Seerp Gratama, publicou um número de princípios básicos que formam o centro da nova teoria e que em parte pode ser encontrada, quase palavra por palavra, no Manual. (HORSMAN; KETELAAR; THOMASSEN, 2003, p. 254-255, tradução nossa)

Já nesse período, anterior, portanto, à publicação do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, um dos autores, Muller, se mostra dividido entre a elaboração de regras ou a elaboração de métodos:

²⁹ Fruin escreveu quase todo o capítulo 6 e metade dos capítulos 1 e 5. Muller e Feith escreveram a maior parte dos capítulos 2 e 4, enquanto Muller e Fruin escreveram o capítulo 3. Das 100 seções (com explicações), 43 são baseadas em rascunhos de Fruin. Feith escreveu o texto de 26 seções, enquanto Muller escreveu 30 (Muller e Feith juntos escreveram a seção 65). A introdução foi escrita por Muller. (HORSMAN; KETELAAR; THOMASSEN, 2003, p. 256, tradução nossa)

As necessidades de um corpo pequeno de arquivistas estavam focadas em torno de instruções práticas, fórmulas e elaboração de inventários. Muller inicialmente pensou em algo similar; ele chegou a propor, como algo remotamente ideal, que um manual para os arquivistas deveria ser desenvolvido com base nas diretrizes adotadas pela maioria dos membros. Mas como o manual não foi escrito, ele defendeu o desenvolvimento de métodos arquivísticos, e não a formulação de modelos. Cada arquivo é único, mas o método de lidar com ele, os princípios, e a terminologia devem ser a mesma. (HORSMAN; KETELAAR; THOMASSEN, 2003, p. 255, tradução nossa)

Como observamos, a obra publicada em 1898 vai refletir as práticas de uma época e um conjunto de discussões de um corpo de profissionais. Simultaneamente, enquanto ocorre o fortalecimento da entidade VAN, percebe-se o fortalecimento dos métodos, das ideias e das práticas que finalmente são registradas na publicação.

A obra, em seu segundo capítulo, refere-se ao arranjo dos documentos de arquivo e fica claro ao leitor que os autores associam a descrição ao arranjo e vice-versa:

Os únicos inventários de arquivos compilados mais ou menos alfabeticamente são os de Deventer e de Vlissingen. No primeiro registra-se os documentos segundo a ordem em que foram achados nas caixas, e a esta enumeração inteiramente aleatória segue-se uma lista alfabética pormenorizada, de tal forma que a ordem alfabética é, na verdade, a única presente no inventário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 41)

Nesse capítulo, os arquivistas holandeses do século XIX apesar de movidos pela determinação de descrever os procedimentos para a organização dos arquivos, já apontaram que esse trabalho é estruturado na pesquisa. Quando discutem a tarefa do arquivista de restabelecer a ordem original, e em seguida sobre a possibilidade de tal objetivo não ser atingido devido a alguma circunstância, remetem-se à pesquisa do contexto arquivístico sem, contudo, fazer uso dessa expressão:

A história do arquivo e do órgão administrativo que o produziu pode elucidar porque se reuniram papéis que, a um exame superficial, nada em comum acusam. (...) Mas em qualquer caso, a fim de que se possa julgar se o motivo da reunião dos itens é lícito ou não, e se é útil, deve-se antes de mais nada, conhecê-lo. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 59)

O terceiro capítulo da obra, intitulado *A descrição dos documentos do arquivo* se inicia informando qual o objetivo da descrição do arquivo: “é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 79). Mais uma vez os autores reforçam a necessidade da pesquisa para o desenvolvimento das atividades da descrição: “antes de descrever-se um volume ou amarrado cumpre conceber-se claramente a idéia dominante que presidiu a sua formação.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 80).

Outro aspecto interessante existente como diretriz em todas as normas de descrição da atualidade, a “descrição multinível”, aparece no conjunto de recomendações dos holandeses em 1898: “devem-se descrever inicialmente as séries e os volumes para alcançar-se a visão geral do arquivo e, somente após, os documentos soltos” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 85).

Os arquivistas chegam a recomendar a estrutura de cada item de um inventário e as semelhanças com as normas atuais continuam a aparecer. Eis o que sugerem:

Cada item do inventário deve incluir:

- a) o título antigo do item (se houver);
- b) a descrição geral do conteúdo;
- c) o ano ou anos abarcados pelo documento;
- d) a indicação de que o item consiste de um ou mais volumes, pacotes, envelopes, maços, documentos ou cartas diplomáticas;
- e) a indicação de documentos adicionais que se encontrem no mesmo item, embora não relacionados com o resto do conteúdo.

Outras declarações acerca do conteúdo ou da forma serão feitas em notas especiais. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 93).

Então se pretendêssemos montar uma fórmula para um instrumento de pesquisa a partir das recomendações dos nossos colegas holandeses, seu modelo teria seis grandes áreas: **título, descrição do conteúdo, data ou datas, quantificação, elementos adicionais, e notas.** Mais tarde voltaremos a este esquema básico.

Chamamos a atenção para a questão do título. O título, para os nossos predecessores holandeses **não é atribuído**. Segundo os autores, o título, como elemento do inventário, é aquele que se encontra escrito na encadernação, sobre a cobertura ou primeira folha do volume. Muller, Feith e Fruin sugerem também que informações sobre o estado de

conservação ou a inexistência de partes do volume objeto de descrição, por exemplo, sejam informadas como notas. Ainda, sugerem aos arquivistas que a história e funções do órgão produtor dos documentos sejam apresentadas em notas explicativas.

E, já na ocasião, observaram os autores que instrumentos auxiliares eram necessários para facilitar a compreensão do usuário e a execução de sua pesquisa. Nesse sentido, pontuam que a elaboração de índices de nomes de pessoas e de lugares pode ser muito útil. Quanto ao índice por assuntos, apesar de reconhecerem que seria desejável tê-lo disponível para uso, receavam pelo processo de sua produção. Em especial, pela escolha dos termos, uma vez que de acordo com a perspectiva dos arquivistas holandeses os responsáveis pelos índices de assuntos escolheriam as expressões de “maneira pessoal” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 118).

Deste modo, os arquivistas holandeses em pleno século XIX procedem à manualização dos procedimentos para arranjo e elaboração de instrumentos descritivos para controle e acesso aos documentos de arquivo.

É no século XX - e em decorrência da inserção de novos recursos de informação e comunicação no escopo dos processos de produção, gestão e acesso aos documentos em geral - que a comunidade arquivística abre um espaço de estudo e discussão sobre a questão da descrição com enfoque em sua padronização. Os grupos envolvidos acreditam que a padronização é uma condição para a adaptação a essa nova realidade ditada pelo cenário das tecnologias de informação e de conexões em rede.

6.2 - NO REINO UNIDO

No Reino Unido, um grupo de arquivistas liderado pelo professor Michael Cook da Universidade de Liverpool (com subsídios da *British Library Research and Development Department* e da *Society of Archivists* (Inglaterra)) iniciou estudos sobre as práticas de descrição e publicou em 1986, a primeira versão do *Manual of Archival Description* (MAD).

Os autores, no início da obra, já declaram que seu compromisso não é a padronização:

O manual não objetiva impor uniformidade, no sentido de baixar normas rígidas. Ele objetiva incentivar a compatibilidade entre diferentes tradições na descrição arquivística, apoiando a aceitação geral dos princípios básicos e

um certo número de práticas comuns. (COOK; GRANT, 1986, p. 2, tradução nossa)

A estrutura da obra divide-se em quatro partes: a primeira, com abordagem teórica, pretende apresentar a natureza da descrição arquivística e seus principais problemas; a segunda analisa elementos de descrição encontrados nos instrumentos de pesquisa analisados pela equipe; a terceira concentra-se em apresentar sugestões de formatos de descrição; e a última parte apresenta exemplos de descrição ou, como entendemos, de instrumentos de pesquisa. A obra também dispõe para seus leitores um glossário e uma bibliografia básica.

Dentre as considerações de fundo teórico, gostaríamos de destacar a questão do acesso. Segundo os autores, o acesso aos documentos e às informações contidas neles se dá a partir da representação elaborada pelo arquivista do arquivo. “Na vida real a representação dos arquivos toma a forma de catálogos, listas, inventários, calendários ou guias. Eles são recuperados por instrumentos como índices”. (COOK; GRANT, 1986, p. 6, tradução nossa).

Na discussão apresentada pelos autores podemos perceber a grande preocupação com os usuários dos arquivos e o reconhecimento da complexidade da compreensão da descrição arquivística como uma representação que, de fato, possa estar de acordo tanto com as demandas do gerenciamento de um acervo, de um serviço ou de uma instituição arquivística (controle administrativo) quanto com o acesso ao conteúdo informacional do material de arquivo (controle intelectual).

Para os autores, os sistemas³⁰ de informações sobre arquivos devem ser planejados de forma a fornecer as descrições em uma forma estruturada - e essa deve ser a meta principal - e oferecer informações em um segundo plano, voltadas para o controle administrativo do acervo, para a recuperação por assunto, além de oferecer ferramentas de busca como guias e índices.

A principal dificuldade em escrever a descrição arquivística está no planejamento da natureza e da função da representação do arquivo(s), e na bem sucedida aplicação de um sistema planejado para a especificidade do arquivo em questão, para as necessidades dos usuários e para o serviço arquivístico em si. (COOK; GRANT, 1986, p. 6, tradução nossa).

³⁰ Os autores não definem no corpo do texto o conceito de sistema com o qual trabalham e tampouco há no glossário da publicação a definição do termo.

A forma principal, intitulada como estrutural pelos autores, deve apresentar os relacionamentos arquivísticos entre os documentos. São relacionamentos arquivísticos:

Os *links* entre componentes de uma acumulação de arquivos que demonstram o sistema original no qual os documentos foram produzidos, ou o arranjo que foi imposto aos documentos, seja por uma administração subsequente ou pelo processo de negócios. (COOK; GRANT, 1986, p. 7, tradução nossa).

Apesar da explicitação do interesse pelo usuário e da menção à relevância da elaboração de instrumentos de pesquisa e de sistemas que atendam a diferentes necessidades de informação, a questão da linguagem e da comunicabilidade desses instrumentos e sistemas não é aprofundada. Assim como a questão da indexação e da produção de índices não é considerada um ponto focal no MAD. Mas, dentro da abordagem da norma, “toda descrição textual deve conter todas as palavras-chave necessárias para os pesquisadores” (COOK; GRANT, 1986, p. 29, tradução nossa). Cook e Grant (1986) apontam a importância do aprofundamento das pesquisas da área em relação à indexação e à elaboração de vocabulários controlados, tendo em vista seu papel crucial para a discussão da descrição arquivística.

No MAD encontramos algumas considerações significativas sobre o processo de elaboração de um sistema de busca. O processo de acumulação dos arquivos, por exemplo, é um elemento importante a ser inserido na descrição. Os autores reconhecem as dificuldades de acomodação das diversas formas de acumulação em “modelos” de descrição adotados pelas instituições. Ainda, no âmbito do cenário do produtor do arquivo, o porte e a complexidade das organizações influenciam diretamente a representação da descrição. Quanto maior a organização e mais diversificadas suas funções, mais complexa será sua representação, seja em termos de arranjo, seja em termos de descrição.

De acordo com a proposta de descrição arquivística do MAD, a mesma deve apresentar-se multinível e com pelo menos dois níveis de descrição. Na perspectiva do discurso do Manual, o nível mais alto da descrição é o do repositório³¹, numericamente codificado como nível zero (0). Os níveis seguintes devem obedecer às categorias do repositório.

³¹ Entende-se repositório nesse texto como a instituição ou serviço arquivístico com a custódia física e moral do material arquivístico.

A seguir vamos apresentar a sequência lógica da estrutura de descrição proposta em seus diversos níveis, não só porque é interessante visualizar o corpo dos macros elementos, mas também porque encontramos diferenças da tradição em nosso país.

Os autores utilizam os arquivos municipais (nível 0) como exemplo. Nesses arquivos, as categorias de oficial, privado ou eclesiástico seriam o nível 1 da descrição. O nível seguinte, o nível 2 é identificado como o nível que pretende descrever o grupo, e pode se subdividir em subgrupos (nível 3), ou mesmo em “sub” subgrupos. Nota-se que no Brasil não adotamos essa abordagem com frequência. Entende-se grupo como “um conjunto de documentos relacionados e organizados de acordo com sua proveniência” (COOK; GRANT, 1986, p. 12, tradução nossa).

Em arquivos públicos nacionais podem ser identificados como grupos, os conjuntos arquivísticos dos ministérios ou de departamentos de Estado. No Brasil, a tendência seria compreender esses arquivos de ministérios como fundos arquivísticos. Os subgrupos devem “representar os arquivos de divisões das organizações ou suas distintas funções que podem ser distinguidas pelo material” (COOK; GRANT, 1986, p. 13, tradução nossa). Nesse ponto, os autores fazem menção aos arquivos pessoais quando declaram que as funções ou atividades do indivíduo podem ser o fundamento para a representação de seu arquivo em subgrupos.

A complexa proposta de estruturação é, segundo os autores, capaz de induzir ao erro na compreensão entre o significado de classes e subgrupos. No caso de nossa tradição, que não utiliza o conceito de grupo e subgrupos com frequência (e ainda, por estarmos na discussão, no plano da representação ainda de níveis mais abstratos da estrutura do arranjo), a ausência de exemplos práticos dificulta a nossa compreensão. Mas a definição dada por Cook e Grant se aproxima do que entendemos como série apesar das diferentes definições que encontramos para o termo no Brasil.

Os subgrupos são baseados na análise da organização de origem (ou nos vários aspectos que refletem a vida de uma pessoa) e as diferentes funções documentadas no arquivo; enquanto que as classes são baseadas na similaridade ou caráter físico, impostos pelo sistema de origem. (COOK; GRANT, 1986, p. 13, tradução nossa).

Considerando que, para os autores, “série” e “classe” são conceitos que se assemelham, fizemos um levantamento em dicionários desses termos no Brasil e encontramos como resultado para o termo “série”: “Seqüência de unidades de um mesmo tipo documental”

(CAMARGO; BELLOTO, 1996, p. 68). Já no **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**, está definida como “Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153), e no **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**, o termo é conceituado de diferentes formas. Mas, dentro do contexto dos arquivos, é a:

unidade de arquivamento, ou seja, documentos ordenados de acordo com o quadro de arranjo, ou conservados como uma unidade porque se relacionam às mesmas atividades e funções ou ao mesmo tipo documental (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 332).

Os conceitos de classe nesses mesmos dicionários, por sua vez, estão mais centrados na atividade analítica e intelectual da classificação voltada para o conteúdo do material propriamente dito. Para Camargo e Bellotto (1996, p. 41), o termo classe é anulado e o leitor é informado a utilizar o termo gênero documental, que é definido como a “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo”. No **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** (2005, p. 49), classe é a “primeira divisão de um plano de classificação ou de um código de classificação”. Por fim, o **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia** (2008, p. 83) apresenta, dentre alguns conceitos possíveis, o seguinte: “as grandes divisões onde os assuntos se agrupam por apresentarem pelo menos uma característica comum (...)”.

As diferenças sutis que existem em ambos os conceitos no Brasil, não nos permite considerar série e classe como o mesmo, como fazem os autores do MAD: “classe (internacionalmente conhecida como série)” (COOK; GRANT, 1986, p. 14, tradução nossa).

Então fica mais uma pergunta: como buscar uma uniformidade internacional em descrição arquivística, se não há uma uniformidade na discussão de arranjo e nos conceitos que definem a representação de um arquivo?

A seguir, o próximo nível é identificado por classe. Esse nível pode conter subdivisões: subclasses ou subséries. A classe ou série é definida pelos autores como:

Conjunto de documentos que resultaram de um mesmo processo de compilação ou arquivamento, que guardam uma certa similaridade em sua forma física e em seu conteúdo informativo, e que são referidas coletivamente sob um título específico (COOK; GRANT, 1986, p. 14, tradução nossa).

O nível seguinte é o de item documental. Há grande confusão sobre o que seria considerado item documental. É importante entender que no MAD item é utilizado para definir:

a menor unidade do material arquivístico que é útil para o controle administrativo, pode ser um documento, um arquivo ou uma reunião de documentos com características físicas próprias; uma pasta, um dossiê, um volume, uma caixa ou pacote comumente são considerados itens (COOK; GRANT, 1986, p. 14, tradução nossa).

Consideramos interessante verificar qual o conceito que adotamos no Brasil para o termo item documental. O **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** (2005, p. 110), define item como “1 - menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou processo. 2 - unidade documental fisicamente indivisível. Também chamada peça”. CAMARGO E BELLOTTO (1996, p. 59) apresentam item como sinônimo de peça ou *piece* e o **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia** (2008, p. 215) apresenta o conceito de item como: “peça, unidade de arquivamento, unidade de descrição”. De fato, os autores do MAD, ao definirem o termo, estão tratando de uma unidade de descrição composta por partes indivisíveis, identificadas pelos autores como *piece*.

Como os itens são passíveis de divisão física, o trabalho dos autores nos leva ao último nível de descrição: o de *piece*. Como observamos não temos um termo para traduzir com precisão a palavra e o termo mais aproximado utilizado é peça, mas a idéia fundamental é que se trata de uma unidade de descrição que expressa a parte indivisível do item documental (ex.: em um maço de cartas, cada uma delas é considerada *piece*).

Os autores deixam claro que os parâmetros que apresentam são baseados em macro estruturas de uma instituição ou serviço arquivístico público, e que plasmar esse desenho para outras situações nem sempre é fácil. Consideram que quatro fatores devem determinar a exaustividade da descrição: a natureza do material, os objetivos dos instrumentos de pesquisa, as habilidades dos arquivistas e as demandas do usuário. Foi igualmente observado por Cook e Grant que quanto mais exaustiva é a descrição mais são utilizados os arquivos.

Na discussão apresentada pelos autores sobre as dificuldades encontradas para uma padronização internacional, é destacado que até então no cenário arquivístico a questão da padronização não era considerada uma necessidade ou algo a se almejar. E que muitos

serviços arquivísticos buscaram na prática da catalogação bibliográfica um caminho para a descrição do material de arquivo, mas que os resultados obtidos, contudo, não se assemelharam ao processo ideal da Biblioteconomia e tampouco atendeu às tradições arquivísticas:

Em particular, devemos fazer menção às recentes tentativas de construir um padrão de descrição arquivística compatível com o padrão bibliográfico. A *Library of Congress* e a *National Information Systems Task Force of the Society of American Archivists* (NISTF) adotaram a proposta do formato MARC³² com esse propósito, que se inicia com a compatibilização com os padrões definidos pela *Anglo-American Cataloguing Rules*, segunda edição (AACR2). (COOK; GRANT, 1986, p. 25, tradução nossa).

Cook e Grant (1986) igualmente mencionam a iniciativa da *British Library* para desenvolver em formato MARC um modelo para descrição de material arquivístico, incluindo manuscritos literários do século XX.

O formato Machine Readable Cataloguing (MARC) fornece uma estrutura padronizada para dados descritivos para uso em máquina, de forma que a informação possa ser transportada de um sistema a outro quando estes aderem a tal padrão de comunicação. É irrelevante se esse intercâmbio de dados se dá *on-line*, em fita, disco, LAN ou pela internet (STIBBE, 1996, p. 264, tradução nossa).

Os autores informam que o MARC como padrão não está sendo considerado no estudo, e que o grupo, apesar de reconhecer a importância dos esforços em torno de uma aproximação com a AACR2, não pode recomendar o seu uso. Citam críticas de Hensen (1983) em seu livro *Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts libraries* quanto ao uso da AACR2, tais como: o conceito de fonte principal de informação no âmbito dos arquivos é baseado na análise de fontes e outros materiais correlatos aos documentos, e não pinçado do próprio documento, como sugere a AACR2; a identificação da proveniência e custódia, no caso dos arquivos, é mais relevante do que a questão da autoria; e a parte de descrição de forma e origem é inadequada ao material arquivístico.

Na segunda parte do Manual, os autores apresentam uma estrutura de elementos (campos) necessários para comportar dados visando à gestão dos acervos e serviços, e a

³² Nota dos autores: “MARC: padrão para bases bibliográficas automatizadas, originalmente promovido pela *Library of Congress*, mas atualmente usado internacionalmente para a transferência de informação sobre materiais de bibliotecas, incluindo os manuscritos.” (p. 25, tradução nossa)

descrição arquivística. Abaixo listamos sinteticamente, e na forma de tradução livre, os elementos identificados pelos autores no decorrer das páginas 36 a 42 do MAD. Ressaltamos que não é considerado obrigatório pelos autores o preenchimento de todas as áreas, em todos os níveis de descrição.

1 - Identidade ou código de identificação.

2 - História administrativa e da custódia.

3 - Descrição arquivística

3.1 - Título (os autores informam que é obrigatório somente se não houver código de referência. O título deve ser composto de nome, forma e data).

3.2 - Resumo (em forma livre, mas deve conter data, local, nomes de pessoas, palavras-chave, eventos ou atividades).

3.3 - Descrição diplomática (identificação de espécie e tipo documental; de existência de índice original; de problemas como falta de informação; de língua predominante e outras características: manuscrito, rascunhos etc.).

4 - Descrição física: formatos, dimensões, quantificação, problemas de conservação e presença de marcas d'água, selos etc. É importante mencionar que os autores apontam a possibilidade de relação entre esse campo e o campo de descrição diplomática.

5 - Acesso, publicações e arquivos de referência

5.1 - Acesso (restrições, política de reprodução e informações de direitos autorais).

5.2 - Publicações (informação catalográfica de versão publicada, citações e notas).

5.3 - Materiais relacionados (informações sobre a existência de outros materiais com relação ao que está sendo descrito em outro repositório, existência de cópias em microfilmes, transcrições etc.).

5.4 - Registros de exposições (informações sobre a inclusão do material em exposições, suas condições, data etc.).

A continuação dos elementos diz respeito ao uso interno e administrativo:

1 - Controle administrativo

1.1 - Aquisição (informações sobre o processo e tipo de aquisição, valor, proveniência imediata, documentos sobre a aquisição em si).

1.2 - Localização (local de guarda e informações topográficas).

2 - Controle de movimentação interna

2.1 - Estágio da organização (arranjo).

2.2 - Estágio da descrição.

2.3 - Indexação (se for realizada em separado da descrição).

2.4 - Produção de referência (identificação de usuário, política específica de acesso, saídas do documento da área de guarda etc.).

2.5 - Referências ao item/classe no atendimento à pesquisa.

2.6 - Empréstimos (exposições).

2.7 - Avaliação.

3 - Área de conservação (condições gerais, intervenções ocorridas, conservador etc.).

Três anos mais tarde, em 1989, Cook e Procter publicam a segunda edição do MAD, que ficará conhecida popularmente no meio arquivístico internacional como MAD 2. Em termos de discussões teóricas, essa nova publicação não avança em relação à primeira versão mas, por outro lado, se apresenta completamente comprometida com o seu principal objetivo: “oferecer padrões para controle da produção de instrumentos de pesquisa e de sistemas de pesquisa em repositórios e serviços arquivísticos” (COOK; PROCTER, 1989, p. XII, tradução nossa).

Ainda, na apresentação do trabalho, os autores esclarecem que não há a pretensão de estabelecer regras para instituições ou serviços arquivísticos altamente especializados, mas que os mesmos poderão utilizar o MAD como referência, e igualmente reiteram o que já fora definido na primeira versão, em relação à AACR2: esse conjunto de regras não pode ser a base para a descrição dos arquivos. Ressaltam, contudo, que o grupo buscou possibilidades de similaridades como no uso de conceitos, vocabulário e nas áreas em comum.

É importante ressaltar que, na segunda versão do Manual do Reino Unido, os autores dedicam um capítulo ao que chamam de “formatos especiais”, como escrituras; cartas e

correspondência³³; fotografias; documentos cartográficos; documentos de arquitetura e outros desenhos (como de engenharia ou de construção); documentos sonoros; filmes e vídeos; e documentos eletrônicos³⁴. As recomendações do MAD 2 não diferem daquelas dadas aos outros documentos, apenas sugerem acréscimos nas camadas da descrição visando atender às especificidades do material. Por exemplo, uma análise diplomática mais acurada obedecendo as características dos períodos – antes de 1300, entre os séculos XIV ao XVII e aqueles até o ano de 1925 – observando-se os sinais de autentificação como selos, assinaturas, autentificação notarial etc. (para escrituras); detalhes de filatelia (para correspondência); identificação do processo (fotografia); escala (para os documentos cartográficos e de arquitetura); velocidade de gravação e direitos de *copyright* (para os documentos sonoros); produtor (para filmes e vídeos); requisitos de memória e periféricos (para os documentos eletrônicos). Esses são alguns exemplos de elementos específicos necessários para os distintos materiais. O grupo fornece diretrizes de quais informações devem ser consideradas pelo arquivista como relevantes.

Segundo os autores, as recomendações constantes desse capítulo não excluem a adoção de normas já tradicionalmente voltadas para o material em formato especial, como a própria AACR2 ou a *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*.

Cook e Procter (1989, p. 9) declaram que uma das maiores dificuldades na elaboração da descrição do material de arquivo está em planejar um sistema de representação e de busca que atenda aos usuários e simultaneamente aos serviços arquivísticos. Na proposta dos autores esses dois segmentos estão contemplados, mas em áreas distintas. Os autores propõem uma estrutura básica para um sistema de pesquisa, com cinco áreas ou camadas, mas que se comunicam: a principal dispõe todas as descrições de forma estruturada que permita a identificação do sistema original; as duas secundárias focam o controle administrativo e a ordenação por assunto; os instrumentos de busca para auxiliar os usuários em suas pesquisas, como índices; e, por fim, uma camada para o controle do processamento e de identificação dos materiais mais específicos.

No MAD 2 é mantida a recomendação da descrição multinível com no mínimo dois níveis e sem limite máximo. Os sistemas de pesquisa devem permitir a combinação entre esses níveis e um relacionamento cruzado. Nesse desenho, a definição de pontos de acesso é

³³ Os autores entendem que a categoria “cartas” se aplica quando existe apenas uma origem e “correspondência” quando há mais de uma origem.

³⁴ Note-se que na época, 1989, o termo documento eletrônico era o mais aplicado.

crucial para auxiliar o usuário em sua pesquisa e deve permitir que este realize busca em todos os níveis da descrição. “A importância dos índices na descrição arquivística (tradicionalmente não muito grande) vem crescendo nos últimos anos. Índices devem ser planejados e devem fazer parte de um sistema integrado de pesquisa” (COOK; PROCTER, 1989, p. 47, tradução nossa).

Os autores, com base nas pesquisas desenvolvidas pelo grupo, apresentam os elementos que devem compor as tabelas de dados referentes à descrição arquivística. Inicialmente, conforme já mencionamos anteriormente, estabelecem que os elementos se distribuem em segmentos: um voltado para o público e outro para a gestão dos acervos, dividindo-se, na seqüência, em áreas e subáreas. As áreas, em linhas gerais, não diferem do que foi publicado na primeira versão do MAD. São consideradas áreas do segmento público:

- 1 - Área de identidade - código de referência, título (identificação da forma, tipo ou gênero, nome, datas-limite); e identificação do nível de descrição;
- 2 - Área de história administrativa e de custódia - história administrativa (autoridade administrativa, nome(s) do(s) custodiador(es) anterior(es), lugar de origem, sistemas de administração anteriores, datas importantes); história da custódia (com informações sobre a passagem de custódia, método, data e condições de transferência); notas do arquivista (relacionamentos, princípios de avaliação e sistema de arranjo);
- 3 - Área de conteúdo e de características - resumo (data, localidade, nomes de pessoas e de instituições, eventos, atividades e palavras-chave por assunto); descrição diplomática (forma, tipo ou gênero, problemas devido à falta de informação ou dificuldades na compreensão, língua predominante, características da escrita, existência de marcas d'água e de selos, e informações sobre a existência de cópias, por exemplo); descrição física (informação geral do conjunto: como se é um amarrado, encadernado etc., quantificação, tamanho, e condições físicas - se há alguma característica que dificulte o acesso, se é necessário o uso de algum mecanismo para leitura dos documentos etc.).

Observamos que na versão do MAD 2 a área identificada anteriormente como Descrição física (área 4 no MAD) foi incorporada à área número 3;

- 4 - Área de acesso, publicações e referência - acesso (restrições, condições para cópias, informações sobre direitos autorais); publicação (informações se o arquivo

ou documentos foram publicados ou mencionados de acordo com as normas bibliográficas de citação); materiais relacionados (informações sobre existência de cópias do arquivo ou de seus documentos, sobre arquivos ou coleções complementares ou que se relacionam com aquele que está sendo identificado como existente no repositório ou em outras instituições, e sobre os instrumentos de pesquisa existentes); e sobre a exibição de documentos em exposições.

As próximas áreas são consideradas de acesso específico para fins de gestão de acervos e dos serviços:

- 5 - Área de controle administrativo - processo de aquisição (referência, data, método, proveniência imediata e recursos financeiros empregados); área de guarda (localização, quantificação, e previsão de acréscimos ao arquivo);
- 6 - Área de controle de processamento - arranjo (informações desde os recursos alocados para a atividade ao método empregado); plano de descrição (identificação do arquivista responsável, recursos utilizados, prazos etc.); indexação (identificação do responsável, informações sobre o uso de vocabulário controlado, lista de termos autorizados etc., recursos utilizados e data de conclusão do trabalho); utilização do arquivo (informações sobre usuários, frequência e data); pesquisas (informações sobre as pesquisas realizadas com a utilização do arquivo, seu objetivo e datas); empréstimo (informações sobre o empréstimo de documentos como a identificação da instituição ou pessoa que solicitou o empréstimo, datas de saída e retorno dos documentos ao seu organismo custodiador e informações sobre seguro); e avaliação (informações sobre normas e procedimentos de avaliação, iniciativas de avaliação empregadas ou recomendadas, datas e responsáveis);
- 7 - Área de conservação - administração (informações gerais que afetam a conservação dos documentos, como questões ambientais, condições dos depósitos etc.); e registros de procedimentos de conservação (reparos, nível de prioridade, conservador, datas de início e encerramento de intervenções, identificação de intervenções, ambientais utilizados etc.).

Desde a primeira versão do MAD fica evidente uma preocupação com o uso do formato MARC no âmbito dos arquivos, principalmente devido ao seu crescente uso como base para difusão da descrição arquivística pelos arquivistas dos Estados Unidos e Canadá. Os

autores reafirmam que esse formato não é utilizado no Reino Unido, mas que o grupo do projeto *Archival Description* elaborou um rascunho, o UK MARC, adequado à realidade britânica, que “define uma lista completa das diferentes etiquetas, campos e subcampos, e indica seu relacionamento com as características do MAD 2” (COOK; PROCTER, 1989, p. 254, tradução nossa).

Em 1992, Michael Cook publica no periódico canadense *Archivaria* um artigo sobre a padronização da descrição arquivística. O autor comenta que o grupo de pesquisa resolveu retomar a discussão de incorporar o formato MARC em sua proposta, tendo em vista uma maior flexibilidade entre os profissionais da *British Library Bibliographic Services*, no que se refere às possíveis alterações no formato UK MARC, para adaptá-lo às práticas arquivísticas; ao interesse de museus que possuem sob sua custódia material arquivístico em adotar o formato; e à divulgação do primeiro rascunho da norma internacional de descrição, ISAD-G. Mas o autor ressalta que:

a descrição arquivística disponível em bases de dados no Reino Unido (e são muitas) não utilizaram o formato MARC, nem outros projetos de bases de dados na Europa, exceto Suécia, demonstraram algum interesse pelos formatos MARC. (COOK, 1992, p. 56, tradução nossa)

Nesse mesmo artigo, Cook ressalta que permanece até o momento a principal divergência entre as propostas de normas do Reino Unido, Canadá e Estados Unidos, uma vez que essas duas últimas baseiam-se nos padrões bibliográficos de catalogação e igualmente buscam o intercâmbio de dados dentro da prática da Biblioteconomia, e essas não são as propostas do grupo britânico.

No ano de 2000, Procter e Cook publicam a terceira versão do MAD. Essa versão ampliada traduz iniciativas que ocorrem no período de onze anos que a separam do MAD 2. Os principais acréscimos ocorreram no tocante aos formatos especiais. Contudo, ao nosso ver, a principal questão se dá na incorporação da norma internacional de descrição, a ISAD-G, à proposta britânica. Embora, como veremos mais adiante, esse procedimento não impacta nenhuma estrutura de dados já tradicionalmente utilizada na área.

A preocupação dos autores com a acomodação do MAD às demais normas nos parece uma tentativa de retomada de posição na discussão mais geral por parte do grupo. No caso do Conselho Internacional de Arquivos, tanto na proposta da ISAD-G quanto na da *International Standard Archival Authority Record Corporate Bodies, Persons and Families* (ISAAR

(CPF)³⁵ dá-se a ponto de produzirem equivalências explícitas ao longo do texto, e de afirmarem em seu discurso: “MAD 3 incorpora a estrutura de dados da ISAD-G” e “MAD 3 incorpora a estrutura de dados da ISAAR (CPF)” (COOK; PROCTER, 2000, p. 44, tradução nossa).

No contexto das discussões, os distintos grupos, inglês, canadense e americano, ao afirmarem em seu discurso a inclusão das áreas da norma ISAD-G no conjunto de suas propostas estão, a nosso ver, em busca de uma legitimação do trabalho e um “pertencimento” ao que o Conselho Internacional de Arquivos simboliza.

No tocante aos níveis de descrição, os autores mantêm a estrutura proposta anteriormente, mas esclarecem que o que chamam de *grupo* e *subgrupo* são identificados na ISAD-G como *fundo* e *subfundo*. Eles abandonam o termo *classe* e adotam em definitivo o termo *série* no lugar de *classe*, e estabelecem que o que compreendem como *item* é semelhante ao *dossiê* definido na ISAD-G como a “unidade de documentos agrupados pelo uso corrente, ou seja, em decorrência do arranjo, porque são referentes ao mesmo assunto, atividade ou transação. O *dossiê* é usualmente a unidade básica de uma *série*.” (ICA, 1999, p. 10, tradução nossa). E o que chamam de *piece*, corresponde a *item* na ISAD-G. Há ainda, a substituição dos termos *macro* e *micro*, pelos termos *alto* e *baixo* nível de descrição, considerando-se que seus objetivos se assemelham: informações de plano mais amplo e geral do objeto de descrição e aspectos de gestão de acervos, e informações específicas sobre o material arquivístico, respectivamente.

Em relação a outras normas, os autores reconhecem que de fato ao longo dos anos a AACR2 passou a ser mais utilizada, em especial na identificação dos materiais mais específicos em relação ao suporte, e formato com os materiais: cartográfico, sonoro, fílmico etc. No entanto, ressaltam que as diferenças entre o tratamento do material bibliográfico e arquivístico indicam que seguir o modelo bibliográfico não é o mais adequado. Mas tanto quanto o possível os autores assumem que mantiveram a perspectiva de uma aproximação com a Biblioteconomia quando as práticas das duas áreas coincidiram.

Quanto à configuração de um sistema de pesquisa face às versões anteriores do MAD são ampliados os pontos que devem ser considerados:

³⁵ Norma desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos com vistas basicamente a padronizar os registros dos nomes de instituições, pessoas e famílias.

9.0 Assim como nível e detalhamento, outros aspectos da descrição devem ser considerados quando desenhamos um sistema de pesquisa:

9.1 A variedade e unicidade do material arquivístico;

9.2 O tamanho e complexidade da organização produtora;

9.3 A complementação das classes existentes com material novo;

9.4 O propósito e desenho dos sistemas de pesquisa;

9.5 Pontos de acesso no sistema de pesquisa;

9.6 Estratégias de busca dos usuários;

9.7 A variedade de terminologia utilizada;

9.8 Indexação;

9.9 Planos de classificação;

9.10 Códigos de referência;

9.11 Padrões e formatos nacionais e internacionais aplicáveis à descrição arquivística. (COOK; PROCTER, 2000, p. 31, tradução nossa)

No MAD 3, os autores mantêm a estrutura básica das áreas de descrição proposta na versão anterior, apresentando maior detalhamento, acréscimos (principalmente quanto à descrição do material em formato especial) e mais exemplos de aplicação. Destacamos, como mudanças mais significativas na área de Identidade, que a data limite deixa de ser um dos elementos do título e continua a compor a área, mas sem subordinação alguma.

Ainda, a quantificação, que no MAD 2 fazia parte da subárea Descrição física pertencente à área Conteúdo e Características, passa também a integrar a área de Identidade como elemento independente. E a área Conteúdo e Características passa a se chamar Conteúdo e Estrutura. A última versão da norma mantém as recomendações anteriores quanto à padronização em relação à ortografia, pontuação, números etc.

6.3 - NO CANADÁ

Rules for archival description (RAD) é o nome da norma canadense de descrição. “Diferente de MAD 3, RAD tem como princípio essencial que a descrição arquivística deve ser padronizada no processo de *input* mais do que no processo de *output*.” (COOK; PROCTER; 2000, p. 49, tradução nossa). Em nossa análise, a RAD de fato apresenta uma maior preocupação com a estruturação da informação do que propriamente com seu formato de saída, como é o caso do MAD.

A norma canadense é o resultado de pesquisas conduzidas pelo *Planning Committee on Descriptive Standards*, originalmente conhecido como *Committee on Descriptive Standards*, uma comissão do *Bureau of Canadian Archivists*. Foram constituídas comissões específicas para os materiais arquivísticos: textuais, desenhos de arquitetura, fotográficos, imagem e movimento, sonoros e eletrônicos, assim como grupos de trabalho para elaboração das recomendações para a descrição dos fundos arquivísticos. A comissão para elaboração das normas canadenses (*Committee on Descriptive Standards*) foi constituída inicialmente por dois representantes da *Association des Archivistes du Québec* (AAQ) e dois da *Association of Canadian Archivists* (ACA), o secretário geral do *Bureau* e uma representação dos Arquivos Nacionais do Canadá, na categoria de observador.

A primeira edição da norma data de 1990 e é o resultado de três anos de pesquisa das práticas de descrição canadense. Desde 1996, o *Canadian Committee on Archival Description* (CCAD) vem acompanhando a aplicação da norma e organizando suas revisões. Em 2001, os canadenses constituíram um grupo de trabalho em conjunto com arquivistas americanos – *Canadá - U.S. Task Force on Archival Description* (CUSTARD) - com o objetivo de estudar as práticas nos dois países. O resultado desse trabalho de colaboração resultou na minuta da norma americana atual, DACS, que analisaremos posteriormente, e algumas alterações na RAD.

Em seu discurso, o grupo canadense afirma a necessidade de embasamento teórico para o estabelecimento das normas de descrição. E explicitam quais “axiomas”³⁶ orientam o trabalho: o princípio de respeito aos fundos; o arranjo deve estar concluído para que se inicie o trabalho de descrição; e a descrição de partir do geral para o específico. Apesar da norma focar os fundos arquivísticos, a mesma pode ser aplicada no caso de coleções ou documentação avulsa. A proposta da norma também é de descrição multinível.

Além dos axiomas acima mencionados, a RAD é fundamentada na AACR2: “Em alguns casos RAD modifica ou aumenta uma regra da AACR2; em outros casos as regras são equivalentes à AACR2.”(*RULES FOR ARCHIVAL DESCRIPTION*, 2008, p. XIX, tradução nossa), e segue as orientações do *General International Standard Bibliographic Description* (ISBD-G). Também, a identificação das áreas da norma se assemelha a áreas e campos propostos pelo MARC. É, portanto explícita a influência da Biblioteconomia na elaboração da norma apesar de seu comprometimento com os princípios mais fundamentais da Arquivologia. Um aspecto importante é que dentro desse contexto há uma grande

³⁶ Termo utilizado na norma RAD.

preocupação com a questão do usuário, visto que a Biblioteconomia tem em sua agenda o estudo de usuário de forma mais presente do que a Arquivologia. Para os autores da norma, os arquivistas devem voltar-se para o usuário.

Para assegurar efetivo acesso ao material arquivístico, as decisões relacionadas à descrição e à escolha de pontos de acesso devem refletir a obrigação do arquivista com o usuário. As regras dessa norma devem ser aplicadas de forma que os resultados nas descrições e pontos de acesso sirvam tanto às necessidades da instituição quanto às de pesquisa. (RULES for archival description, 2008, p. XXIII, tradução nossa)

A segunda parte da norma é dedicada aos pontos de acesso e à padronização de nomes de pessoas, geográficos e de organizações. Numa conjuntura em que cada vez mais as instituições constroem seus instrumentos de pesquisa para acesso *on-line*, a inserção dessas práticas se faz mais necessária.

Durante o estudo da norma, observamos também que o corpo de profissionais demonstra grande preocupação com a descrição das funções e atividades dos produtores de arquivos (organizações, pessoas ou famílias), com as conexões entre os documentos, com a relação da parte com o todo, além do histórico do próprio arquivo. Enquanto defendem essa abordagem, os autores sinalizam o trabalho de pesquisa realizado de forma implícita, como por exemplo: “No contexto dessa norma é entendido que o arquivista nem sempre possui conhecimento sobre o produtor (...)” (RULES for archival description, 2008, p. XXIV, tradução nossa). Ou quando falam:

Descrição envolve a criação de representações acuradas do material arquivístico. Arquivistas capturam, coletam, analisam e organizam informações sobre o material que serve para identificá-lo e explicar seu contexto e dos sistemas que o produziu(...)”. (RULES for archival description, 2008, p. XXIV, tradução nossa).

Ou mesmo quando, ao explicarem a estrutura da norma, informam que a mesma

assume que o material já foi examinado, organizado e as informações necessárias para a descrição compiladas. As regras são, então, melhor utilizadas no estágio em que o arranjo foi finalizado e foi iniciada a descrição formal. (RULES for archival description, 2008, p. 0-2, tradução nossa).

O discurso assume então a necessidade de produção de conhecimento sobre o arquivo objeto de descrição, que o autor desse conteúdo é o arquivista, que essa etapa precede a aplicação da norma e que, por fim, essa é uma etapa que faz parte do processo integrado ao preenchimento de campos de uma estrutura de dados voltada para acesso eletrônico. Fica evidenciado que o foco da norma é a proposição de elementos previamente estabelecidos, constituindo um conjunto de dados estruturados, e é aplicável para a fase de elaboração e alimentação de um dos produtos da descrição: o instrumento de pesquisa. Mas não é dito, em nenhum momento, como esse conhecimento sobre o material arquivístico é produzido. Essa questão é crucial: o processo de produção de conhecimento entendido como uma atividade de pesquisa segue o seu protocolo científico e não deveria seguir regras de *input* de dados estruturados (no caso da RAD) ou de *output* (no caso do MAD).

A RAD, tal qual o MAD, igualmente oferece orientações gerais quanto à pontuação, grafia, nível de detalhamento, acentuação etc. Em seu escopo, a norma apresenta uma estrutura geral de conteúdos para uma estrutura de dados e de partes mais específicas, elaboradas de acordo com o material a ser descrito (cartografia, fotografia, microformas etc.). As mais específicas partem da proposta de estrutura geral, dividida em nove grandes áreas:

- 1 - Título ou declaração de responsabilidade - Área prevista para todos os níveis de descrição, do mais alto ao item³⁷. Esta área deve apresentar o título do material quando existir, e o atribuído pelo arquivista. A relação de responsabilidade ou de proveniência do arquivo (de acordo com o nível de descrição) deve ser expressa no título; a natureza da unidade de descrição (arquivo ou coleção, ou tipo documental); designação do material (desenhos de arquitetura, material gráfico, documentos cartográficos, imagem e movimento, objeto, documento filatélico, documento sonoro, desenhos técnicos, e textuais); e os títulos paralelos;
- 2 - Edição - Área prevista apenas para o nível de item. Esta área informa uma declaração da edição (número de versão ou edição, estágio da versão ou edição) e de responsabilidade relacionada à edição;
- 3 - Detalhes da classe de material específico - Área prevista para todos os níveis de descrição, do mais alto ao item. De acordo com a especificidade do material a ser descrito o arquivista deve adotar suas recomendações específicas expressas em capítulos individuais por material;

³⁷ O glossário da norma RAD define item como a unidade arquivística que se distingue de um grupo e é completa em si mesma.

- 4 - Data de criação, incluindo publicação, distribuição etc. - Área prevista para todos os níveis de descrição, do mais alto ao item. Esta área destina-se às informações sobre data, local e identificação de produção, publicação e distribuição quando a unidade de descrição for um item; e datas-limite (para um conjunto de documentos);
- 5 - Descrição física - Área prevista para todos os níveis de descrição, do mais alto ao item. Segundo as especificidades do material correspondente à unidade de descrição, recomenda-se a utilização das regras específicas. Esta área informa a quantificação relacionada à categoria do material; técnicas; dimensões; suporte; e material anexo;
- 6 - Séries de publicação - Área prevista apenas para o nível de item. Esta área é destinada às informações sobre uma série publicada; não se refere à série no conceito arquivístico. Deve indicar o título da série (formal e os paralelos), a declaração de responsabilidade e a designação do item, seja numérica, cronológica ou outra forma;
- 7 - Descrição arquivística - Área prevista para todos os níveis de descrição, do mais alto ao item. É interessante salientar que esta área está identificada como *Archival description* e informa a história administrativa ou um verbete biográfico dos produtores ou responsáveis pela acumulação da unidade de descrição; a história da custódia do acervo; e o âmbito e conteúdo do material descrito. No elemento âmbito e conteúdo são inseridas informações sobre o arranjo, estrutura, plano de classificação e forma documentária dos documentos. Esta é a área que reúne os resultados de parte da pesquisa realizada para a compreensão do arquivo, de uma série, de um dossiê ou mesmo de um item. Se o grupo a identificou como descrição arquivística, e a designou para a representação do contexto arquivístico, então as outras áreas constituem uma outra coisa, diferente da descrição arquivística propriamente dita. E nessa ambivalência os autores não percebem que na apresentação de sua proposta de padronização estão lidando com a descrição arquivística de formas distintas: uma refere-se a uma grande estruturação de dados sobre documentos vinculados ou não e outra que reconhece a produção de conhecimento sobre o material arquivístico;
- 8 - Notas - Área prevista para todos os níveis de descrição, do mais alto ao item. Área destinada para fornecer informações que não se encaixam nas outras;

9 - Número padronizado - Área prevista apenas para o nível de item. Informa o número padronizado do item documental. O exemplo dado na RAD é o ISBN.

O desenho da RAD e sua proposta de conteúdo para uma estrutura de dados são pertinentes com o discurso do grupo que lidera o movimento no Canadá de moldar a descrição arquivística de acordo com a prática da Biblioteconomia.

Wendy Duff (1999) publicou no periódico canadense *Archivaria* resultados de pesquisa realizada após a implementação da RAD com o objetivo de analisar sua aceitação junto à comunidade canadense. A pesquisadora ressalta que a norma foi amplamente divulgada e objeto de inúmeros treinamentos visando à capacitação dos arquivistas. A norma inclusive passou a fazer parte da grade curricular das universidades. Essa pesquisa reuniu respostas de arquivos de governo, instituições religiosas, sociedades históricas, museus e empresas. E seu resultado demonstrou a grande aceitação da norma no país: “(...) 71% responderam que usam RAD e somente 29% disse que não” (DUFF, 1999, p. 32, tradução nossa).

Diferente do MAD, não mais adotado no Reino Unido, a RAD se mantém em uso no Canadá. A força de seu uso se reflete, por exemplo, nas versões *beta* do *software* para acesso a informações sobre os arquivos, o ICA-AToM. O *software* - que é livre, com código de fonte aberto e desenvolvido em uma ação cooperativa entre diversas instituições internacionais, dentre elas o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) - oferece uma versão estruturada segundo a norma RAD³⁸, apesar do comprometimento do projeto com a norma internacional desenvolvida pelo Conselho Internacional: a ISAD-G.

6.4 - A PROPOSTA DO CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

Em 1988, o Conselho Internacional de Arquivos promoveu na cidade de Ottawa (Canadá), com o apoio do Arquivo Nacional, uma reunião de especialistas em normas para descrição arquivística. O contexto de reunião desse grupo estava permeado pelas tendências de padronização que o já crescente uso dos computadores apontava como necessárias para diversas ações. Dentre elas, o intercâmbio de informações, a elaboração de macro instrumentos de pesquisa que reunissem informações sobre fundos arquivísticos dispersos, ou

³⁸ Disponível em: <http://ica-atom.org/> Acesso em: 1 mar. 2010

mesmo a possibilidade de captura de informações de instrumentos já existentes sobre acervos que foram copiados como, por exemplo, o caso dos arquivos de países colonizados.

Apesar do material arquivístico ser considerado único, existem grandes projetos de reprodução, usando microfilmagem ou outras técnicas para reprodução de múltiplas cópias dos acervos nos repositórios. A dispersão de fundos arquivísticos dentre múltiplos arquivos ou mesmo entre países etc., foi considerada um motivo para a padronização da informação descritiva, (...) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, *International Council on Archives Committee on Descriptive Standards*, 2009, p. 1, tradução nossa)

Na reunião, decidiu-se dentre outras coisas que uma ampla consulta à comunidade internacional deveria ser conduzida, e que as associações nacionais conduziriam as solicitações de comentários sobre os rascunhos e versões da futura norma. Fica evidenciada a importância da instituição de uma comissão *ad hoc* para estabelecer as diretrizes com vistas à definição de padrões arquivísticos de descrição. A comissão é composta por membros dos seguintes países: Portugal, Suécia, Espanha, Malásia, Reino Unido, França, Canadá e Estados Unidos. A comissão tem sua primeira plenária na Alemanha em 1990, quando seus membros examinam o rascunho de princípios norteadores preparados por Hugo Stibbe (Canadá). Nessa mesma primeira plenária foi constituída uma subcomissão (Wendy Duff – Canadá; Michael Cook – UK; Sharon Thibodeau – USA; e Hugo Stibbe – Canadá) para elaborar uma primeira versão de norma de descrição.

Após apreciação internacional, em 1992, na segunda plenária da Comissão realizada em Madri (Espanha), o rascunho dos princípios norteadores da descrição arquivística é modificado face às sugestões recebidas. No mesmo ano, o produto dessas iniciativas, *The statement of principles regarding archival description*, é oficialmente apresentado no XII Congresso Internacional de Arquivologia realizado no Canadá.

Os princípios fundamentais adotados são:

1. O princípio da proveniência: informação sobre a base, origem e contexto dos materiais arquivísticos é essencial para a descrição, e é importante meio de recuperar a informação sobre os materiais.
2. A partir disso vem o princípio que a descrição arquivística deve ser do geral para o específico, do conjunto para o item.
3. A unidade básica da gestão arquivística é o “fundo” (grupo, coleção).

4. A acumulação arquivística pode ser analisada em níveis de arranjo; esses em contrapartida são representados em níveis de descrição. (COOK, 1995, p. 17, tradução nossa)

Durante o congresso internacional no Canadá, no decorrer dos debates em torno dos princípios, ocorreram questionamentos por parte de arquivistas americanos e australianos, o que acarretou na inclusão na Comissão de um novo membro: Chris Hurley (Austrália).

O rascunho da *General International Standard Archival Description* (ISAD-G) também foi apresentado no mesmo congresso e, em seguida, o rascunho passou a circular entre vários países para sugestões. No ano seguinte foi constituída uma comissão para estabelecer os padrões para normatizar as informações sobre os produtores de arquivos, o que resultou na norma ISAAR (CPF) para registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias.

O primeiro passo da Comissão *ad hoc* para desenvolver a ISAD-G foi conduzir uma análise comparativa entre as três maiores normas anglo-americanas de dados e conteúdo: a americana *Archives, Personal Papers, and Manuscripts* (APPM), a canadense *Rules for Archival Description* (RAD) e a britânica *Manual for Archival Description*³⁹. Eles identificaram 20 elementos de dados que aparecem nas três ou aqueles com sobreposições. Se as três normas estavam de acordo em relação a algum elemento específico, a comissão simplesmente adotou a linguagem utilizada em uma das normas (*The Society of American Archivists, Standards for Archival Description: A Handbook*, capítulo 13: *International Efforts Toward Descriptive Standards*, 1994, p. 1).

Segundo Shephard e Pringle (2002), a ISAD-G

fornece um quadro das informações que os instrumentos de pesquisa devem possuir. Estabelece que a informação sobre contexto (ex.: origem e custódia do arquivo) deve ser claramente separada da informação sobre conteúdo (ex.: os assuntos tratados no arquivo) (SHEPHARD; PRINGLE, 2002, p. 19, tradução nossa).

Chris Hurley, em seu artigo *Parallel Provenance: (1) What, if anything, is archival description?*, tece severas críticas às propostas de padronização do Conselho Internacional de Arquivos. Para o autor “o objetivo e base da descrição permanecem pouco claros” (2005, p.

³⁹ No caso, utilizaram a MAD 2.

117, tradução nossa). Hurley defende que a própria definição de descrição arquivística proposta pelo Conselho está marcada por ambiguidades:

São o contexto e o sistema objeto da descrição dos documentos ou eles querem que nós compreendamos que a descrição arquivística envolve uma acurada representação de três coisas distintas:

Um documento ou conjunto de documentos,

O contexto que os produziu, e

O sistema que os produziu? (HURLEY, 2005, p. 118, tradução nossa)

A discussão do autor está mais concentrada no cenário digital e Hurley alega sistematicamente que os padrões estabelecidos pelo CIA não refletem a complexidade desse cenário.

Pode alguém duvidar que a habilidade de identificar e documentar todas as quatro vertentes da descrição (formação, função, *recordkeeping*⁴⁰ e os documentos em si) para preservar o sentido é a chave para produzir e manter os documentos em ambiente digital? Sim, infelizmente eles podem. (HURLEY, 2005, p. 123, tradução nossa)

O questionamento no ambiente digital apenas dá mais ênfase ao que buscamos demonstrar no que tange à submissão da função descrição ao produto instrumento de pesquisa, seja ele qual for, desde que devidamente padronizado. “Nossos padrões são sobre compilação de instrumentos de pesquisa e os requisitos associados aos sistemas são sobre como acessá-los. Isso é a arte de escrever obituário e não gerenciamento de documentos”. (HURLEY, 2005, p. 120, tradução nossa)

Em nosso trabalho, vamos analisar a segunda edição da norma ISAD-G amplamente revisada e já traduzida em diversas línguas. Em sua introdução encontramos o objetivo da descrição arquivística:

⁴⁰ Foi mantido o termo em inglês visto que consideramos que uma tradução traria um empobrecimento do conceito. Trata-se de um conjunto de atividades, processos e procedimentos adotados uma vez encerrada a ação que dá origem ao documento, enquanto o mesmo, ainda no ambiente do produtor, precisa ser mantido, gerenciado, reproduzido etc. De acordo com o glossário, organizado pela *Society of American Archivists*, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, entende-se *recordkeeping* como a produção, uso, manutenção e disposição de documentos para atender fins e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=441>. Acesso em: 16 fev. 2010, tradução nossa.

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 13)

Os autores falam em identificar e explicar, no entanto não mencionam como chegam os arquivistas a esses conteúdos que serão acessados pelos usuários. Em sua proposta de modelagem 26 elementos distribuídos em 7 áreas promovem esse objetivo. O modelo está em consonância com a *General International Standard Bibliographic Description* (ISBD-G).

No texto introdutório da norma é explicitado seu caráter geral e sua aplicabilidade para “descrição” de qualquer material arquivístico, independente de sua dimensão ou natureza. Vale ressaltar que a norma não conceitua os termos dimensão ou natureza. Dessa forma, podemos assumir que seus autores ambicionam estabelecer regras gerais aplicáveis aos arquivos organizacionais, pessoais, familiares e de coleções. Aos documentos mencionados pela literatura da área como “especiais” recomendam que os arquivistas utilizem as normas já existentes em combinação com a ISAD-G. No caso dos documentos de organizações, os autores informam que “ainda que o foco destas regras seja a descrição de documentos de arquivo já selecionados para preservação, elas podem ser também aplicadas em fases anteriores” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

É mantida a recomendação de abordagem multinível dos arquivos, ou seja, partindo-se do nível do arranjo documental mais alto para o mais específico.

Uma das justificativas mais utilizadas para a promoção de normas e padrões de descrição - o intercâmbio de informações sobre acervos arquivísticos - encontra eco suficiente na norma, a ponto do grupo envolvido definir como elementos obrigatórios aqueles considerados essenciais para se atingir a esse objetivo, a saber: código de referência (área 1); título (área 1); produtor (área 2); data(s) (área 1); dimensão da unidade de descrição (área 1); e nível de descrição (área 1).

Outro aspecto a salientar é que, apesar da grande preocupação dos autores com a questão do acesso, da influência do cenário digital em toda a discussão e do reconhecimento da importância dos pontos de acesso, a ponto do Conselho criar uma norma específica para

normatizar o registro dos produtores de arquivos, não há no escopo das áreas um elemento de descrição para a identificação de pontos de acesso.

No glossário da norma, na definição do termo Descrição arquivística, processo e produto estão considerados conceitualmente no mesmo patamar, obscurecendo todo o trabalho de pesquisa realizado pelo arquivista.

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14-15)

A ISAD-G apresenta as seguintes áreas:

1. Identificação - Área prevista para inserção dos códigos do país, da entidade detentora e codificação específica local; título (atribuído ou não); data(s) (de acumulação e/ou de produção); nível de descrição (refere-se à abordagem multinível, ou seja, elemento para identificar qual o nível sendo identificado); e dimensão e suporte (registros de quantificação e o suporte);
2. Contextualização - Área prevista para identificação do nome(s) do(s) produtor(es); das história administrativa/biografia; história arquivística (história da propriedade e de custódia); e para procedência (história da aquisição);
3. Conteúdo e estrutura - Área prevista para informações sobre locais, datas importantes, formas e assuntos (resumo/âmbito e conteúdo); avaliação, eliminação, prazos de guarda; incorporações (inserção de novos documentos ao conjunto); e arranjo;
4. Condições de acesso e de uso - Área prevista para inserção de informações sobre as condições de acesso e de reprodução (normas, contratos ou legislação que regulem a reprodução e o acesso aos documentos); idioma; características físicas e requisitos técnicos (informações sobre questões técnicas ou físicas que influenciam o manuseio do documento); e sobre a existência de instrumentos de pesquisa;

5. Fontes relacionadas - Área prevista para informar sobre a existência e localização de originais e de cópias; de arquivos ou documentos relacionados; e de publicações sobre ou com base no acervo;
6. Notas - Área prevista para inserção de informações de interesse, mas que a norma não dispõe de elemento específico pertinente ao seu conteúdo;
7. Controle da descrição - Área prevista para inserção de informações sobre o profissional responsável pela descrição, regras adotadas e datas.

Cook (1995), ao comparar a norma ISAD-G ao MAD 2, registra sua clareza e riqueza de exemplos, e que sua principal parte é aquela que determina a descrição multinível, seguindo a abordagem do MAD. Mas gostaríamos de recordar que verificamos no início desse capítulo que essa perspectiva já havia sido defendida pelos nossos colegas holandeses no século XIX. Retornando à comparação entre a ISAD-G e o MAD 2:

No MAD 2 o objetivo das áreas é permitir aos arquivistas, especialmente aqueles que trabalham manualmente, escrever os dados em blocos não estruturados, se assim o desejarem. Na ISAD (G) o objetivo é restringir. Serve simplesmente para dispor os dados em categorias definidas. Então, observamos que existem cinco tipos distintos de informação na descrição arquivística, cada um correspondendo a uma área (a sexta é apenas uma área de notas). (COOK, 1995, p. 20, tradução nossa)

Foi possível observar que o movimento do grupo reunido pelo Conselho Internacional de Arquivos para estabelecer regras de elaboração de descrição arquivística (lembrando que para o CIA processo e produto são a mesma coisa) priorizou a definição de uma estrutura simples, com categorias mínimas para difusão das informações sobre os acervos arquivísticos. Dentro de um contexto político do organismo, pode ser considerada inclusive a pertinência em relação à definição de uma estrutura mínima para os instrumentos de pesquisa, independente da problemática das tecnologias de informação e comunicação. Nesse caso, estaríamos falando de países em que não há a formação universitária ou de pós-graduação na área. Mas, quando situamos o problema no meio da comunidade qualificada no campo científico, tudo muda. E nossa crítica ao cenário se dá em dois pontos cruciais:

- 1 - Ao igualarmos processo e produto, banalizamos uma função que qualifica o trabalho do arquivista que é a pesquisa;

- 2 - Em se tratando de absorção de regras, que estruturam a representação dos arquivos a um nível em que as descobertas e o processo de produção do conhecimento sobre o arquivo não se inserem na agenda da comunidade, nem tampouco na difusão dos próprios arquivos, a especificidade do material arquivístico tende a se perder.

Enfim, é o que tentamos demonstrar ao longo de nossa pesquisa: ao aceitarmos sem crítica o movimento de normatização podemos comprometer a qualificação do trabalho do arquivista, bem como perder de vista o princípio da especificidade do material de arquivo.

6.5 - NOS ESTADOS UNIDOS

Ao analisarmos a realidade americana percebemos que o movimento se apresenta de forma bastante peculiar. A grande proximidade do arquivista com o ambiente da Biblioteconomia, muitas vezes de forma institucionalizada, produz na comunidade uma maior familiaridade com as regras de catalogação e um menor estranhamento em relação às diferenças entre os dois campos.

Nos Estados Unidos, a tradição dos manuscritos históricos influenciou o desenvolvimento dos padrões descritivos. A tradição dos manuscritos históricos tem suas raízes na Biblioteconomia, desde que as coleções de manuscritos foram adquiridas pelas bibliotecas e sociedades históricas e gerenciadas por bibliotecários. (DUFF; HAWORTH, 1990-1991, p. 28, tradução nossa).

Associada a esse cenário, encontramos uma situação de fomento do uso das tecnologias de informação e comunicação que exige a necessidade de padrões definidos. O interesse pelos instrumentos de pesquisa começou de forma sistematizada nos anos setenta, quando a comissão para instrumentos de pesquisa da *Society of American Archivists* (SAA), pesquisou cerca de 400 arquivos e arquivos de manuscritos. O relatório resultante do trabalho foi publicado em 1975, e apresentou recomendações para elaboração de instrumentos de pesquisa.

Dois anos mais tarde foi criado o grupo *National Information Systems Task Force* (NISTF). O grupo tinha como objetivo principal estudar as questões que surgiram com o crescente número de bases de dados para divulgação dos acervos arquivísticos. Para Dooley

(2009) a principal contribuição do grupo foi o desenvolvimento do MARC com o componente de arquivo: *MARC Archival and Manuscripts Control* (MARC AMC). No entanto, o formato não foi amplamente implementado no cenário dos arquivos governamentais. Contudo, no contexto de instituições, o quadro foi diferente:

Universidades e instituições de pesquisa privadas, ansiosas em tornar suas coleções conhecidas por usuários potenciais, tornaram-se os grandes usuários do formato, e nos últimos 25 anos, arquivistas criaram mais de um milhão de registros no formato MARC. (DOOLEY, 2009, p. 35, tradução nossa)

O grupo foi responsável pela elaboração de dois padrões de descrição nos Estados Unidos: “o *NISTF Data elements dictionary* e o que ficou conhecido como o *USMARC Format for Archival and Manuscripts Control* (USMARC AMC)” (*THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, Standards for archival description: a handbook*. 1994. p. 4, tradução nossa). Em 1982 esses resultados do trabalho já eram conhecidos pela comunidade arquivística.

Em 1988, o *Working Group on Standards for Archival Description* (WGSAD) definiu a descrição arquivística como:

O processo de captura, coleta, análise e organização de qualquer informação que sirva para identificar, gerenciar, localizar e interpretar os acervos das instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de arquivos de onde esses acervos foram selecionados. (WGSAD *apud* *THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS*, 1994. p. 2, tradução nossa)

Nessa definição, WGSAD escolheu retirar a ênfase dos produtos da descrição (ex.: instrumentos de pesquisa) para os processos por baixo deles. Descrição não é mais definida como a produção de instrumentos de pesquisa, como foi em 1974 no Glossário, mas é mais amplamente concebida. (*THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS*, 1994. p. 2, tradução nossa)

O relatório do WGSAD publicado em 1988 define três níveis de padronização importantes:

Estrutura de dados: categorias de informação, usualmente conhecida como elementos de dados;

Conteúdo de dados: diretrizes para formulação dos conteúdos dos elementos de dados;

Validação de dados: indexação específica de termos e nomes como são encontrados em tesouros, vocabulários e arquivos de autoridades. (DOOLEY, 2009, p. 34, tradução nossa)

A utilização do MARC AMC como modelo de estrutura de dados pelos arquivistas americanos indicou a necessidade de elaboração de um padrão para a elaboração dos conteúdos para possibilitar uma melhor integração com o ambiente de dados das bibliotecas. O estudo parte da experiência com a AACR2 e da perspectiva do formato MARC para arquivos.

Dessa forma, a primeira versão da norma, *Archives, Personal Papers, and Manuscripts* (APPM), foi publicada em 1983, no mesmo ano em que foi lançado o MARC AMC.

Pela adaptação da AACR2, os autores dos manuais de catalogação oriundos da Biblioteca do Congresso asseguraram a criação de descrições arquivísticas que poderiam ser facilmente integradas às bases bibliográficas já existentes. Steven Hensen, que era funcionário da Biblioteca do Congresso naquele momento, recebeu a tarefa de adaptar o capítulo 4 da AACR2 que trata de Manuscritos. Ele achou o capítulo inadequado para a descrição de material arquivístico porque enfatizava demasiadamente a catalogação de itens e subenfatizava a catalogação de coleções. (DUFF; HAWORTH, 1990-1991, p.29, tradução nossa).

Na APPM, o foco se desloca das características dos itens para o destaque às coleções. A segunda versão da norma foi publicada em 1989.

Anos mais tarde, a comunidade arquivística americana, ainda mantendo em sua agenda a problemática do intercâmbio de dados e de informações, desenvolve um mecanismo que possibilita “aos arquivos no mundo o intercâmbio das descrições arquivísticas em um formato padronizado.” (DOOLEY, 2009, p. 34, tradução nossa).

Assim como o formato MARC foi o mecanismo que possibilitou uma estrutura consistente para os catálogos dos arquivos e colocou os arquivistas na direção de aceitação dos padrões bibliográficos, o EAD será agora o impulso que nos levará à padronização da estrutura e possivelmente dos conteúdos dos instrumentos de pesquisa, e isso poderá unir a comunidade arquivística internacional no processo. (KIESLING, 1997, p.345, tradução nossa)

O EAD é resultado de projeto iniciado em 1993 na Universidade da Califórnia, com o seguinte objetivo:

pesquisar a demanda e viabilidade do desenvolvimento de um padrão não proprietário para instrumentos de pesquisa como inventários, registros, índices e outros documentos criados por arquivos, bibliotecas, museus e repositórios de manuscritos, informatizados, para serem utilizados nos repositórios”. (*EAD Encoded Archival Description*, versão 2002, *site oficial*: <<http://www.loc.gov/ead/eaddev.html>>. Acesso em: 16 fev. 2009, tradução nossa).

Inicialmente, a expectativa em torno da aplicabilidade do EAD estava centrada nos Estados Unidos, mas gradualmente sua aplicabilidade foi expandida, atingindo países da Europa e Canadá.

Encoded Archival Description (EAD) é um padrão para o gerenciamento eletrônico de descrições arquivísticas. Genérico em seu design, EAD aceita descrições criadas de acordo com as convenções internacionais e nacionais de descrição. Seu uso internacional comprovou sua flexibilidade. É construído em *Extensible Markup Language* (XML), um padrão de dados aberto e internacionalmente adotado. (FOX, 2007b, p. 4, tradução nossa)

Mas apesar do EAD apresentar-se como um mecanismo de comunicação de conteúdos sobre acervos arquivísticos, devido à sua estrutura de dados e de conteúdo acaba sendo adotado como padrão para descrição. Seu desenho se apresenta com cerca de 135 elementos e engloba não só dados sobre os arquivos digitais, mas também sobre a própria identificação arquivística, pontos de acesso etc. Aqui percebemos que o instrumento de intercâmbio de dados se confunde com o padrão de conteúdo.

Nos anos noventa a APPM passa por um processo de revisão e, a partir do lançamento da ISAD-G e da ISAAR (CPF), é do entendimento da *Society of American Archivists* que a revisão da norma deve incorporar tanto quanto possível estas normas internacionais.

Como mencionamos anteriormente, o projeto CUSTARD reuniu especialistas canadenses e americanos com o intuito de produzir uma norma que pudesse ser adotada pelos dois países, substituindo a APPM e a RAD, que incorporasse a ISAD-G e a ISAAR (CPF) e que pudesse ser adotada para todos os materiais arquivísticos. No entanto, o andamento do projeto apontou para uma revisão da RAD e uma nova norma para os americanos em substituição à APPM: a *Describing Archives: a Content Standard* (DACS).

Descrições criadas segundo a DACS devem ser armazenadas e intercambiadas eletronicamente usando a sintaxe de dados estruturados e protocolos de comunicação como MARC 21 e EAD (...). Existem conexões bem próximas à *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2) e com duas convenções promulgadas pelo Conselho Internacional de Arquivos: ISAD (G) e ISAAR (CPF). (THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2004, p. VI, tradução nossa)

No tocante à ISAD (G), a questão quanto aos níveis de descrição não foi incorporada de forma absoluta, uma vez que a norma internacional apresenta quatro níveis de descrição (fundo, série, dossiê e item), enquanto os americanos entenderam que existem situações em que podem ser aplicados mais níveis de descrição, dependendo da complexidade do arquivo.

A DACS se divide em três partes: *Descrevendo material de arquivo*; *Descrevendo produtores*; e *Forma de nomes*. A proposta é fornecer normas para descrição de arquivos e coleções. No entanto, quanto aos materiais de arquivo ao nível de item, como fotografias, mapas, filmes etc, sugerem que sejam seguidas as normas específicas já existentes, e oferecem, como apêndice à norma, uma lista de títulos de padrões disponíveis na literatura.

A norma divide-se em elementos obrigatórios ou não. Há recomendação para que sejam informadas as fontes utilizadas para preenchimento de algum dos elementos. De acordo com a norma, podem ser adotados no modelo de descrição de apenas um nível ou no modelo de descrição multinível.

O padrão de um nível de descrição pode ser adotado para a identificação em qualquer linha hierárquica do arranjo. A estrutura mínima para a descrição de um nível inclui: a identificação do código de referência; nome e localização do repositório; o título; data; extensão; nome do produtor; escopo e conteúdo; condições de acesso; e língua e técnicas. A descrição mais completa inclui: nota biográfica ou de história administrativa; o elemento escopo e conteúdo mais detalhado; e a definição de pontos de acesso.

A recomendação básica para a adoção da descrição multinível é que sejam preenchidos pelo menos dois níveis. A descrição multinível mínima deve incluir os elementos: identificação do código de referência; nome e localização do repositório; o título; data; extensão; nome do produtor; escopo e conteúdo; condições de acesso; língua e técnicas; e identificação do nível de descrição. Já a descrição multinível mais completa deve incluir, além dos elementos mencionados, nota biográfica ou de história administrativa, um escopo e conteúdo mais detalhado, e a definição dos pontos de acesso.

A norma DACS apresenta as seguintes áreas:

- 1 - Identificação - A área reúne os elementos de código de identificação (local, do repositório e do país); nome e localização do repositório; título formal (de acordo com a AACR2) ou atribuído (que pode ser o nome do produtor ou colecionador, ou, conforme o caso, a natureza do material); datas; extensão (quantificação); nome do produtor; e nota biográfica ou história administrativa;
- 2 - Conteúdo e estrutura - A área reúne os elementos sobre escopo e conteúdo (funções, atividades e processos que dão origem aos documentos; forma documentária, datas do conteúdo, área geográfica e locais; assuntos tópicos, eventos, pessoas ou organizações; etc.) e sistema de arranjo;
- 3 - Condições de acesso e uso - A área reúne os elementos sobre as restrições ao acesso estabelecidas na legislação ou pelo doador; sobre as restrições devido aos aspectos físicos, como necessidade de aclimação ou danos existentes no material; sobre aspectos técnicos necessários para viabilizar o acesso como equipamentos ou *softwares* necessários; condições para reprodução e uso do material, como para fins editoriais; sobre a língua do material e técnicas de escrita; e sobre a existência de instrumentos de pesquisa;
- 4 - Aquisição e avaliação - A área reúne elementos sobre a história da custódia; sobre a procedência imediata; sobre as iniciativas de avaliação, eliminação e tabela de temporalidade; e sobre a complementação do acervo;
- 5 - Material relacionado - A área reúne elementos sobre a existência e localização dos originais (no caso dos originais se encontrarem em outro repositório); sobre a existência e localização de cópias; sobre a existência em outro repositório de documentos que são relacionados ao material; e sobre a identificação de publicações sobre ou que se basearam no material descrito;
- 6 - Notas - A área é destinada a informações não acomodadas nos outros elementos;
- 7 - Controle de descrição - A área é destinada a identificar o processo de produção e revisão do registro. Inclui informações sobre fontes utilizadas, convenções adotadas, nome do responsável pelo registro e por sua revisão, e datas de produção e revisão do registro.

A seguir, apresentamos dois dos elementos inclusos na segunda parte da norma, destinada à descrição dos produtores. Além dessas áreas, a sequência da norma é destinada à questão da padronização do processo de entrada de dados para os pontos de acesso escolhidos.

No início da segunda parte, podemos perceber uma rápida menção ao processo de recuperação do contexto arquivístico. Contudo, tal menção nivela esse processo ao cumprimento de três passos, a saber:

O arquivista primeiro deve identificar os indivíduos, as famílias e corporações que possuem papel significativo na produção dos materiais (...). O arquivista deve reunir informação biográfica sobre esses indivíduos, famílias ou dados sobre a história, estrutura, funções e relacionamentos da organização relevante. (...). Por fim, os nomes dessas entidades devem ser disponibilizados em uma forma padronizada para facilitar a recuperação da informação entre descrições, sistemas e instituições. (THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2004, p. 85, tradução nossa)

Assim, se lermos atentamente as recomendações sobre a produção das informações que irão compor a estrutura de conteúdos e dados proposta para a produção de instrumentos de pesquisa, observamos que o arquivista “identifica”, “reúne” e “padroniza”. Mais uma vez, percebemos que se perde a dimensão do trabalho do arquivista que o levará a preencher todos os hiatos entre o arquivo e sua compreensão, resumindo-se a três passos. E, mesmo se considerarmos esses três passos, não há discussão sobre quais métodos devem ser adotados para a identificação e reunião das informações. Quanto à padronização dos pontos de acesso, esta sim merece grande destaque na DACS.

- 8 - Identificando os produtores - A área tem como objetivo identificar o produtor do arquivo ou coleção, bem como o autor de um documento, dependendo do nível de descrição. As informações dessa área servem de pontos de acesso e, como tal, devem ser padronizadas segundo as regras específicas que estão inclusas na própria DACS;
- 9 - Biografia e História Administrativa - A área é destinada a fornecer informações sobre o produtor do arquivo. Segundo a norma, essas informações podem fazer parte da descrição ou fazer parte de um sistema diferenciado. No caso de pessoas, informar nome completo, data de nascimento e morte, local ou locais onde residiu, educação, ocupações, relacionamentos relevantes. Para as famílias, recomendam a descrição dos relacionamentos da família com outras famílias. E, para as

organizações, data de criação e dissolução, localização de sede e de escritórios, mandatos, funções, estrutura administrativa, identificação dos chefes de áreas etc.

6.6 - A PROPÓSITO DAS NORMAS

A segunda parte da norma DACS poderia ter sido considerada excluída do escopo da descrição, para fins da análise comparativa entre as normas, e assim não consideraríamos as áreas: *Identificando os produtores* e *Biografia e História Administrativa*. No entanto, como já mencionamos anteriormente, a DACS estabelece que o modelo mais completo de descrição deve conter biografia e história administrativa. Logo, incluímos essas duas áreas no escopo da análise.

Dentre as normas estudadas é importante ressaltar, em especial nos casos britânico, canadense e americano, a autonomia dos grupos de trabalho e comissões constituídas em relação aos respectivos arquivos nacionais. O afastamento dos arquivos nacionais nesse processo assegurou o descomprometimento político entre os profissionais nos países. As normas propostas foram resultado de trabalho de pesquisa realizada por arquivistas com reconhecimento entre seus pares e com o apoio das associações de profissionais. Essa perspectiva de trabalhar com base em discursos e práticas distintas - como exercício de pesquisa - enriqueceu a área, possibilitando uma série de discussões acadêmicas traduzidas em congressos, seminários e artigos científicos. Apesar de discordarmos da imposição de regras para algo cuja única norma deve ser seguir o protocolo científico, devemos reconhecer a importância desse contexto.

Ao olharmos essas normas, fruto de movimentos distintos em seus respectivos países mas cujos projetos são reflexos da questão da crescente utilização das tecnologias de informação e comunicação no âmbito dos arquivos, percebemos as aproximações, contradições e antagonismos importantes.

Por exemplo, no contexto das discussões, os distintos grupos - inglês, canadense e americano - ao afirmarem em seu discurso a inclusão das áreas da norma ISAD-G no conjunto de suas propostas estão, a nosso ver, em busca de uma legitimação do trabalho e um “pertencimento” ao que o Conselho Internacional de Arquivos simboliza. A norma DACS apresenta um quadro comparativo entre a norma e a ISAD (G) que demonstra a adequação dos elementos. Essa necessidade de “pertencimento” ao discurso internacional nos parece

uma contradição, uma vez que o grupo da ISAD (G) afirma em seu próprio discurso ter espelhado nas recomendações da norma as decisões desses mesmos grupos inglês, canadense e americano. Ou a tentativa de uma maior aproximação entre as normas canadense e americana com o projeto CUSTARD, mas que não avançou apesar das normas terem em comum questões como a dos pontos de acesso e sua padronização, enquanto essa discussão não se coloca na ISAD (G).

O quadro elaborado (ANEXO II) demonstra que a estrutura básica proposta pelos holandeses para um inventário encontra-se incluída em todas as normas analisadas. O grupo britânico coordenado por Michael Cook emplaca aspectos importantes na discussão para elaboração de modelo de instrumentos de pesquisa: a identificação da unidade objeto da descrição; a inserção da história administrativa e custodial; uma identificação mais detalhada dos aspectos físicos e de forma, destacando-se o uso da diplomática; a visibilidade dos usos dos acervos em publicações ou exposições; as questões em torno do acesso e de maior transparência nos processos de abordagem dos acervos; além de informações sobre o estado de conservação dos documentos.

O grupo canadense, em sua proposta de norma, ratifica a tradição de aproximação das práticas no país com a Biblioteconomia e incorpora aspectos típicos de tratamento de acervo bibliográfico, como nas áreas de edição, séries de publicação, datas e número padronizado.

A ISAD (G) incorpora todos os aspectos comuns e exclui aqueles que não são aceitos em todas as normas. Esse fato induz ao equívoco de se declarar que todas acomodam a ISAD (G); a ISAD (G) é que incorporou parte de todas as normas existentes mais relevantes na área.

O modelo americano DACS é resultado de uma revisão da APPM, que estava em vigor no momento da elaboração da ISAD (G). Dessa forma, a norma internacional igualmente plasma a realidade americana.

Mas esses desenhos de estruturas de conteúdos remontam ao século dezenove e reúnem práticas adotadas pelos arquivistas seja para elaboração de instrumentos de pesquisa mais tradicionais, seja para elaboração e alimentação de bases de dados. Consideramos que as duas maiores inovações apresentadas por esses modelos de elaboração de instrumentos de pesquisa estão, primeiro, na aproximação explícita com a Biblioteconomia em alguns processos, numa tentativa de legitimação de práticas dos arquivistas mais confortáveis com os padrões biblioteconômicos e com suas ferramentas tecnológicas para disponibilização dos catálogos em meio eletrônico. Isto propicia discussões sobre as possibilidades

interdisciplinares, inclusive com outras áreas como a Informática, e ao mesmo tempo provoca igualmente uma retomada de estudos sobre a fundamentação teórica da Arquivologia. E, em segundo lugar, na perspectiva de tornar os arquivos mais acessíveis e compreensíveis ao usuário por meio de instrumentos de pesquisa que veiculam informações sobre políticas institucionais e governamentais de aquisição, de avaliação, de acesso, de reprodução e de processamento técnico-científico.

Notamos no decorrer do estudo das normas MAD, RAD, ISAD-G e DACS que não há a preocupação com o processo de elaboração dos conteúdos que serão padronizados para disponibilização aos usuários. Essa etapa fica no silêncio dos anos de pesquisa de inúmeros pesquisadores da área. Mas quais são os métodos de produção desses conteúdos? Quais as discussões teóricas que consubstanciam a sua produção? A importância de estabelecer canais e meios de transmissão de informações sobre os acervos arquivísticos nos últimos anos foi considerada mais relevante do que o estudo dos processos de produção desses conteúdos sobre os acervos.

Meehan (2009), a propósito do processo de análise do arquivista em relação ao arranjo e descrição, argumenta:

Embora o modo e a essência da análise arquivística possa variar dependendo do ambiente de produção e *archives-keeping*, a natureza do processo do arquivista será sempre a mesma. O arquivista confia e usa as fontes existentes como prova no curso da análise arquivística. O arquivista lê os documentos e/ ou a documentação externa para reunir os fatos disponíveis sob a forma de informação contextualizada. Tendo montado intelectualmente as partes existentes, o arquivista cria ou chega à compreensão do todo. (MEEHEN, 2009, p. 81, tradução nossa)

No espectro deste silêncio, reside o não reconhecimento da especificidade do material arquivístico e do consequente processo de pesquisa necessário para a acurada compreensão desse material. Se há a necessidade de áreas e campos padronizados para a transmissão de dados e difusão dos acervos no ambiente da internet, essa necessidade não pode sobrepor-se à necessidade de aprofundamento sobre as hipóteses, os pressupostos e a utilização de métodos para o estudo dos acervos e seu posterior acesso pelos usuários.

Se por um lado a padronização, para seus defensores, pode ser um instrumento de amenização de ambivalências, apagamentos e destaques, por outro pode significar uma massificação e redução do trabalho científico do arquivista. Entretanto, devemos ficar atentos quanto à grande sedução em cairmos no outro lado da moeda: “Na descrição arquivística,

arquivistas contam histórias sobre histórias; eles contam histórias com histórias” (DUFF⁴¹; HARRIS, 2002, p. 276, tradução nossa). Por mais tentador que pareça igualar o trabalho do arquivista ao de um escritor, aquele que escreve histórias - o que, sem dúvida, forma em nossa mente uma imagem mais charmosa do que aquela em que um profissional lista o material arquivístico – não devemos nos distanciar do foco da questão: **a Arquivologia como campo científico e o trabalho de pesquisa do arquivista.**

Como todo trabalho científico, a descrição estará estruturada em métodos de abordagem de seu objeto, seja este dedutivo, indutivo, comparativo, indiciário ou mesmo uma combinação de vários métodos visando conhecer o objeto de estudo. No caso dos arquivos, o principal objetivo é produzir conhecimento sobre o arquivo, objeto de análise por parte de arquivista. Nesse processo, o arquivista é o principal agente, pois é quem detém o conhecimento necessário para a identificação dos vínculos existentes entre os documentos, entre as ações que dão origem aos documentos, para a identificação da relação documento-ação, para promover a recomposição de um arquivo, e para a compreensão do contexto arquivístico em seus diferentes aspectos.

⁴¹ É interessante ressaltar que Wendy Duff trabalhou na elaboração da norma canadense de descrição arquivística e tem significativa atuação na defesa da utilização de normas de descrição.

7. ENTRE O MODELO E SUA APLICAÇÃO: O LUGAR OBSCURO DO TRABALHO DE PESQUISA

Neste capítulo pretendemos analisar exemplos de instrumentos de pesquisa elaborados segundo as normas selecionadas para o estudo. Não foi possível encontrarmos um exemplo elaborado segundo o Manual dos Arquivistas Holandeses, do século XIX. Mas, como vimos, podemos considerar que as recomendações e práticas dos colegas holandeses estão inseridas nas demais normas.

7.1 - MANUAL OF ARCHIVAL DESCRIPTION – MAD (REINO UNIDO)

Para análise da norma MAD, em sua segunda versão – MAD 2, utilizamos dois instrumentos de pesquisa, o primeiro elaborado por Sarah Smith em 1997, e revisto três anos mais tarde, em 2000, por J. Hodgson e F. Baker pertinente ao arquivo *Hodgson, Robinson & Company*. O arquivo possui documentos produzidos entre 1811 e 1886, e está organizado em seis classes: Livros contábeis; Balanços; Livros de registro de entrada; Contas e Recibos; Livros-carta e correspondência; e os Diários de James Hodgson. O segundo instrumento de pesquisa analisado foi elaborado por Frances Baker em 2000, referente ao arquivo *Owen Owens & Son Archive*. O arquivo possui documentos produzidos entre 1805 e 1874, e está organizado em quatro subgrupos: Documentos contábeis e financeiros; Documentos operacionais; Correspondência e papéis; e Papéis produzidos pelos executores e fiadores de John Owens.

Estes arquivos encontram-se depositados na *John Rylands Library, University of Manchester*. Tendo em vista a dificuldade de encontrarmos exemplos de aplicação do MAD, resolvemos analisar os dois instrumentos de pesquisa, mesmo ambos tratando de arquivos privados, mas não pessoais. Acreditamos que a oportunidade única de termos acesso aos dois exemplos, cujas cópias foram cedidas por um dos arquivistas revisores de um dos instrumentos, John Hodgson, justifica sua utilização.

Dentre as mensagens de *e-mail* trocadas ao longo da pesquisa, Hodgson informou ter participado de treinamento na *University of Liverpool* no final dos anos oitenta, e, portanto,

“sofreu grande influencia do professor Michael Cook”⁴², e da norma MAD 2. Em suas mensagens de *e-mail* o arquivista responsável pela unidade *Manuscripts and Archives, da John Rylands Library, University of Manchester* informou que os instrumentos elaborados com base no MAD foram ao longo dos anos convertidos ao EAD.

O instrumento de pesquisa do arquivo ***Hodgson, Robinson & Company*** inicia em texto livre, com breve biografia dos donos da empresa, incluindo a menção ao antigo sócio de Hodgson, Joseph Green, além de rápido comentário sobre o fim da sociedade:

Na época em que a parceria foi desfeita em 1829 (aparentemente devido à insatisfação de Green com a tendência de Hodgson em não acertar as contas no prazo, e sua inabilidade em manter seus livros atualizados), James Hodgson havia adquirido experiência e uma reputação invejável. (UNIVERSITY OF MANCHESTER. Library of John Rylands, 2000a, p. 1, tradução nossa).

O texto também relata o quadro dos mercados na América do Sul e as perspectivas de negócios com indústria têxtil, além da história da empresa ao longo dos anos até sua liquidação em 1844. Ao final do texto livre o arquivista fornece informações biográficas do James Hodgson referentes a sua vida de comerciante e tece comentários sobre sua personalidade:

Foi graças à genialidade de Hodgson que Hodgson, Robinson & Company conseguiu operar lucrativamente por tanto tempo em um período de instabilidade; ele era um especulador inteligente, com profundo conhecimento sobre a economia da América do Sul, e fez uso de técnicas de marketing inovadoras. (UNIVERSITY OF MANCHESTER. Library of John Rylands, 2000a, p. 2, tradução nossa).

Ao longo dos nove parágrafos dedicados às informações sobre os sócios, a história da empresa e a constituição do arquivo não há referência direta ou indireta das fontes utilizadas para a elaboração do texto, nem quais foram as bases para os comentários permeados com adjetivação sobre suas personalidades ou sobre o contexto histórico.

Em seguida, ainda na forma de texto livre, há uma nota sobre a custódia do acervo, uma outra pequena nota identificada como “nota do arquivista” informando a existência de documentos de fazendas que pertenceram a Green, Hodgson, Robinson e outros, mas que eram administradas pela empresa e, portanto, não foram listadas separadamente. Ainda nessa

⁴² Informação obtida na troca de mensagens eletrônicas.

nota do arquivista estão discriminadas as seis classes do arquivo, e a informação que os volumes do acervo são encadernados em capa dura. Não há informação das datas-limite do arquivo ou de sua mensuração. As datas-limite constam apenas na capa do inventário.

No parágrafo seguinte, sobre materiais relacionados, o arquivista indica cinco referências bibliográficas e sugere o acesso a outros dois arquivos: *Fielden Brothers* e *Owen Owens & Son*.

O inventário, em seguida, apresenta cada classe e seus itens. As classes são identificadas com título em negrito e sublinhado, com sua identificação alfanumérica ao lado esquerdo, datas-limite ao direito e, abaixo, o quantitativo de itens. Esse formato será reproduzido para todas as classes e para seus respectivos itens. Cada classe possui um verbete sobre sua constituição e sobre as funções e atividades da empresa das quais os documentos se originam. Após cada classe, segue uma lista com o título do item, sua notação alfanumérica, um verbete sobre o conteúdo, data ou datas-limite, além de indicação dos números de referência antigos, forma distinta de encadernação, relacionamento com outros itens e estado de conservação.

Chamamos atenção para a classe Livros-carta e correspondência, que contém correspondência de negócios e pessoal de James Hodgson. Essa classe possui duas subclasses e 38 itens. As subclasses são: Cartas enviadas e Cartas recebidas. Internamente, as subclasses são apenas identificadas pelo número do livro e pelo ano. A nosso ver como a maior parte da documentação encontra-se encadernada, a questão da recomposição da ordem original não se colocou para o grupo encarregado do arranjo documental.

O inventário possui 14 páginas e não possui índice.

O arquivo de *Owen Owens & Son* está representado em seu inventário de forma mais complexa. A apresentação das informações necessárias para contextualização do arquivo segue o outro inventário: um texto em forma livre separado por parágrafos. São dez parágrafos sobre a biografia dos sócios e sobre a história da empresa. Há apenas uma citação e a referência encontra-se como nota de pé de página.

A seguir, três parágrafos falam da constituição do arquivo, de sua incompletude, da inexistência de documentação do início da empresa, além da perda de documentos durante a liquidação da empresa. Incluem também informações sobre a natureza dos documentos e espécies documentais, e informam sobre a existência de um pequeno conjunto de documentos

que reflete a vida pessoal de John Owen, como contas domésticas e documentos pertinentes ao seu testamento.

Posteriormente, temos um parágrafo sobre a custódia e outro sobre as notas do arquivista. Neles, o arquivista informa sobre a questão da desorganização do acervo ao longo dos anos e sua consequência para a recuperação da ordem original:

Esse catálogo pretende refletir a ordem original no que foi possível assegurar como tal, embora este seja um compromisso necessário. O arquivo Owen Owens and Son naturalmente se moldou em três grandes agrupamentos que representam as diferentes funções da empresa: documentos contábeis e financeiros; grandes volumes relacionados às operações internas da companhia e documentos sobre materiais adquiridos e processados por consignação; e correspondência, refletindo os negócios da empresa com seus contatos na Grã-Bretanha e no exterior. (UNIVERSITY OF MANCHESTER. Library of John Rylands, 2000b, p. 3, tradução nossa).

Ainda, na nota do arquivista são indicados quatro subgrupos definidos no arranjo documental.

Os parágrafos seguintes são mais curtos. Um identifica numericamente os subgrupos, itens (273) e *pieces*⁴³ (5.429), e os outros tratam das conexões com outros arquivos, e da utilização de documentos do arquivo para fins de publicação. Ao final, existe uma bibliografia selecionada composta por cinco referências.

O inventário, ao apresentar os subgrupos, segue com a mesma lógica imposta ao outro instrumento já analisado.

Os títulos dos subgrupos são mais destacados, com fonte maior e em negrito. Suas classes são em fonte menor, sem negrito e sublinhadas; as subclasses, em fonte menor ainda e sublinhadas; e os itens não têm destaque algum em seu título. Segue-se a formatação do outro instrumento também em relação à disposição da notação, datas-limite e outras informações. A cada nível, o arquivista elaborou um verbete sobre o conteúdo e natureza dos documentos. Os títulos das classes e subclasses podem expressar a espécie documental (ex.: Classe: Livros contábeis, Subclasse: Livros diários), e a espécie e o tipo documental (Classe: Faturas e notas, Subclasse: Notas de trocas).

No subgrupo Correspondência e papéis encontramos amarrados identificados como itens.

⁴³ Tendo em vista a falta de consenso sobre o conceito de *piece*, optamos por adotar o termo em inglês.

O que podemos concluir após análise dos dois instrumentos elaborados segundo a MAD 2 é que, apesar de terem seguido protocolarmente a proposta da norma, os instrumentos são distintos em complexidade.

O segundo inventário (com 54 páginas) possui um conjunto muito maior de informações seja no nível macro do arranjo ou no nível de item, seja para comentar os estado físico do acervo, para oferecer ao leitor mais informações sobre os hiatos e sobre a interferência do arquivista na formação dos pequenos conjuntos:

Algumas das cartas foram organizadas pela companhia nos amarrados por ano (dezembro-novembro) e por correspondente, e outras estavam soltas e desordenadas. Aqui todas as cartas foram agrupadas em amarrados por ano e de acordo com o correspondente. Estes, quando do mesmo país, foram colocados consecutivamente, pois subdivisões mais complexas foram evitadas. (UNIVERSITY OF MANCHESTER. Library of John Rylands 2000b, p. 41, tradução nossa).

Nesse segundo inventário, os verbetes sobre os conteúdos de cada unidade de descrição são mais detalhados e longos. Fica evidente a preocupação do arquivista em fornecer o máximo possível de informações sobre as decisões no decorrer do trabalho, sobre o contexto arquivístico e o histórico. Contudo, apesar da preocupação em fornecer um quadro mais complexo, não elaborou teoricamente as decisões e tampouco registrou os processos de sua pesquisa.

7.2 - RULES FOR ARCHIVAL DESCRIPTION – RAD (CANADÁ)

Nossa análise da aplicação da norma canadense RAD baseou-se no instrumento de pesquisa do fundo de **Sybil Andrews**, composto por documentos textuais, fotografias e desenhos de arquitetura do período de 1885 a 1993. O arquivo subdivide-se em quinze séries: Diários; Documentos pessoais; Instituições de Arte; Correspondência; Cyril E. Power; Gary Ratushniak; Lista de trabalhos; Utensílios de arte; Aulas de Pintura; Esboços, Notas, Poemas e Material de referência; Cozinha de artistas; Aulas de gravação e Música; Construção de Barco; Fotografias Avulsas; e Álbuns de fotografias.

A primeira parte do inventário oferece informações gerais sobre o fundo, como título, datas-limite, descrição física, biografia da titular do arquivo em formato de verbete, breve

resumo sobre o conteúdo do fundo (inclui informação sobre espécies e tipos documentais, nomes, atividades etc.), forma de aquisição do fundo, língua, existência ou não de restrição ao acesso, informação sobre a existência de um instrumento de pesquisa (endereço eletrônico do mesmo e localização de documentos digitalizados), informação sobre material relacionado ao fundo e números de chamada.

As séries podem representar uma espécie documental (Diário), uma técnica (fotografia), os nomes de pessoas importantes na trajetória da titular do arquivo (Cyril E. Power – amigo e mentor; Gary Ratushniak – artista de interesse da titular), interesses (Esboços, Notas, Poemas e Material de referência), atividades (Aulas de Pintura; Utensílios de Arte) e suas obras (Cozinha de artistas - todo o material relacionado ao seu livro com o mesmo nome, além dos originais da obra).

A segunda parte do inventário corresponde a uma listagem das quinze séries em sequência numérica, com seus respectivos títulos e datas-limite ao lado. A cada série selecionada abre-se um pequeno verbete sobre seu conteúdo, datas-limite, quantitativo, espécie e/ou tipos documentais encontrados.

Internamente, as séries podem ser subdivididas e suas partes são identificadas de formas variadas, dentre elas: por espécie documental, como no caso da série Diários (subdivisão: diário); por tipos documentais, como no caso da série Documentos pessoais (subdivisão: passaporte, caderno de endereços, cartas de condolências etc.); ou por nomes de instituições, como no caso da série Instituições de Arte, onde há predomínio dos nomes das instituições com as quais a artista se relacionou ao longo da sua vida.

A série Correspondência possui quatro subséries: Correspondência Geral, Correspondência de estudantes, Correspondência entre a titular e Walter Morgan⁴⁴, e Correspondência em ordem alfabética.

As informações sobre as séries e subséries possuem o mesmo formato: uma lista com os respectivos títulos (nomes, espécies, tipos documentais são as opções mais recorrentes para designação do título), datas-limite ficam à direita e notação fica à esquerda do inventário. Alguns registros recebem um verbete sobre o conteúdo da unidade de descrição e a quantificação não parece ser obrigatória, uma vez que alguns itens do inventário a possuem e outros não.

⁴⁴ Marido da titular do arquivo.

É importante mencionar que, à exceção do caso das subséries da Correspondência, não há indicativo sobre em qual nível no arranjo estamos navegando abaixo do nível de Série. O nível de descrição não é um item obrigatório no processo de narrativa sobre o acervo quando for abaixo de subsérie. Nos casos distintos da série Correspondência, não há indícios se o próximo nível é o de dossiê ou item.

Não há referência sobre as fontes pesquisadas, sobre o processo de pesquisa ou sobre a elaboração da narrativa sobre o acervo. Os arquivistas não registraram nenhuma das decisões técnico-científicas ou operacionais tomadas ao longo do processo. Como hipótese, podemos aferir que, considerando que essas informações podem não ser relevantes para o usuário, os arquivistas decidiram não explicitá-las no inventário. Por outro lado, considerando que o instrumento de pesquisa é um dos principais mecanismos de comunicação adotados para dar visibilidade aos acervos, poderia ser igualmente utilizado para dar maior visibilidade ao trabalho do próprio arquivista.

A título de complementação de nossa análise, verificamos o inventário de um fundo familiar na mesma instituição, **Charles and Charles A. Clark**, igualmente elaborado segundo a norma RAD. Concluímos que a orientação é a mesma daquela observada no inventário do fundo de **Sybil Andrews**.

Foi interessante perceber que uma norma tão detalhada e complexa como a RAD pode ser a base para dois inventários que transitam de uma ficha sobre o fundo composta por informações contextuais para uma listagem bem simplificada.

7.3 - ISAD (G)

Após a identificação de inúmeros exemplos de aplicação da **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística foi escolhido o arquivo pessoal de **Lindsay Anderson** composto por correspondência, fotografias, livros, brochuras, convites, cópia de vídeos, anúncios etc., do período de 1870 a 1994. O arquivo subdivide-se em sete seções: Filmes; Televisão; Produções Teatrais; Autor e crítico; Documentos de trabalho; Documentos pessoais e *memorabilia*; e Sobre Anderson (documentos produzidos após seu falecimento em agosto de 1994).

O inventário do arquivo de Lindsay Anderson parece um exemplo modelar da aplicação da norma ISAD-G. Estão identificados todos os campos obrigatórios da norma e os recomendáveis, quando aplicáveis.

No nível de descrição do fundo, temos o código de referência, o título, as datas-limite, a identificação da instituição de custódia, a quantificação (metros lineares – os documentos que devem ser quantificados por unidade; aparentemente não foram incluídos nessa quantificação, ou pelo menos não há uma nota explicativa), nome do produtor, nível da descrição, línguas predominantes do material, história biográfica, escopo e conteúdo (concentra-se em traduzir a natureza do material, gênero e tipos documentais), arranjo, notas administrativas (como aquisição, complementação, condições de acesso, direito de reprodução) e notas complementares (como existência de instrumentos de pesquisa, existência de material relacionado etc.).

A segunda parte do inventário nos leva a um texto em forma livre sobre a importância do acervo, uma vez que o seu titular desempenhou um papel de destaque na história do cinema britânico. Além de fornecer detalhes sobre a organização do acervo, como a questão da biblioteca que integra seu arquivo, mas que foi catalogada no sistema de biblioteca da instituição. Nesse texto descobrimos que o acervo também é composto de fotografias e material promocional de suas obras.

Em seguida, as seções são listadas com a respectiva codificação, ao lado esquerdo, e há uma nota explicativa sobre a seção Sobre Anderson, informando que é composta por documentos produzidos por outros sobre Anderson após sua morte em agosto de 1994.

O final do texto possui dois parágrafos breves sobre o processo de descrição e de navegação no inventário⁴⁵.

A coleção foi catalogada segundo os padrões estabelecidos pela Norma Internacional de Descrição Arquivística. As descrições são do geral para o específico, começando com **a descrição da coleção como um todo** e então passando para as 7 seções abaixo. Posteriormente, mais detalhadamente, existem descrições sobre o material relacionado aos filmes e as produções teatrais etc. individualmente, e a partir das quais uma lista de itens pode ser acessada. Uma pequena nota no topo de cada descrição mostra sua posição na coleção e permite uma navegação simples pelo catálogo.

Por muitos anos Anderson manteve um escritório em sua casa em Londres e empregou uma secretária para administrar seus negócios. Onde foi possível

⁴⁵ A arquivista menciona catálogo, mas o instrumento que é objeto do estudo, em nossa terminologia, é reconhecido como inventário.

manter a ordem original do material, isso foi feito.(UNIVERSITY OF STIRLING. **The Lindsay Anderson Collection**. Tradução nossa. grifo do autor)

Há menção no inventário, na seção Papéis de trabalho, no conjunto de Correspondência, que houve uma interferência na ordem original. Mas não há maior detalhamento sobre as razões e procedimentos adotados. Apenas informam que as cartas originalmente eram organizadas em ordem alfabética, mas podem estar organizadas pelos nomes (pessoas ou instituições) ou por assunto.

As descrições das seções seguem o modelo adotado para a descrição do fundo como um todo, mas percebemos que no campo "nível de descrição" esse nível foi identificado como subcoleção. Após a leitura da ficha composta pelos campos: código de referência, título, data, nível de descrição, escopo e conteúdo, segue-se uma lista de suas subdivisões.

Ao clicarmos em cada título de filme, peça teatral ou demais subdivisões das seções ou subcoleções, abre-se uma ficha individualizada para cada uma. Essa ficha se apresenta com os seguintes campos: código de referência, título (o do filme), data, nível de descrição (série), escopo e conteúdo, nota e instrumentos de pesquisa.

O passo seguinte é a complementação da descrição da série (subdivisão de cada seção ou subcoleção) propriamente dita, que se apresenta com um verbete inicial sobre o contexto de produção dos documentos que a compõem. Em seguida, há uma listagem indicando a notação, o tipo de material (correspondência, fotografias, material promocional, scripts etc.), as datas-limite e uma breve descrição do material.

Esse inventário é cuidadosamente elaborado e demonstra a grande preocupação da equipe que o montou em retratar o contexto arquivístico do fundo de Lindsay Anderson. As recomendações da norma ISAD-G são seguidas até o terceiro nível do arranjo (série). Depois desse nível a instituição mantém uma prática da área de produção de listagem sumária.

Independentemente de já termos comprovado que a norma internacional é um compêndio das normas MAD, RAD e APPM, evidencia-se, nesse caso, que, mesmo seguindo um padrão, encontramos questões não resolvidas, como a adoção no mesmo instrumento de dois termos para identificar um mesmo nível de arranjo (seção e subcoleção); a falta de clareza quanto aos níveis de arranjo que se seguem à série; e a manutenção da prática do *listing*, sem a expansão da aplicação da norma aos níveis mais baixos no arranjo.

Esse exemplo de inventário retrata uma equipe dedicada à pesquisa para recomposição do arquivo e sua compreensão, mas não há referência a esse trabalho e/ou as suas etapas. Mesmo as decisões no momento do arranjo, quando mencionadas, não passam disso: somente uma menção. Para a sociedade, a autoria dos conteúdos que são dispostos cuidadosamente na estrutura de dados proposta pela norma internacional é anônima, bem como inexistente o processo de produção do conhecimento sobre esse acervo.

7.4 – DESCRIBING ARCHIVES: A CONTENT STANDARD – DACS (ESTADOS UNIDOS)

A aplicação da norma americana DACS será apresentada tendo como exemplo o arquivo pessoal de Izaak Maurits Kolthoff. O arquivo pessoal do professor e diretor da divisão de Química Analítica da *University of Minnesota*, onde se encontra depositado, compreende o período de 1926 a 1994, e possui as seguintes divisões: Correspondência; Biografia; Manuscritos, Reimpressos e Discursos; Prêmios e Celebrações; e Dossiês por Assunto.

A autoria do inventário é atribuída à equipe do arquivo da universidade, e apenas o nome da arquivista que o atualizou é identificado.

O inventário está dividido em sete áreas:

- Informações gerais - Compreende informações sobre o título do arquivo, datas-limite, identificação do produtor, idiomas dominantes, código da coleção, resumo e identificação do repositório;
- Acesso e uso - Compreende informações sobre a aquisição, restrições de acesso e normas para reprodução, e forma de citação;
- Nota biográfica do produtor do arquivo;
- Nota de escopo e conteúdo - Compreende informações sucintas sobre o material da coleção, incluindo o gênero e tipos documentais;
- Material relacionado ao arquivo;
- Termos - Compreende nomes de pessoas e instituições, e assuntos resultantes do processo de indexação. Em forma de listagem, os termos são apresentados com a recomendação de que o usuário que deseja expandir sua pesquisa para o material de

biblioteca, deve fazê-lo utilizando esses termos. A lista não fornece *links* para o catálogo da biblioteca;

- Detalhes de conteúdo - Compreende uma listagem pelas subdivisões do arquivo compostas pelos seguintes elementos: número da caixa, título do material, quantitativo de pastas e datas-limite. A designação dos títulos se dá pelos tipos documentais, nomes de pessoas, de instituições, de unidades administrativas, de projetos, de eventos, homenagens ou mesmo pelos títulos formais.

Não estão disponíveis informações sobre o processo do arranjo documental e nem do processo de elaboração da descrição arquivística.

A análise comparativa realizada entre as normas no capítulo anterior e em suas aplicações nesse capítulo comprovou o que havíamos apresentado como hipótese de nosso trabalho. No espaço da normatização do discurso sobre os acervos não houve previsão do espaço para a reflexão sobre o trabalho de pesquisa que resulta nos conteúdos objeto dessa normatização e muito menos para a apresentação da metodologia e métodos adotados.

Normas sofisticadas como a RAD e DACS podem resultar em instrumentos que diferem muito pouco das listagens elaboradas há anos ou de inventários sumários. A diferença se dá na primeira parte dos instrumentos de pesquisa onde são divulgadas as informações de contexto de gestão do acervo e arquivístico. De qualquer forma, essa também é uma prática tradicional da área.

Dentre os modelos, a norma MAD se mostra mais predisposta a permitir esse diálogo entre a prática e a fundamentação, a metodologia e métodos. O segundo exemplo estudado, do arquivo *Owen Owens & Son*, representou bem o caso. O arquivista encarregado informa o leitor sobre parte de suas decisões, mas não chega a dialogar com os aspectos teóricos e metodológicos envolvidos. Contudo, a chave não está na norma, pois o inventário, do arquivo de *Hodgson, Robinson & Company* também elaborado com base na norma MAD, apesar de seguir protocolarmente o modelo, difere em muito do outro no resultado final, como vimos. Num primeiro momento poderíamos atribuir a diferença aos graus distintos de complexidade entre os dois arquivos. Mas não é verdade.

A chave também não está no arquivo objeto de estudo. Pois o arquivo de Lindsay Anderson, por exemplo, descrito segundo a ISAD-G, é bastante complexo e com certeza levantou inúmeras questões para o grupo que o organizou e para o grupo que o representou em um instrumento de pesquisa. A complexidade desse arquivo é perceptível pelas atividades

de seu titular, pela natureza diversa dos materiais (seja em temáticas, suportes e formatos), pela existência de material produzido após a morte do titular, pelo volume do arquivo etc.

A resposta que encontramos após esse estudo comparativo demonstra que a diferença entre uma acurada representação do arquivo, com o restabelecimento das conexões e vínculos, está mais centrada no arquivista, e no quanto se permite ousar tornar públicas as decisões tomadas e a base teórica que as sustenta, do que no formato de instrumento de pesquisa que persegue.

Outro resultado que encontramos é que de fato essa discussão de modelos de descrição é sobre produção de instrumentos de pesquisa, não importa se para publicação na forma mais tradicional ou para acesso na *web*. No final, trata-se de disposição de campos, *tags* ou elementos e de seus conteúdos. O processo de elaboração desses conteúdos não está na pauta.

8. CONCLUSÃO

Nossa inquietação frente à popularização da descrição arquivística, acrescida do ônus de seu esvaziamento como função de pesquisa com embasamento teórico, formulações, hipóteses etc., nos levou a realizar essa pesquisa.

Os pilares teóricos que norteiam o trabalho partem de três pressupostos fundamentais desenvolvidos ao longo da nossa trajetória: o primeiro reconhece a Arquivologia como ciência social aplicada e com arcabouço teórico próprio; o segundo pilar identifica a função do arquivista como pesquisador que tem como um de seus principais objetivos produzir conhecimento sobre os arquivos; e o terceiro reconhece a descrição arquivística como uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, e que visa à produção de conhecimento sobre os arquivos e promover o acesso aos mesmos.

A opção por desenvolver o trabalho tendo como campo empírico os arquivos pessoais mostrou-se um desafio desde o início, pois suas características singulares por muito tempo os colocaram à margem do *constructo* teórico da própria área. Os arquivos pessoais exigem do arquivista um maior rigor em seu trabalho de pesquisa de forma que possa cobrir todas as necessidades de contextualização. Como vimos, não são claras as relações entre os documentos, entre os personagens que transitam os arquivos pessoais e as próprias atividades que dão origem aos documentos. Esse quadro exige que a formulação de hipóteses para a abordagem dos arquivos pessoais remonte a pesquisas mais específicas e a aplicação de métodos de pesquisa combinados, de forma que seja possível a devida representação de suas complexidades.

Mas a maneira como esses arquivos - produzidos sem normas no âmbito da vida privada, segundo a “nova ordem” da Arquivologia - devem ser submetidos a padrões e ser enquadrados no que um grupo chama de “descrição arquivística” e no que chamamos de produção de instrumentos de pesquisa, sem dúvida se configurou como o cenário perfeito para abrigar a discussão proposta.

Verificamos o quanto de domínio de conhecimento dos métodos de pesquisa a descrição arquivística exige do profissional, analisamos exemplos de abordagem dedutiva e indiciária, verificamos como as hipóteses se apresentam em contextos específicos no conjunto

de um arquivo pessoal, assim como avaliamos as possibilidades de produção das representações a partir de um mesmo documento ou conjunto de documentos.

Em todos os passos, foi possível perceber que a fundamentação teórica da área e o conhecimento em metodologia científica constituem-se como essência para o trabalho do arquivista, e que o processo de descrição extrapola o preenchimento de campos em bases de dados ou de elaboração de narrativas com conteúdos nivelados.

É o domínio da fundamentação teórica em Arquivologia que nos permitirá dialogar com outras áreas como História, Diplomática, Paleografia, Biblioteconomia etc., com o objetivo de desenvolver uma acurada representação de um arquivo e elaborar os produtos da pesquisa (como os instrumentos de pesquisa) que atendam às demandas dos usuários.

A análise do discurso de padronização da descrição arquivística que vem ganhando espaço na literatura da área foi importante para avaliarmos se de fato nossa tese possuía fundamento; se de fato essas normas propostas reconheciam ou não a descrição arquivística como função de pesquisa; e se conseqüentemente promoviam ou não o apagamento do seu caráter científico. Subliminarmente, está inscrito nessas questões o reconhecimento ou não da atividade científica do arquivista.

Foram estudados os processos de elaboração das normas de descrição arquivística de maior destaque na área: *Manual of archival description* (MAD), o modelo do Reino Unido; *Rules for archival description* (RAD), modelo do Canadá; ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística, modelo do Conselho Internacional de Arquivos; e *Describing archives: a content standard* (DACS), o modelo americano atual, considerando o contexto histórico e político de cada uma dessas formulações.

Foram apresentados seus objetivos e estrutura, e os conteúdos que devem ser identificados em suas diferentes áreas. As análises comparativa e crítica consideraram o que apresentavam em comum e os pontos de divergências. Além disso, verificamos sua aplicabilidade e seus resultados.

O que concluímos dessas análises é que, apesar das normas e modelos, o diferencial da representação do arquivo está centrado no arquivista e no seu comprometimento teórico e metodológico com a produção de uma acurada representação do arquivo e com sua percepção das bases que sustentam o seu trabalho. A discussão em torno dos modelos de descrição é essencialmente sobre a produção de instrumentos de pesquisa, e o processo científico de produção de conhecimento sobre os arquivos não é reconhecido.

É especialmente interessante notar que no discurso da padronização promovido por pesquisadores e mesmo por entidades representativas da classe, não encontramos indícios da percepção que, ao ignorarmos a cientificidade da descrição arquivística, ignoramos a cientificidade do trabalho do arquivista que exerce essa função.

Evidentemente, a padronização é necessária no ambiente de acesso aos conteúdos informacionais sobre os acervos, aos acervos digitais, na questão da maior comunicabilidade com o usuários, na construção de vocabulários controlados, no intercâmbio de dados etc. Mas o que discutimos é a **descrição arquivística** que, a nosso ver, como atividade, deve seguir o protocolo científico de elaboração de pesquisa.

Identificamos que, na nossa área, desde os anos oitenta, essa busca por um padrão de descrição se confundiu com a padronização dos instrumentos de pesquisa. E esse processo produziu equívocos de interpretação da função da descrição arquivística.

Ao utilizarmos as próprias normas e suas aplicações, e compararmos esses resultados com o discurso que promove a padronização, comprovamos que esse discurso apaga o legado científico do trabalho de pesquisa do arquivista que busca produzir conhecimento sobre os arquivos, e se concentra na elaboração de regras para produção de instrumentos de pesquisa.

O reducionismo produzido pela veiculação das normas de descrição arquivística promove um hiato entre os arquivos (objeto) e os instrumentos de pesquisa (produtos). Além disso, as fórmulas ignoram os princípios arquivísticos em sua magnitude considerando que apenas com a identificação do produtor do arquivo a questão arquivística estará resolvida. Na sequência dos equívocos, verificamos que o vínculo arquivístico restringe-se à identificação da relação entre a unidade de descrição e o nível da descrição. Bem como o contexto arquivístico resume-se na elaboração de verbetes sobre a história do produtor do arquivo. Observamos inclusive ao longo de nossa análise que existem sérios problemas teóricos conceituais na área que acabam massificados e escondidos sob a obrigatoriedade de preenchimento de *tags*. Mas não há minimamente a pergunta: como são produzidos os conteúdos dessas *tags*?

Enquanto nos preocupamos com a ponta do *iceberg*, os instrumentos de pesquisa, e nomeamos a atividade de elaboração desses instrumentos de descrição arquivística, calamos a responsabilidade científica do arquivista em produzir a autêntica ponte entre o arquivo e o usuário. A promoção do discurso da norma para descrição conduz o arquivista menos atento ao hiato entre a prática e a teoria.

Na Arquivologia contemporânea não deveria mais existir espaço para a negação do trabalho de pesquisa do arquivista. Em sua formação, esse deveria ser o principal enfoque, pois quaisquer que sejam suas funções, sem dúvida elas exigirão profundo conhecimento de métodos de pesquisa e de conhecimento teórico específico do campo. Podemos perceber, inclusive, como a agenda da área voltada para a pesquisa da gestão do documento digital vem apontando para a perseverança na adoção dos princípios arquivísticos.

Devemos ter extrema cautela, principalmente quando a questão da padronização da descrição se coloca como parte da formação do arquivista como *modus operandi*, o que, com o passar do tempo, poderá levar os profissionais a lidar com a descrição de maneira mecanicista, sem crítica, e consequentemente deixar de explorar o potencial de criação de novas metodologias e novas abordagens. Ao concordarmos com o discurso que vem imperando na área, esse trabalho nobre e toda a discussão teórica que suscita permanecerão no silêncio, assim como o responsável ficará na coxia.

Ao permitirmos que um *cook-book* (mesmo que altamente sofisticado) determine a descrição arquivística, como a entendemos e como a apresentamos em nosso trabalho, estaremos permitindo o nivelamento de uma das funções arquivísticas mais complexas a uma atividade técnica e prática. Na realidade, a questão central não está na definição de qual modelo de instrumento de pesquisa, ou de em que ambiente as informações sobre os acervos encontram-se disponíveis ou de qual tecnologia será utilizada. A questão é simplesmente que sempre será necessário “um sujeito” altamente capacitado para produzir o conhecimento necessário sobre um arquivo e suas atividades estão marcadas pelo protocolo científico da Arquivologia.

9. REFERÊNCIAS:

9.1 - FONTES ARQUIVÍSTICAS:

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Arquivo Rui Barbosa**. RB DP 6 (doc.2)

_____. **Arquivo Rui Barbosa**. RB DP 6 (doc.4)

_____. **Arquivo Rui Barbosa**. RB RBPI 13 (docs. 1, 2-6,7)

_____. **Arquivo Rui Barbosa**. RB MF 47 (docs.37,38)

_____. **Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Processo n. 23/75

_____. **Arquivo Rui Barbosa**. CDA CBS 03.

_____. **Arquivo Rui Barbosa**. CR 1071/2

_____. **Coleção Família Barbosa de Oliveira**. CFBO SFCA DANBO

_____. **Coleção Família Barbosa de Oliveira**. CFBO SFM DGBS

9.2 FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ANTONIO, Irati. Autoria e cultura na pós-modernidade. **Ciência da Informação**, Brasília:IBICT, v. 27, n. 2, 1998.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, 51)

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BEARMAN, David A. Documenting Documentation. **Archivaria**, v. 34, Summer, p. 33-49, 1992.

_____. LYTLE, Richard H. The power of the principle of provenance. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 345- 360.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 304 p.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF : Briquet de Lemos, 2008. 108 p.

BEYEA, Marion. A favor de normas para a prática arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 31-38, jan./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 322p.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. 231 p.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.

BREJO, Jacilene Alves. **Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico, Coleção Família Barbosa de Oliveira**: descrição arquivística. Orientador: Lucia Maria Velloso de Oliveira. Rio de Janeiro: FCRB, 2009. Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Relatório semestral.

BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 39-46, jan./dez. 2007.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. 354 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Org.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. 272 p.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, n. 1, p. 26-39, 2009.

_____. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro: revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Indaiatuba, SP: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, p. 7-13, 2002.

_____. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: AAB, v. 7, n. 2, p. 5-10, jul./dez. 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo/Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado e Cultura, 1996. 142p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

CAVALLO, Guglielmo. Écriture et pratiques intellectuelles dans le monde antique. **Genesis**, n. 15, p. 97–108, 2000.

CAYA, Marcel. Standarising archival descriptive standards: the case of the ‘content’ note. In: PROCTER, Margaret; WILLIAMS, Caroline (Ed.). **Essays in honour of Michael Cook**. Liverpool: University of Liverpool, 2003. p. 91-104.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **International Council on Archives:** Committee on Descriptive Standards. p.1-7. Disponível em: <<http://www.icacds.org.uk/eng/history.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

_____. **ISAAR(CPF):** norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, 50). Ed. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003.

_____. **ISAD (G) :** general international standard archival description : adopted by the Committee on Descriptive Standards, Stockholm, Sweden, 19-22 September 1999. 2. ed. 91 p. Disponível em: <http://www.ica.org/sites/default/files/isad_g_2e.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2010.

_____. **ISAD (G):** norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p. Edição adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999; versão final aprovada pelo CIA.

_____. **Statement of principles regarding archival description.** 1992. 15 p. Disponível em: <www.ica.org/biblio>. Acesso em: 25 ago. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE 1):** versão preliminar para discussão. Rio de Janeiro, 2005. 82p.

COOK, Michael. Description standards: the struggle towards the light. **Archivaria**, v.34, p. 50-57, Summer. 1992.

_____. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.20, n. 1-2, p. 125-132, jan./dez. 2007.

_____. The international description standards: an interim report. **Journal of the Society of Archivists**, v. 16, n. 1. p. 15-25, 1995.

COOK, Michael; GRANT, Kristina. **A manual of archival description**. London: The Society Archivists, 1986. 197p.

COOK, Michael; PROCTER, Margareth. **A manual of archival description**. 2. ed. Aldershot, Hants, England: GOWER, 1989. 291 p.

_____. _____. 3. ed. Aldershot, Hants, England: GOWER, 2000. 300 p.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v.1, p.13-24, 2000b.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

_____. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, n. 51, p. 14-35, Spring. 2001.

_____. "The imperative of challenging absolutes" in graduate archival education programs: issues for educators and the profession. **The American Archivist**, Chicago: Society of American Archivist, v. 63, p. 380-391, Fall/Winter. 2000a.

_____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v.43, p. 17-68, Spring. 1997.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. La recherche en archivistique: un état de la question. **Archives**, v. 30, n. 3-4, p. 11-38, 1999.

COX, Elizabeth; CZECHOWSKI, Leslie. Subject access points in the MARC Record and Archival Finding Aid: enough or too many. **Journal of Archival Organization**. The Haworth, v. 5, n. 4, p. 51-59, 2007.

COX, Richard J. Revisiting the archival finding aid. **Journal of Archival Organization**. The Haworth, v. 5, n. 4, p. 5-32, 2007.

CRAIG, Barbara L. The archivist as planner and poet: thoughts on the larger issues of appraisal for acquisition. **Archivaria**, v. 52, p. 175-183. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12820-14864-1>> Acesso em: 18 mai. 2007.

_____. A look at a bigger picture: the demographic profile of archivists in Canada based on a national survey. **Archivaria**, v. 49, p. 20-25. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12738-13919>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

_____. Serving the truth: the importance of fostering archives research in education programmes, including a modest proposal for partnerships with the workplace. **Archivaria**, v.42, p. 105-117, Fall. 1996.

CRIPPA, Giulia. Entre paixão e necessidade: a arte de colecionar os espaços da memória e do conhecimento na história. In: FURNIVAL, Aridne Chloë; COSTA, Luzia Sigoli. **Informação e conhecimento: aproximando áreas de saber**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 29-48.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez. 2007.

DAHLBERG, Ingetrut. **Ontical structures and universal classification**. Bangalore: Sarada Ranganthan Endowment, 1978. 64 p.

DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timonthy. **A modern archives reader: basic reading on archival theory and practice**. Washington: National Archives & Records Administration, 1984. 357 p.

DIRECTION DES ARCHIVES (FRANCE). **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993. 629 p.

DOOLEY, Jackie. The evolution of archival descriptive standards in the United States. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, [2009]. p. 32-41.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

DUFF, Wendy. The acceptance and implementation of the rules for archival description by Canadian archives: a survey. **Archivaria**, n. 47, p. 26-45, Spring. 1999.

_____. Normas de descripción archivística. **Tabula**, n. 11, p. 52-63, 2008. (Ahogados en un mar de siglas: estándares para la gestión, descripción y acceso a los recursos archivísticos)

DUFF, Wendy; HARRIS, Verne. Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings. **Archival Science**. Kluwer Academic Publishers, v. 2, p. 263-285, 2002.

DUFF, Wendy; HAWORTH, Kent. The reclamation of archival description: the Canadian perspective. **Archivaria**, n. 31, p. 26-35, Winter. 1991.

DURANTI, Luciana. **Ciência arquivística**. Tradução de Manuel Vázquez. Córdoba (Argentina), 1995a. 48p. Versão datilografada.

_____. **Diplomática**: usos nuevos para uma antiga ciência. Tradução de Manuel Vázquez. Córdoba (Argentina), 1995b. 239 p.

_____. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n. 35, p. 47-54, Spring. 1993.

_____. Reliability and authenticity: the concepts and their implication. **Archivaria**, n. 39, p. 5-10, Spring. 1995c.

EASTWOOD, Terry. Fundamentally speaking: the third version: a review of the archival fundamentals series II. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivist, v. 71, n. 1, p. 228-245, Spring/Summer, 2008.

_____. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. **Archivaria**, v. 50, p. 93-116, Fall. 2000. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12767-13959>> Acesso em: 17 mai. 2007.

_____. What is archival theory and why is it important? **Archivaria**, n. 37, p. 122-130, Spring. 1994.

EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited, 2009. p. 3-21.

ENCODED Archival Description: version 2002: official site. Disponível em: <<http://www.loc.gov/ead/eaddev.html>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

FEATHERSTONE, Mike. Arquivando culturas. In: FURNIVAL, Ariadne Chloë; COSTA, Luzia Sigoli. **Informação e conhecimento: aproximando áreas de saber**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 49-83.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Cientistas da Informação e Instituições. **Código de Catalogação Anglo Americano: AACR2**. 2. ed. São Paulo: FEBAB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Paginação irregular.

FESCHET, Valérie. Textes et contextes: les lieux de la mémoire dans les maisons ubayennes. **Sociétés & Représentations**. CREDHESS, n. 19, p. 5-11, Avril, 2005.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v. 28, n. 2, p. 146-154, maio/ago. 1999.

FOOTE, Kenneth E. To remember and forget: archives, memory, and culture. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 29-46.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Lana Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999. 79 p.

_____. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 432 p. (Ditos e escritos, 3)

FOX, Michael. Implementing Encoded Archival Description: an overview of administrative and technical considerations. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v. 60, n. 3, p. 330-343, Summer, 1997.

_____. Por que precisamos de normas. **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

_____. Resolvendo el rompecabezas de las normas de descripción: encajando las piezas. **Tabula**, n. 11, p. 19-49, 2008. (Ahogados en un mar de siglas: estándares para la gestión, descripción y acceso a los recursos archivísticos)

_____. **Why EAD and EAC**: the case for standardized electronic management of archival information: workshop. In: II Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007b. Disponível em: <http://www.aab.org.br/encontro/images/stories/iiencontro_workshop.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2010.

FRAIZ, Priscila Moraes Varela. **Coleções em arquivos, museus e bibliotecas**: uma abordagem arquivística. Orientador: Ana Maria de Almeida Camargo. São Paulo: USP, 2005. 71 p. Originalmente apresentada como tese.

FREITAS, Lúcia Silva de. Análise do discurso e o campo informacional: desafios e perspectivas. In: CICLO de palestras Memória e Informação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

FROHMANN, Bernt. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**. Perth, Austrália, v. 16, p. 119-138, 1994.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Rui Barbosa**: cronologia da vida e da obra. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. 308p.

FURTADO, José Afonso. **O livro**. Lisboa: Difusão Cultural, 1995. 174 p.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998a. p. 29-60.

_____. Les questions de recherche comme matériau d'études des usagers. **Archivaria**, v. 46, p. 86-102, Fall. 1998b.

GALLAND, Bruno. La normalization au secours de l'archivistique? In: SCHOUKENS, Cathy; SERVAIS, Paul (Ed.). **L'erreur archivistique**: de la compréhension de l'erreur à la perception et à la gestion des incertitudes. Louvain-La-Neuve: Bruylant-Academia, 2009. p. 219-226. (Publications des archives de l'Université Catholique de Louvain)

GLENBOW MUSEUM (CANADÁ). **Charles and Charles A. Clark family**. Disponível em: <http://ww2.glenbow.org/search/archivesMainResults.aspx?XC=/search/archivesMainResults.aspx&TN=MAINCAT&AC=QBE_QUERY&RF=WebResults&DL=0&RL=0&NP=255&MF=WPEngMsg.ini&MR=5&QB0=AND&QF0=Main%20entry%2B|%2BTitle&QI0=Charles%20and%20Charles%20A.%20Clark%20Family%20fonds>. Acesso em: 05 mai. 2009.

_____. **Sybil Andrews**. Disponível em:

<<http://www.glenbow.org/collections/search/findingAids/archhtml/sybil.cfm>>. Acesso em: 22 out. 2008.

GRASSIE, William. Postmodernism: what one needs to know. **Journal of Religion and Science**. Zygon, v. 32, p. 83-94, Mar. 1997.

GREENE, Mark A. The power of meaning: the archival mission in the postmodern age. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v. 65, n. 1, p. 42-55, Spring/Summer. 2002.

GREENE, Mark A.; MEISSNER, Dennis. More product, less process: revamping traditional archival processing. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v. 68, n. 2, p. 208-263, Fall/Winter. 2005.

UNIVERSITY OF MANCHESTER. John Rylands University Library. **Guide to the listing of archives**. 1992. 37 p.

HAWORTH, Kent. The development of descriptive standards in Canada: a progress report. **Archivaria**, n. 34, p. 75-90, Summer. 1992.

HEDSTROM, Margareth. Descriptive practices for electronic records: deciding what is essential and imagining what is possible. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 381- 394.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: AAB, v. 6, n. 2, p. 25-50, jul./dez. 2007.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52. p. 126-135. Disponível em:

<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo. New respect for the old order: the context of the Dutch manual. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v. 66, n. 2, p. 249-270, Fall/Winter. 2003.

HURLEY, Chris. **The making and the keeping of records: (2) the tyranny of listing** Disponível em:

<<http://www.sims.monash.edu.au/research/rcrg/publications/makingkeeping2.html>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

_____. Parallel provenance: (1) what, if anything, is archival description? **Archives and Manuscripts**: the journal of the Australian Society of Archivists, v. 33, n. 1, p. 110-145, 2005. (50th anniversary: 1955-2005)

JAMES, Norman. **The Historical Manuscripts Commission (HMC)**. Disponível em:

<http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/articles/historical_manuscripts_commission.html>. Acesso em: 08 abr. 2009.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism or The cultural logic of late capitalism**. p. 1-13.

Disponível em:

<<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/work/us/jameson.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: Oxford University Press, 1922. 243 p.

JOHNSON, Elizabeth Snowden. Our archives, our selves: documentation strategy and the re-appraisal of professional identity. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivist, v. 71, n. 1, p. 190-202, 2008.

KETELLAR, Eric. Archival theory and the Dutch manual. **Archivaria**, n. 41, p. 31-40, Spring. 1996.

_____. Archivistics research saving the profession. **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 63, n. 2, p. 322-340, Fall/Winter. 2000.

_____. Ethnologie archivistique. **La Gazette des Archives**, p. 7-20, 2001.

KIESLING, Kris. EAD as an archival descriptive standard. **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 60, n. 3, p. 344–354, Summer. 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LACOMBE, Américo Jacobina. Genealogia dos Barbosa de Oliveira. **Anuário Genealógico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 290-306, 1940.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco Assis de. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. 144 p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p. Ed. revista, ampliada e atualizada até 2003.

LE COADIC, Yves-François. **Usages et usagers de l'information**. Paris : ADBS, 1997. 128 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão e outros. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992. 553 p. (Coleção Repertório)

LIBRARY OF CONGRESS. **Check list of collection of personal papers in historical societies, university and public libraries, and other learned institutions in the United States.** Washington: Government Printing Office, 1918. 87 p. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/checklistofcolle00libriala>>. Acesso em: 15 fev.2009.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principios y problemas.** Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993. 358 p.

LUBAR, Steven. Information culture and the archival record. **The American Archivist.** Chicago: The American Archivist, v. 62, n. 1, p. 10-22, Spring. 1999.

MACNEIL, Heather. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, v. 37, p. 6-20, Spring. 1994.

_____. Metadata strategies and archival description: comparing apples to oranges. **Archivaria**, v. 39, p. 22-32, Spring. 1995.

_____. Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. **The American Archivist.** Chicago: The American Archivist, v. 68, p. 264-278, Fall/Winter. 2005.

_____. Trusting records in a postmodern world. **Archivaria**, v. 51, p. 36-47, Spring. 2001. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12793-14822-1>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

_____. Weaving provenancial and documentary relations. **Archivaria**, v. 34, p. 192-198, Summer. 1992. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11850-12802>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

MALKMUS, Doris J. Documentation strategy: mastodon or retro-success? **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 71, n. 2, p. 384-409, 2008.

MCKEMMISH, Sue. **Evidence of me**. 2001. 16 p. Disponível em:
<<http://www.mybestdocs.com/mckemmish-s-evidofme-ch10.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

_____. Placing records continuum theory and practice. **Archival Science**, n. 1, p. 333-359, 2002.

MCMILLAN, Gail; SKINNER, Katherine. **NDLTD Preservation Strategy with the MetaArchive Cooperative**. 2008. 9 p. Disponível em:
<<http://scholar.lib.vt.edu/theses/NDLTD/NDLTDPreservationPlan20080520.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2009

MEEHAN, Jennifer. Making the leap from parts to whole: evidence and inference in archival arrangement and description. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v. 72, n. 1, p. 72-90, Spring/Summer. 2009.

_____. Towards an archival concept of evidence. **Archivaria**, v. 61, p. 127-146, Spring. 2006.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de; MENDONÇA, Lucia Maria Velloso de Oliveira Rebello de. **O arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. 188 p.

MICHELSON, Avra. Description and reference in the age of automation. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 361-380.

MILLAR, Laura. The death of the fonds and the resurrection of provenance: archival context in space and time. **Archivaria**, v. 53, p. 2-15, Spring. 2002. Disponível em:

<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12833-14048>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

_____. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 271 p.

MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 136 p.

THE NATIONAL ARCHIVES (LONDRES). Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/policy/warrant.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2009.

NESMITH, Tom. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 65, p. 24-41, Spring/Summer. 2002.

NOUGARET, Christine. **Archives familiales et archives nationales: une relation de deux siècles**. p. 17-32. Disponível em: <http://www.pug.fr/extrait_ouvrage/Earchives.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2008.

_____. **Les archives privées, éléments du patrimoine national?: des sequesters révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires un siècle d'hésitations**. p. 737-750. Disponível em: <http://www.archiviodistato.firenze.it/nuovosito/fileadmin/template/allgati/media/libri/150/archivi_storia/150_nougaret.pdf>. Acesso em: 15 out. 2008.

NOUGARET, Christine (Org.) **Les instruments de recherche dans les archives**. Paris: Direction des Archives de France, 1999. 259 p.

O'TOOLE, James M. On the idea of permanence. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 475-494.

_____. The symbolic significance of archives. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 47-72.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação dos conteúdos informacionais dos acervos arquivísticos. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 45-50.

_____. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. Rio de Janeiro: UFF, IBICT, 2006. 146 p. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100 p.

PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

PITTI, Daniel V. Encoded Archival Description: the development of an encoding standard for archival finding aids. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 395-416.

PRESCOTT, Andrew. The textuality of the archive. In: CRAVEN, Louise (Ed.). **What are archives?: cultural and theoretical perspectives: a reader**. [S.l.]: ASHGATE, 2008. p. 31-51.

PROM, Christopher J. The EAD cookbook: a survey and usability study. **The American Archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v. 65, n. 2, p. 257-275, Spring/Summer. 2002.

ROE, Kathleen D. **Arranging & describing archives & manuscripts**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. 181 p. (Archival Fundamentals Series, 2)

ROTH, James M. Serving up EAD: an exploratory study on the deployment and utilization of Encoded Archival Description Finding Aids. **The American Archivist**, v. 64, n. 2, p. 214-237, Fall/Winter. 2001.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

RULES for archival description. Ottawa: Planning Committee on Descriptive Standards/Bureau of Canadian Archivists, 1990. Revised version: July 2008. Disponível em: <<http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

SAMUELS, Helen Willa. Who controls the past. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 193-210.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 57-68, jan./dez. 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Pref. José Honório Rodrigues; trad. Manoel A. Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980. 396 p.

_____. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Trad. Nilza Teixeira Soares. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 388 p.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records and power: the making of modern memory. **Archival Science**, n. 2, p. 1-19, 2002.

_____. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Tradução de Cylaine Maria das Neves, Maria Cristina Vendrameto, Pedro Condoleo de Queiroz. **Registro: revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, v. 3, n. 3, p. 18-33, jul. 2004.

SHEPHERD, Elizabeth; PRINGLE, Rachel. Mapping descriptive standards across domains: a comparison of ISAD(G) and SPECTRUM. **Journal of the Society of Archivists**, v. 23, n. 1, p. 17-43, 2002.

SIBILLE, Claire. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. **Acervo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, p. 93-112, jan./dez. 2007.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravidão**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 136 p.

SILVA, Wysterley Marins da. **Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico**: família Barbosa de Oliveira. Orientador: Lucia Maria Velloso de Oliveira. Rio de Janeiro: FCRB, 2009. Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Relatório semestral.

THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Describing archives**: a content standard. Chicago: The Society of American Archivists, 2008. 281 p.

_____. **Standards for archival description**: a handbook. 1994. Disponível em: <<http://www.archivists.org/catalog/stds99/index.html>>. Acesso em: 16 fev.2009.

STIBBE, Hugo. Archival descriptive standards and the archival community: a retrospective. **Archivaria**, n. 41, p. 259-303, Spring. 1996.

TAYLOR, Hugh. The archivist, the letter, and the spirit. **Archivaria**, v. 43, p. 1-16.
Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12174-13887-1>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

_____. The collective memory: archives and libraries as heritage. **Archivaria**, v. 15, p. 118-130. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/10975-12613>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

_____. Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions. **Arkistoyndistykseen Julkaisuja**. Helsing, n. 9, p. 31-68, 2004.

UNIVERSITY OF MANCHESTER. John Rylands University Library . **Hodgson & Robinson Archive (1811-1886)**. Manchester, 2000a. 14 p. Versão impressa.

_____. **Owen Owens & Son Archive (1805-1874)**. Manchester, 2000b. 54 p. Versão impressa.

UNIVERSITY OF MINNESOTA . **Izaak Maurits Kolthoff papers: 1926-1994**. Disponível em: <<http://special.lib.umn.edu/findaid/xml/uarc00970.xml>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

UNIVERSITY OF STIRLING . **The Lindsay Anderson Collection**. Disponível em: <<http://www.is.stir.ac.uk/libraries/collection/anderson/Thecollection.php>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

WEIDEMAN, Christine. Accessioning as processing. **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 69, p. 274-283, 2006.

WILLIAMS, Caroline. Personal papers: perceptions and practices. In: CRAVEN, Louise (Ed.). **What are archives?:** cultural and theoretical perspectives: a reader. [S.l.]: ASHGATE, 2008. p.53-67.

YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**. Kluwer Academic Publishers, v. 3, p. 1-25, 2003.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representations. **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

_____. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. **The American Archivist**. Chicago: The American Archivist, v. 71, n. 1, p. 118-143, 2008.

_____. Debates about description. In: EASTWOOD; MACNEIL (Ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited, 2009. p. 89-114.

10. ANEXO I

Instrumentos de pesquisa

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Arquivo Machado de Assis**: inventário. Coordenação de Sérgio Conde de Albite Silva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003. 52p.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão (Coord.) **O Arquivo José Américo e a Revolução de 1930**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1985. 225p.

ARCHIVES DE LA VILLE DE LA LOUVIÈRE. **Inventaire du fonds Marguerite Bervoets**. La Louvière: Archives de la Ville de la Louvière, 2000. 25 p. (Série Inventaires, 1)

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. **Fundo Góes Monteiro**: inventário analítico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 209 p.

_____. **Fundo Marquês do Lavradio**: inventário. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 37 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Fundo Arquivo Cardoso de Melo**: inventário analítico. Campos dos Goytacazes, RJ: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2005. 124 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA NUCLEAR (RIO DE JANEIRO, RJ). **Arquivo Álvaro Alberto**: inventário analítico. Rio de Janeiro: ABEN, 1996. 500 p.

BECHET, Christine; DELPLANCO, Thierry; FORMERY, Valérie. **Inventaire du fonds Achille Chavee**. La Louvière: Archives de la Ville de La Louvière, 2006. 55 p. (Série Inventaires, 5)

BROWNE, Zoë. **Wilderspin additional (MS975)**. London: Senate House Library/University of London, 2006. 36 p.

BURDON, Ali. **Catalogue of the papers of John Robert Seely: MS 903**. London: Senate House Library/University of London, 2001. 30 p.

CALLU, Agnès. **Papiers René Pleven, 560 AP**: inventaire. Paris: Archive Nationales, 1995. 63 p.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (Org.). **Arquivo Arthur Ramos**: inventário analítico. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. 555 p.

FALKIRK COUNCIL CULTURAL SERVICES. **Guide to archives: estate, family and personal papers (A-C)**. Disponível em: http://www.falkirk.gov.uk/services/community/cultural_services/museums/archives/finding_aids/family_papers.aspx. Acesso em: 31 jul. 2008.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FORMIGA, Zeluiza (Org.). **Inventário das séries do Arquivo Flávio Maroja do IHGB**. João Pessoa: Universitária, NDIHR, 1997. 105p.

FERREIRA, Nadir Duarte (Org.) **Catálogo do arquivo particular do visconde do Rio Branco**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 201p. (Coleção Temas brasileiros, 9)

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Arquivo Museu de Literatura Brasileira. **Inventário do Arquivo Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1998. 514 p. (Série AMLB, 6).

_____. **Inventário do Arquivo Carlos Drummond de Andrade**. 2. ed. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2002. 573 p. (Série AMLB, 6)

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centro de Documentação. Arquivo Histórico. **Repertório do Arquivo de Rui Barbosa**. Elaboração de Rosely Curi Rondinelli e Laura Regina Xavier. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1987. 100 p.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centro de Literatura Brasileira. **Inventário do Arquivo Augusto Meyer**. Org. de Beatriz Folly e Silva e Nailda Marinho da Costa. Rio de Janeiro: O Centro, 1988. 118 p. (Série CLB, 2).

_____. **Inventário do Arquivo Lúcio Cardoso**. Org. de Rosângela Florido Rangel e Eliane Vasconcelos Leitão. Rio de Janeiro: O Centro, 1989. 120 p. (Série CLB, 4)

_____. **Inventário do Arquivo Manuel Bandeira**. Org. de Beatriz Folly e Silva e Maria Eduarda de Almeida Vianna Lessa. Rio de Janeiro: O Centro, 1989. 146 p. (Série CLB, 3)

_____. **Inventário do Arquivo Thiers Martins Moreira**. Org. de Beatriz Folly e Silva. Rio de Janeiro: O Centro, 1988. 104 p. (Série CLB, 1)

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centro de Memória e Difusão Cultural. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. **Inventário do Arquivo Clarice Lispector**. Org. Eliane Vasconcelos. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1993. 110 p. (Série CLB, 5)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Arquivo Leônidas Deane**: inventário analítico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. 88 p.

_____. **Arquivo Oswaldo Cruz**: inventário analítico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. 216 p.

_____. **Fundo Frederico Simões Barbosa**: inventário. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. 120 p.

GARCIA, Maria Madalena. **Arquivo Salazar: inventário e índices**. Lisboa: Estampa/Biblioteca Nacional, 1992. 685 p.

GARCIA ALVAREZ, Pedro; LOPEZ ALONSO, Rosa. **Inventário del Archivo del vizconde de Garcigrande**. Zamora: Imprenta Raúl, 1991. 607 p.

GLENBOW MUSEUM . **Charles and Charles A. Clark family**. Disponível em: http://ww2.glenbow.org/search/archivesMainResults.aspx?XC=/search/archivesMainResults.aspx&TN=MAINCAT&AC=QBE_QUERY&RF=WebResults&DL=0&RL=0&NP=255&MF=WPEngMsg.ini&MR=5&QB0=AND&QF0=Main%20entry%2B|%2BTitle&QI0=Charles%20and%20Charles%20A.%20Clark%20Family%20fonds>. Acesso em: 05 mai. 2009.

_____. **Sybil Andrews**. Disponível em: <http://www.glenbow.org/collections/search/findingAids/archhtm/sybil.cfm>>. Acesso em: 22 out. 2008.

GUIMARÃES, Silvana Goulart Guimarães; TELES, Regina Mara (Org.). **Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1987. 129 p.

GUIMARÃES, Vera Aparecida Lui; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. **Inventário analítico da coleção “Eduardo de Oliveira e Oliveira”**. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/Universidade Federal de São Carlos, 1984. 120 p. (Inventário, 1)

HILDESHEIMER, Françoise. **Papiers Lyautey, 475 AP: répertoire numérique**. Paris: Archives Nationales, 1990. 88 p.

HORCH, Rosemarie e. **Relação dos manuscritos da Coleção “J. F. de Almeida Prado”**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1966. 167 p.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1990. 120 p. (Arquivos presidenciais, 2)

LIMA, Yêdda Dias; EIS, Zenir Campos. **Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos**. São Paulo: EDUSP, 1992.

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE ARCHIVES
CATALOGUE . **Collection Abel-Smith**. Disponível em:
<[http://archives.lse.ac.uk/dserve.exe?dsqServer=lib-4.lse.ac.uk&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=show.tcl&dsqSearch=\(RefNo==%22ABEL-SMITH%22\)](http://archives.lse.ac.uk/dserve.exe?dsqServer=lib-4.lse.ac.uk&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=show.tcl&dsqSearch=(RefNo==%22ABEL-SMITH%22))>. Acesso em 31 jul. 2008.

MARINHA DO BRASIL. **Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. 681p.

MINNESOTA HISTORICAL SOCIETY . **Charles W. and Mary Lesley Ames**: an inventory of their papers at the Minnesota Historical Society. Disponível em:
<<http://www.mnhs.org/library/findaids/00482.html>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

_____. **Elizabeth Kenny**: an inventory of her papers. Disponível em:
<<http://www.mnhs.org/library/findaids/00201.html>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

_____. **Elmer L. Andersen**: an inventory of his papers at the Minnesota Historical Society. Disponível em: <<http://www.mnhs.org/library/findaids/00436.html>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

MOREIRA, Regina da Luz (Org.). **Arquivo Gustavo Capanema**: inventário analítico. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. 472 p.

MUSEU DA REPÚBLICA (BRASIL). **Acervo Vargas**: Getúlio Vargas no Museu da República. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994. p.196.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS **Arquivo Bernhard Gross:** inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2001. 98 p.

_____. **Arquivo Feiga Rosenthal:** inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2000. 50 p.

_____. **Arquivo Hervásio de Carvalho:** inventário. Rio de Janeiro: MAST, 2006. 187 p.

_____. **Arquivo Jacques Danon:** inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 1999. 278 p.

_____. **Arquivo Leopoldo Nachbin:** inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2004. 74 p.

_____. **Arquivo Olympio da Fonseca:** inventário analítico. Rio de Janeiro: MAST, 2004. 74 p.

MUSEU IMPERIAL. (BRASIL). Arquivo Histórico. **Inventário analítico da Coleção Amaro Emílio da Veiga e demais documentos transferidos do arquivo do Exército.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 24 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Antônio Soares Pinto.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 13 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Aristides Armínio Guaraná.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 15 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Carlos Gomes.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 31 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Clemente Pereira.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 21 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Jordão Vilela.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 25 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Laet.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 26 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Martins Pinheiro.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 18p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Salgado Zenha.** Petrópolis: O Arquivo, 1975. 16 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção Salgado Zenha.** 2. ed. Petrópolis: Sermograf, 2000. 48 p. (Série Arquivo Histórico, 3/1) Ed. organizada, revista e aumentada por Maria de Fátima Moraes Argon.

_____. **Inventário analítico da Coleção Vieira de Carvalho.** Petrópolis: O Arquivo, 1979. 18 p.

_____. **Inventário analítico da Coleção visconde de Itaboraí.** Organizado por Maria de Fátima Moraes Argon. Petrópolis: Sermograf, 2005. 47 p. (Série Arquivo Histórico, 4).

_____. **Inventário do arquivo Leitão da Cunha, barão de Mamoré.** Petrópolis: O Arquivo, 1972. 109 p. (Museu Imperial. Arquivo Histórico, 1)

PAGNOCCA, Ana Maria Penha Mena et al. **Inventário analítico da coleção “Marcelo Schmidt”**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 1982, 75 p.

PERTH & KINROSS COUNCIL ARCHIVE (ESCÓCIA). **The Threipland Papers, 1488-1963**. Disponível em: <enquiries@pkc.gov.uk>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ROYAL BOTANIC GARDENS ARCHIVES (INGLATERRA). **FKW**: papers of Francis Kingdon-Ward (1885-1958), explorer and botanist. Londres. 15 p. Enviado por *e-mail* em 18 de maio de 2009.

_____. **JDH**: papers relating to sir Joseph Dalton Hooker (1817-1911), director of Kew Gardens (1865-1885). Londres. 23 p. Enviado por *e-mail* em 18 de maio de 2009.

UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. **Casa de Montaos**. Versão digital cedida em julho de 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Inventário do Fundo Mário Carvalho de Jesus**. Campinas: UNICAMP, 2006. 173 p. (Coleção Instrumentos de pesquisa, 1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Documentação e Pesquisa em História. **Inventário Milton Porto**. Uberlândia : UFU, 2000. 62 p.

_____. **Inventário Nelson Cupertino**. Uberlândia: UFU, 2000. 33 p.

UNIVERSITY OF DUNDEE (ESCÓCIA). Archive Services. **Cox Brothers Ltda, Jute Spinners and Manufactures, and Cox Family Papers**. Disponível em : <<http://134.36.1.31/dserve.exe?&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=NaviTree.tcl&dsqField=RefNo&dsqItem=MS%206#HERE>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

_____. **Professor John Anderson.** Disponível em :
 <[http://134.36.1.31/dserve.exe?&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=0&dsqSearch=\(Title='professor%20john%20anderson'\)](http://134.36.1.31/dserve.exe?&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Catalog&dsqPos=0&dsqSearch=(Title='professor%20john%20anderson'))>. Acesso em: 1 mar. 2009.

_____. **Wilson Family Papers.** Disponível em:
 <[http://134.36.1.31/dserve.exe?&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=overview.tcl&dsqSearch=\(\(text\)='wilson%20family%20papers'\)](http://134.36.1.31/dserve.exe?&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=overview.tcl&dsqSearch=((text)='wilson%20family%20papers'))>. Acesso em: 7 mar. 2009.

UNIVERSITY OF MANCHESTER. John Rylands University Library. **Hodgson & Robinson Archive (1811-1886).** Manchester, 2000a. 14 p. Versão impressa.

_____. **Owen Owens & Son Archive (1805-1874).** Manchester, 2000b. 54 p. Versão impressa.

UNIVERSITY OF MINNESOTA . **Izaak Maurits Kolthoff papers: 1926-1994.** Disponível em: <<http://special.lib.umn.edu/findaid/xml/uarc00970.xml>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

_____. **Katherine Nash papers: 1910-1982.** Disponível em:
 <<http://special.lib.umn.edu/findaid/xml/uarc00294.xml#series1>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

_____. **Maria Louisa Sanford papers:, 1869-1922.** Disponível em:
 <<http://special.lib.umn.edu/findaid/xml/uarc00976.xml#a0>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

_____. **Norman Ernest Borlaug papers: 1932-2002.** Disponível em:
 <<http://special.lib.umn.edu/findaid/xml/uarc01014.xml#a23>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA.Libraries. **Jorge Amado papers.** Disponível em:
 <<http://www.libraries.psu.edu/specolls/FindingAids/amado.frame.html>>. Acesso em: 10 maio. 2009.

UNIVERSITY OF STIRLING . **The Lindsay Anderson Collection**. Disponível em: <<http://www.is.stir.ac.uk/libraries/collection/anderson/Thecollection.php>>. Acesso em: 15 maio. 2009.

WADDINGTON, Nicola; GARROD, Sarah. **Handlist of the papers of the Samuel Wilderspin (MS. 917)**. London: University of London Library, 1999. 90 p.

ZANATTA, Elaine Marques et al. **Inventário analítico do acervo Otávio Brandão**. Campinas: UNICAMP, 1986. 193 p.

11. ANEXO II

Quadro comparativo entre normas e áreas						
Holandeses (1898)	MAD I (1986)	MAD 2 (1989)	MAD 3 (2000)	RAD (1990 -2008)	ISAD-G (1999)	DACS (2004)
Título				Título ou declaração de responsabilidade		
				Edição		
Descrição do conteúdo						
Data ou datas				Data de criação, inclui publicação, distribuição etc.		
Quantificação						
Elementos adicionais						
Notas				Notas	Notas	Notas
	Identidade ou código de identificação	Identidade ou código de identificação	Identidade ou código de identificação		Identificação, Identidade ou código de identificação	Identificação
	História administrativa e da custódia	História administrativa e da custódia	História administrativa e da custódia		Contextualização	Biografia ou História administrativa
	Descrição arquivística (título, resumo, datas, análise diplomática)	Área de conteúdo e de características	Área de conteúdo e estrutura	Detalhes da classe de material específico/ Descrição física/ Descrição arquivística	Conteúdo e estrutura	Conteúdo e estrutura
	Descrição física (formato, dimensões, quantificação etc.)					
				Séries de publicação		
	Acesso, publicações e arquivos de referência	Área de acesso, publicações e referência	Área de acesso, publicações e referência		Condições de acesso e uso	Condições de acesso e uso
					Fontes relacionadas	Material relacionado
	Área de controle administrativo	Área de controle administrativo	Área de controle de informação administrativa			
		Área de controle de processamento	Área de controle de processamento		Controle da descrição	Controle da descrição
						Identificando os produtores
	Controle de movimentação interna (estágio do arranjo, descrição, empréstimos etc.)					
	Área de conservação	Área de conservação	Área de conservação			Aquisição e avaliação
				Número padronizado		